AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 13

PRIMAVERA 1988

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 13

Primavera 1988

SUMÁRIO

PÁG.

Aos nossos leitores 3

ESTUDOS

«Otero Pedrayo na história do romance galego», por Ricardo Carvalho Calero 9

Lembrança de Carré, com excertos sobre teatro, por Jenaro Marinhas del Valle 27

Escolarizaçom e prática lingüística na Galiza rural do século XIX, por Narciso de Gabriel 35

Unidade e variedade da língua galego-portuguesa na Idade Média, por José António Souto Cabo 57

NOTAS

A lírica de Camões e a crítica genética, por Leodegário A. de Azevedo Filho 81

Presença galega na VIII Conferência da «Asociación Americana de Juristas», por Maria das Dores Arribe 86

ANTOLOGIA

Vinhos, por J. Pereira Santa-Ana 93

Natal (sonho erectado), por Álvaro Jaime Vidal Bouçom 95

DOCUMENTAÇOM

Três centerários: Otero, Carré e Pessoa 101

Ramóm Otero Pedrayo: último discurso homenagem a Castelao 101

Umha opiniom «oficial» 105

II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza 106

Ordem suspensa (4 de Janeiro), ordem reformada (1 de Março) sobre Normalizaçom Lingüística no ensino 114

A AGAL presente como observadora numha sessom do «Bureau» celebrada no Centro de Conferências «Albert Borchette» de Bruxelas 115

Umha amostra de «convivência» democrática 116

«Terceria via» no País Valenciano 117

RECENSONS, por Henrique Manuel Rabunhal Corgo e Reynaldo Valinho ... 119

CORREIO 123

LIVROS RECEBIDOS E DE INTERESE 125

DESENHOS: Fernando Agrasar
BROCHES ILUSTRATIVOS: José Broz
CAPA: Júlio Gayoso

Aos nossos leitores

AGÁLIA *é umha revista que, na medida em que lhe é factível à Associaçom que a edita e aos redactores e colaboradores que a escrevem, pretende, nom só dar testemunho de umha tradiçom galeguista que procura para a nossa língua um lugar honroso no concerto do mundo románico, mas também efectivar essa tradiçom rompendo realmente a consideraçom do galego como língua puramente regional, sujeita a uns cánones ortográficos extrapolados da esfera estatal e contida nuns limites administrativos que lhe imponhem um léxico nom susceptível de ampliaçom nem enriquecimento pola osmose com as outras normas que se formárom no ámbito do próprio sistema.*

Na execuçom desse programa, fundado cientificamente na doutrina do Romanismo internacional e hispánico, plasmada na classificaçom dos romanços estabelecida por Menéndez Pidal, e apoiado em matéria de política lingüística pola concepçom galeguista formulada por Castelao, entre outros, nom aspiramos a desviar o nosso idioma do seu destino histórico, mas a reatar o fio desse mesmo destino no ponto em que foi cortado por umha política uniformista. Como o castelhano cumpriu o seu destino mantendo e reforçando o contacto com as diversas realizaçons do sistema florecentes dentro e fora da Península, assi o galego tem que viver em contacto frutífero com as restantes formas do iberorrománico ocidental, pois o mantimento da unidade no complexo central nom é eticamente compatível com a fragmentaçom dos sistemas periféricos, que ficariam desamparados na competitividade com o idioma do Estado e condenados a umhas limitaçons que poriam em perigo a sobrevivência de umhas línguas minorizadas.

Estes pontos de vista, nom só lícitos, mas legais, fôrom reconhecidos tais pola autoridade pertinente, e nem a revista AGÁLIA *nem a Associaçom Galega da Língua se movem fora da ordem constitucional vigente; de modo que os propósitos que determinam a nossa actividade e os meios que se utilizam para a consecuçom desses fins estám aceitados pola lei como conformes com o regulamento jurídico estabelecido. Estamos legalizados como entidade que se constitui para umha finalidade cultural legítima, e só a ignorância ou a má fé podem discutir-nos esse direito natural e adquirido a participar com plenitude na vida pública do país.*

Nom nos detemos na nossa marcha para fazer um alto no caminho e considerar o balanço da nossa obra e o trato que a sociedade e a maquinária administrativa nos outorgam. Sem nos deter, porque nom podemos perder um minuto no nosso avanço pola esgrêvia paisagem que percorremos, reflexionamos enquanto nos movemos para o horizonte que os nossos devanceiros nos marcárom, e sem cólera nem dissimulaçom formulamos umhas opinions e exprimimos uns conceitos que fixem o nosso juízo no que di respeito às condutas que se observam perante a nossa actividade.

Devemos manifestar o nosso agradecimento a todas as pessoas que nos apoiam com a sua colaboraçom e a sua ajuda económica, como os assinantes da revista, o que tem feito possível a sobrevivência da mesma. Cremos equivocada a política que parece oficial, hoje como onte, nas esferas superiores da Administraçom autonómica e que, mediante umha interpretaçom sectária do Decreto 173/1982, tende a excluir-nos da convivência literária no seio da comunidade, como se o citado Decreto Filgueira devesse equiparar-se às Decretais de Gregório IX e aqueles que amparados em Estatutos aprovados pola autoridade competente desejamos levar à prática lingüística as ideias de Castelao mediante os procedimentos legais, fôssemos heresiarcas e cismáticos dignos de perecer polo fogo e o ferro, aceso ou esgrimido por funcionários que se creem executores da única verdade, solenemente proclamada por profetas inspirados por Deus, que nom reconhecem o direito à discrepáncia e valorizam como conduta antisocial a dissidência dos dogmas lingüísticos proferidos polas Egérias de nova planta surgidas como assessores dos governantes ungidos polo carisma da infalibilidade.

O que o grupo reduzido de pessoas que exercem de feito o poder lingüístico denominam galego normativizado, e que do ponto de vista ortográfico é umha adaptaçom da norma castelhana e do ponto de vista morfológico e léxico é umha arbitrária e às vezes extravagante opçom dialectal, nom pode obrigar a umha sociedade plural que espontaneamente procura outras saídas ao problema da normalizaçom da língua; chegando-se mesmo a sujeitar a el as obras já publicadas e de autores falecidos, como se a sede de unidade se estendesse ao passado histórico, modificado polo zelo transformista dos apóstolos da unidade galega.

Nom se concebe progresso sem liberdade. Un idioma coalhado em fórmulas chancelarescas, só sujeito a revisom temporal a longo prazo por umha oligarquia desassistida do fecundo contacto como as iniciativas espontáneas dos círculos culturais que a sociedade promove, nom tem porvir como lingua nacional nem pode atingir a temperatura cordial que o galego necessita para competir em condiçons equitativas com a língua oficial do Estado, privilegiada pola norma constitucional e pola jurisprudência que interpreta aquela consoante umha filosofia residuariamente centralista. Nós nom podemos focar o galego-português, que é a língua própria da nossa terra, como umha fala meramente regional, que volte as costas —com diferença

ao que tem feito o castelhano— às demais realizaçons do sistema, e que assuma para sempre as formas gráficas académicas de umha língua irmá, mas distinta, renunciando à tradiçom histórica, como se a nossa escrita fosse umha variante dialectal da língua de Cervantes. A discriminaçom que penaliza, já na regulamentaçom administrativa, já na política cultural, a literatura que se manifesta segundo as formas tradicionais, é obra de um dirigismo autoritário que parece sonhar com a unidade de consciência e de prática dos homes e dos povos da comunidade, mais própria de um regime totalitário que de um sistema liberal. Haveria de ter-se chegado a umha decisom democrática —o que nom foi o caso— sobre a normativizaçom da língua e tal decisom só poderia legitimamente plasmar-se no uso interno do mundo oficial, pois os direitos individuais nom podem ser anulados por umha resoluçom do poder, ainda que seja produto de umha deliberaçom que registe umha vontade maioritária. A democracia está limitada, se nom quer ser demagógia, pola autonomia individual e querer oficializar a vida privada é pretender anular esta.

Certos sinais de abertura que se manifestárom a raiz da mudança de Governo realizado na nossa Comunidade autónoma, fôrom rapidamente apagados pola intervençom irada dos portavozes da competência técnica que de facto exercem o poder nesta matéria inspirando a política de funcionários e autoridades em ocasions privados de preparaçom histórica e de galeguismo operante. Exclui-se assi da participaçom na vida cultural promovida pola Junta umha parte da sociedade galega que só pretende acarretar a essa vida cultural umha tradiçom que aparece claramente assumida na doutrina de Castelao, a quem citamos mais umha vez como exemplo de falsa mitificaçom e real desprezo da sua doutrina.

Cumpre liberdade sem condicionamentos para a produçom literária, respeito para todas as opinions no campo do ensino e a investigaçom, e um prudente espírito de colaboraçom com as iniciativas privadas no campo da política oficial, que nom pode aspirar a impor, contra tantos e tam honoráveis dissidentes perante umha pretendida uniformidade lingüística forçada por um Decreto de Unificaçom, umha normativa que supom a subalternizaçom do galego.

Se a erótica do poder ou o caprichoso afám de mando de uns poucos, cegam os titulares do poder e do mando até o extremo de afundirem na areia do deserto —como quer a lenda— as suas cabeças de avestruzes para nom ver a realidade que os circunda, AGÁLIA, *em uso do direito que a lei lhe outorga e em cumprimento do dever que a história lhe impom, continuará luitando sem desmaio por umha política lingüística que nom suponha o desprezo e a perseguiçom para a tradiçom romanística e galeguista que representamos, e sem a qual os actuais governantes nom ocupariam os postos que ostentam.*

O Conselho de Redacçom

ESTUDOS

«Otero Pedraio na história do romance galego»*

Por Ricardo CARVALHO CALERO

Eu, como se indica no título desta conferência, nom vou ocupar-me na totalidade dessa obra literária, que é umha obra verdadeiramente ciclópea, que comprende muitas páginas, e que está espalhada polos diversos géneros literários, de jeito que Otero Pedraio merece realmente essa calificaçom, que como tópico se usa tantas vezes, de polígrafo. É um grande polígrafo, é um home de estrutura mental romântica, que nom distingue com precisom, que nom distingue com exactitude os limites que separam os diversos géneros literários.

Realmente, os géneros literários som algo construído *a posteriori* sobre a realidade literária. Cando Aristóteles, por primeira vez dentro da tradiçom literária e retórica de Ocidente, nos traça um quadro dos diversos géneros literários, nom procede platonicamente.

Quero dizer que a Platom, mestre de Aristóteles, mais velho do que el, podemos considerá-lo porém, do ponto de vista da sua mentalidade, como mais juvenil. Hai em Platom algo do que hai em Otero Pedraio: umha mistura, umha confusom ou umha radical integraçom do poético e do científico; mentres Aristóteles vai ser um home mais realista, vai professar umha espécie de empirismo, que o leva a construir a doutrina dos géneros literários mediante a observaçom da realidade fáctica do mundo literário em que vive.

O que ocorre é que a grande autoridade que Aristóteles conquistou levou-nos a extrapolar a toda classe de culturas o que el analisou e estabeleceu baseando-se na realidade da cultura em que el estava imerso.

(*) Texto gravado da conferência pronunciada na Galeria Sargadelos, em Santiago de Compostela, o dia 18 de Novembro de 1987, por convite da Associaçom Cultural o Galo.

Género épico, género lírico, género dramático. A elegia, a ode, a tragédia, a comédia, a epopeia, nom som arquétipos traçados, como Platom poderia suster, pola mente do Criador, que se ham de repetir forçosamente dentro de cada cultura.

Hoje sabemos que as culturas som múltiplas, e que só dumha maneira artificiosa podemos aplicar os cânones procedentes dumha determinada cultura, por exemplo a cultura clássica, a cultura greco-romana, a civilizaçons, a status culturais que tenhem mui pouco que ver coa tradiçom antiga no sentido de clássica, no sentido de greco-latina.

Hai umha literatura, hai umha cultura, hai umhas letras semíticas, hai umha literatura arábica mui importante, e que em Espanha tem umha projecçom de capital interesse, que nom se ajusta de nengumha maneira a esses cânones; nom existe o teatro propriamente dentro da cultura islâmica... Muito mais poderíamos dizer a este respeito.

Mas, o que nos interessa agora é indicar como Otero Pedraio, ainda aceitando, em princípio, os esquemas dos géneros gregos, dos géneros aristotélicos —porque todos fomos educados sobre a base da tradiçom clássica—, rompe esses limites, rompe esses valos que separam mais ou menos artificiosamente as criaçons dum tipo ou doutro tipo, e às vezes em presença das suas obras nom podemos dizer se se trata de trabalhos de tipo épico, se se trata de trabalhos de tipo lírico, se se trata de obras de carácter dramático.

A Lagarada, umha grande tragédia báquica, umha das melhores peças do teatro galego, que eu saiba jamais representada, é ao mesmo tempo umha magnífica amostra de ditirambo, e um hino à vindimia que tem muito de lírico.

E quanto à última das suas obras romancísticas importantes, publicada no ano 1935 e dedicada a Castelao no desterro (pois entom Castelao se achaba en Badajoz, como é sabido, trasladado nas suas funçons de funcionário do Estado por umha represália política), essa obra, *Devalar,* que tem umha estrutura externa de romance, é na realidade um poema, um poema geórgico ao mesmo tempo que um poema em que se pintam caracteres humanos. Hai algo de Virgílio, e hai algo de Menandro; hai algo das *Geórgicas* e hai algo dos *Caracteres* neste *Devalar,* que coroa na realidade esse ciclo de romances que vai da Desamortizaçom aos preliminares da guerra civil.

Isto é interessante porque, como em Otero lateja um pulo romântico que se combina estranhamente com uns dotes de observaçom do mundo rural (que el conhecia mui bem) dignos dos grandes escritores de tradiçom realista e naturalista, pode haver muitas confusons ao julgar a Otero, e nom podemos aplicar-lhe um cânone semelhante a aquel com que julgamos nem aos escritores românticos propriamente (um Chateaubriand, mui admirado por Otero Pedraio) nem aos escritores realistas modernos.

Realmente Otero é um mundo, é toda umha literatura el só, e na sua obra acham-se páginas que podemos calificar de inspiradas nos pré-românticos europeus, em Rousseau, em Bernardim de Saint-Pierre, e achamos páginas que nos surprendem, que nos agridem praticamente na nossa sensibilidade polo seu profundo verismo. Sempre dentro dumha fidalga, dumha senhorial compostura, Otero nom vacila em dar-nos umha visom real, realística, quase naturalística, das lacras da sociedade galega, sem que haja nel nunca um partidismo que o leve a apresentar-nos como ideal a vida dumha determinada casta.

Tem-se dito que Otero Pedraio é o grande cantor da fidalguia galega. E, efectivamente, a sua obra romancística em certo jeito é um requiem, um requiem polos fidalgos galegos. El mesmo era um home que procedia dessa casta: da pequena nobreza, nobreza nom titulada.

Apesar de que viveu numha época em que as distinçons sociais estavam desacreditadas, em todos nós fica, muitas vezes instintivamente, um pruído de admiraçom ante todo o que seja tradiçom aristocrática; por isso muitos dos comentaristas que se tenhem ocupado mais ou menos esporadicamente, ou mais ou menos superficialmente, de Otero, insistem em que era um fidalgo que vivia num paço, o paço de Trasalva.

Hai que ter em conta que jamais Otero lhe tem chamado paço à sua casa de Trasalva. Tinha a elegância de dizer «casa», «a minha casa de Trasalva», porque nel nom havia em absoluto, como havia em Valle-Inclán, por exemplo, este sentimento de casta superior, que pode ser explorado literariamente até o ponto de arrancar-lhe acordes literários de grande calidade. Pero Otero Pedraio é em certo modo o «anti-Valle-Inclán».

Em Valle-Inclán quase nom hai lugar mais que para os nobres, para os fidalgos, para o truculento Montenegro e seus filhos, e se aparecem —como aparecem realmente— figuras de caseiros, figuras de aparceiros, estes som servos, servos que admitem o seu servidume; já o dizia Valle-Inclán: em Galiza existem duas classes de pessoas, os nobres (os senhores) e os servos.

Pois bem, a obra de Valle (umha parte da sua obra polo menos, que se manifesta nas *Comédias Bárbaras* e no ciclo romancístico da guerra carlista) é umha obra aristocrática, umha obra bastante influída por escritores estrangeiros, um Barbey d'Aurevilly, por exemplo, que nos apresenta umha apologia, no fundo, da aristrocacia galega.

Ainda que decadente, é umha gesticulante raça de titans que inspira grandíssimo respeito a Valle-Inclán, quem se considera um deles; e efectivamente o era pola sua genealogia.

Otero Pedraio, em troca, e isto já se tem remarcado e é mui importante, vê a sociedade galega dumha maneira total, e sente-se identificado, com efeito, coa velha nobreza que vive ainda nos paços e cujo sol-pôr outonal vai ser cantado por el em termos elegíacos. Porém, ao mesmo tempo e directamente, sem esforço nengum, sem demagógia nengumha, comprende,

assimila, sente, comunga, a realidade da vida do campesino. Otero é tam campesino, tam lavrador, como fidalgo. E esta totalidad com que enxerga o nosso país, esta comunhom coa totalidade das formas de vida humana da Galiza do seu tempo e do tempo imediatamente anterior, é a que lhe dá umha vida que nom tem, efectivamente, esta outra estilizada, esta outra subtilmente alambicada e senequianamente forçada tragédia e comédia das obras valle-inclanescas.

Se nos acercamos à obra de Valle-Inclán, evidentemente adquirimos um conceito da Galiza que é o que se professa fora dos nosso limites, e entre aquelas pessoas que nom som galegas, e que som cultas e que nom tenhem vivido connosco um número suficiente de anos.

A Galiza de Valle-Inclán é um produto de exportaçom que se lança em Madrid por um genial mistificador, e que vai ser assumida polos leitores mesetários como a única Galiza real. Busca-se essa Galiza cando se vem à nossa terra e, naturalmente, nom se acha; e nom se acha, entre outras razons, porque os tempos cambiarom e se produziu umha série de mudanças vertiginosas ultimamente.

Mas ademais na realidade a Galiza de Valle-Inclán é um produto literário de grande calidade, ainda que um tanto enfermiço, um tanto decadente.

Em troca, a Galiza de Otero Pedraio é unha Galiza real, se bem tenhamos que resgatar do quadro da Galiza que Otero Pedraio nos traçou algumhas páginas em que a sua devoçom polos primeiros românticos, especialmente franceses, e inclusive polos pré-românticos —já citei alguns— o impele a traçar uns quadros que, na verdade, se polo seu estilo, se pola sua graça, se polo cinzelado e polo frondoso da sua linguagem nos movem a admiraçom, do ponto de vista da composiçom narrativa mais bem obstaculizam que favorecem o nosso assentimento.

Esta é, a grandes traços, a caracterizaçom que me parece poderemos dar à obra romancística de Otero Pedraio, que é umha obra eminentemente patriótica.

Ser eminentemente patriótica umha obra literária é algo absolutamente indiferente polo que se refere à sua classificaçom artística. Pode-se ser um grande patriota e um péssimo escritor, e pode-se ser um grande escritor e ser indiferente ante os problemas da pátria. Mas em Otero reúnem-se a calidade genial do escritor, a capacidade quase ilimitada de criar mundos e de imaginar formas de expressom com um profundo sentido patriótico.

Pero entendamo-nos: nom se trata dum patriotismo forçado por umha adscriçom política, nom se trata dumha literatura panfletária, de propaganda sentimental.

Hai páginas, com efeito, em que podemos registar algo disto, mas essas páginas nom som verdadeiramente relevantes dentro da obra de Otero Pedraio, e se cadra som as mais débeis do conjunto que formam os seus romances, o seu teatro, a sua mesma poesia lírica —já que também foi poeta—, e o seu interessantíssimo ensaio.

No mais profundo da literatura de Otero está um sentido natural de comunhom coa terra, que procede das circunstâncias privilegiadas em que viveu, por umha banda; e da sua enorme capacidade de comprensom e de assimilaçom, por outra. Era um home que vivia na aldeia umha parte do ano, e outra parte do ano numha pequena cidade. O Ourense da mocidade e da adolescência de Otero mal era outra cousa que umha grande aldeia situada entre vinhas e povoada por poucos artesans, por poucos fidalgos que tinham vinhedos nos arredores, e por uns cantos funcionários.

Neste mundo pequeno em que todos se relacionavam, em que D. Marcelo Macias passeava polo Esporom da praça Maior os dias de inverno, ou saía a tomar o sol pola estrada que conduzia a Vigo, todo se relacionava intimamente. Havia ademais, nos primeiros tempos da vida de Otero, umhas disponibilidades cronológicas mui grandes. Os senhores empregados nas oficinas rematavam aginha as suas tarefas apesar de que entom nom havia máquinas de escrever, e, menos, ordenadores informáticos; e depois passeava-se, celebravam-se tertúlias, eram intermináveis as conversas, e todo isso favoreceu o regosto de Otero na vida que o rodeava, e chegou a conhecê-la perfeitamente. Mas, claro, nom avonda viver no campo ou numha pequena cidade para conhecer bem esse campo e essa pequena cidade se nom se tenhem umha simpatia humana e umha simpatia cósmica que impelem a falar coa gente, a preocupar-se dos seus problemas pessoais, a ser um familiar deles, tanto dos mais encumeados como daqueles que ocupam as posiçons mais humildes na sociedade.

Hai que ter essa simpatia, essa cordialidade, esse sentimento de caridade ou de filantropia, segundo que adoptemos a terminologia religiosa ou a terminologia laica, para assimilar o coraçom mesmo do nosso interlocutor, e para penetrar coa nossa olhada o fundo das entranhas nos homes que connosco se relacionam.

Pero ademais havia umha olhada em Otero Pedraio que aprofundava na paisagem. E como el era geógrafo de profissom, e nom um geógrafo descritivo estilo antigo, senom un geógrafo que se preocupava sobretodo da geografia humana e relacionava constantemente a terra, a face da terra, coas modificaçons que o home realizava na terra e coas pegadas que a terra produzia no home, Otero resultou um home especialmente dotado para o romance.

Hai romances e romancistas que mal concedem importância à paisagem, Chékhov, por exemplo: nom lhe preocupavam mais que os homes, as paixons humanas. Hai outros, em troca, que tenhem do home umha visom estilizada, contemplada longiquamente e que, em contrapartida, som magníficos extractores do lirismo da paisagem; por exemplo, Gabriel Miró.

Em Otero juntam-se as duas qualidades, e juntam-se ademais com umha modéstia, com umha naturalidade, com umha falta de ostentaçom e de exibiçom que o pom mui por cima dumha geraçom posterior de escritores espanhóis que buscarom surprender-nos coa truculência, que buscarom

assustar-nos co sangue ou os atrevimentos na descriçom de cenas sexuais, e que nos deixam hoje frios porque vivemos numha sociedade permissiva na qual o que nos interessa é o profundo latejo íntimo das vidas, e nom exibiçons e atrevimentos que hoje nom o som porque nom existe umha censura que poda perseguir-nos, e aquel tipo de escritor que se vendia às furtadelas polas suas audácias está fora do mercado actual.

Assi, pois, eu valorizo extraordinariamente a obra romancística de Otero, que tem na realidade um protagonista único, que é a nossa terra, que é Galiza; e o é nom só em obras como *Devalar,* nas quais a presença desse protagonista se manifesta dumha maneira praticamente expressa, dumha maneira explícita. Esta obra lembra os unanimistas franceses ou certos escritores americanos, como John dos Passos, que som capazes de traçar umha série de obras narrativas cujo protagonista é umha colectividade, por exemplo *Manhattan Transfer,* que tem como protagonista na realidade a Nova Iorque. Pois este tipo de obra é *Devalar,* e aí Galiza é realmente o protagonista, mas nas demais ocorre o próprio, porque na primeira e mais ambiciosa obra de Otero Pedraio no género do romance, ou seja, *Os caminhos da vida,* se nos apresenta nada menos que a transformaçom da sociedade galega como conseqüência de duas cousas: a Desamortizaçom e a Revoluçom Industrial, que incorpora o comerciante castelhano à nossa vida (o comerciante castelhano que vai ser satirizado em *O porco de pé,* de Risco), e que transforma assi mesmo as condiçons da economia do país mediante o trânsito dumha economia natural, dumha economia de produçom principalmente agrícola e de câmbio em espécies à economia monetária.

Entra o dinheiro, o comerciante castelhano, que aproveita a construçom das estradas para situar-se estrategicamente. Os nossos paisanos começam entom a ver o dinheiro, praticamente, e, claro está, o dinheiro, tam doestado por alguns poetas americanos modernos que representavam umha postura de protesto dentro do seu país, o dinheiro, trai consigo também umha regulaçom da vida, da vida social, que nom só da economia, fundada em leis rígidas; um direito positivo e escrito, que é também umha revoluçom dentro don nosso país.

O camponês regia-se por velhos costumes, por acordos que nom se concretizavam em documentos; um direito consuetudinário e venerável governava as relaçons sociais entre nós. Mas agora co dinheiro, coa letra de câmbio, coa moeda, vem a necessidade do contrato, da actividade do notário, e aparece outra figura, a do curial, que, juntamente coa do comerciante, coa do burguês, é umha figura que Otero Pedraio, no coraçom aderente ao sistema antigo (nom polo que tinha de arcaico, mas polo que tinha de natural), vê sempre de um ponto de vista satírico.

As figuras de curiais, as figuras de comerciantes, forom vistas sempre por Otero —como por Risco— de um ponto de vista crítico e satírico. *O porco de pé* é a sátira do comerciante castelhano alheio realmente à tradi-

çom do país, que se fai, porém, o dono da cidade e chega a ser alcalde, antes da Ditadura e logo também coa Ditadura de Primo de Rivera.

Mas se Risco se burlou em formas muitas vezes sangrentas do filisteu, do burguês, do home económico, fazia-o principalmente por considerá-lo, como pudo considerá-lo por exemplo Heine, umha figura carente de graça, carente de estética.

Frente ao filisteu está o intelectual, o escritor, o artista; esta é a posiçom dominante em Risco apesar da sua grande preocupaçom polos problemas do país. Mas conserva todo aquel dandismo que caracterizava os homes que faziam *La Centuria,* enquanto Otero Pedraio, originalmente um indivíduo semelhante a Risco, semelhante a estes intelectuais de tendência cosmopolita cujos deuses literários eram os simbolistas franceses. Otero, digo, depois de dar voltas arredor de si, acha que na comunhom coa sua terra está a sua salvaçom; surde o galeguismo, surde o nacionalismo como religiom salvatória à maneira das velhas religions da antigüidade tardia, e as raízes campesinas de Otero sobreponhem-se a esse espírito cosmopolita com muita mais autencidade que no caso de Risco, que, ainda que escreveu formosas páginas em louvor da Terra (por exemplo a sua novelinha, ou mais bem, diálogo platónico, *A Coutada),* foi no entanto sempre um home mais intelectual, menos capaz dumha espontânea comunhom coa natureza, menos capaz de sobrepor essa comunhom ao excessivo apreço que ameaça ao intelectual profissional pola inteligência e a arte, polos produtos da cultura urbana.

O que professa um amor fetichista pola inteligência e pola arte, o que se enche a boca chamando-se intelectual ou artista, geralmente nom o é; é um *snob* que pretende ocupar na sociedade um posto brilhante.

Para ser verdadeiramente intelectual e para ser verdadeiramente artista, é preciso conhecer os limites da inteligência, os limites da arte, e entom precisamente essa capacidade de deter-se onde se deve deter um para nom professar à maneira dum Mallarmé, por exemplo, umha religiom exclusivamente estética, imbui, enche dumha cordial humanidade umha obra que, deste jeito, pode ter um eco mais persistente, nom só nos coraçons, mas nos cérebros dos leitores umha vez passada a moda que pode justificar muitas aberraçons.

Hai, pois, em Otero Pedraio um romancista importante, cuja obra literária embora nom seja mais que polo feito de que el escreveu mais obras narrativas, longas e breves, que qualquer outro escritor galego, já lhe confere umha posiçom de privilégio dentro da nossa literatura e da nossa cultura.

Pero além disto, como indicámos, Otero Pedraio é um chafariz de luminosidade estilística; tem umha capacidade de expressom verdadeiramente extraordinária, verdadeiramente assombrosa, verdadeiramente abraiante; por isso em vida, cando na época franquista chegou a ser mais famoso que o fora nunca, cando já velho e portanto contemporizador, levado polo

seu espírito de generosidade, de amabilidade, de cortesia, sabia concitar-se o respeito, a adesom e até a admiraçom de todos, nessa época, digo, Otero Pedraio nom produziu já grandes obras romancísticas, mas logrou graças aos seus discursos surprender e engaiolar a todo o público.

No entanto, hai que ter em conta que o feito da oratória, o tipo de oratória digamos académica (porque já entom nom eram possíveis os discursos políticos de Otero Pedraio), suscitava tanta admiraçom como dificuldade de comprensom por parte de umha série de ouvintes pertencentes ou às novas geraçons ou a geraçons antigas mas educadas num ambiente distinto.

A que se deve isto? A que se deve que Otero fosse um escritor muito mais admirado que lido? A que se deve que tivesse um público que escuitasse os seus discursos e que levasse a impressom de que presenciara um magnífico espectáculo de fogos artificiais e saísse deslumbrado, mas sem penetrar fundamente na profundidade conceitual dos discursos de Otero?

Hai que ter em conta que Otero de nengum jeito pode ser considerado com um retórico baleiro. Em Otero hai doutrina constantemente, doutrina política, doutrina moral, doutrina social, doutrina artística... mas nom é um retórico baleiro de nengumha forma. Pois devia-se a que a enorme cultura humanística de Otero fazia que el vivesse a vida literária, artística e cultural como outros vivem a vida natural, e entom aquela série de enumeraçons e de citas de escritores e de obras, de obras literárias, de obras musicais, de obras escultóricas, de obras arquitectónicas, de obras filosóficas, produziam certo mareio no tipo de intelectual mais asséptico, mais constrangido, que nom podia digerir co seu miserável estômago essa enorme riqueza alimentícia, que do ponto de vista artístico este grande produtor que era Otero lhe proporcionava.

De todos os jeitos, se nom era comprendido na sua integridade, todos os que o rodearom acabarom convencendo-se de que estavam em presença dumha figura genial, figura genial que nom obstante nom apresenta na sua obra os caracteres dumha perfeiçom clássica. Mas digamos algo, finalmente, do papel que no decurso da história do romance galego Otero representa.

O romance galego, cando nasce? Bem, aqui hai duas doutrinas verdadeiramente incompatíveis. Para uns, Galiza nasce na Idade Média, nasce cando o seu idioma, e entom temos umha etapa brilhante, umha etapa em que a Galiza nascente forma umha unidade co resto daqueles territórios que pertencerom à Gallaecia romana. É a época que chamamos da literatura galego-portuguesa, e brilha sobretodo nos textos trovadorescos que os cancioneiros nos conservarom.

Depois, como é sabido, hai umha etapa de obscuridade, umha etapa de decadência, em que o idioma galego deixa praticamente de ser umha língua literária e se reclui no âmbito dum dialecto rural: é a época da castelhanizaçom. O galego usa-se só no campo, ou, se se usa nas cidades, usa-se

no âmbito familiar; mas, para todas as ocasións solenes e decisivas, empregase a sonora língua castelhana, e entom, naturalmente, como passa sempre que se produz um bilingüísmo deste tipo, a língua mais elevada na ordem institucional e social pugna por eliminar a mais humilde e recluída em planos menos brilhantes. De maneira que o galego nom somente quedou recluído nesta esfera subalterna da conversa coloquial, mas além disto quedou estranhamente fossilizado, de jeito que cando algo se inventava, cando algo chegava ao nosso país, chegava como manifestaçom progressiva ao través do castelhano. Entom o galego nom se regenerava, nem a deriva do idioma continuava produzindo.

É evidente que umha língua nessas condiçons está destinada a morrer. Pode durar mais ou menos tempo (pero nom muito tempo) porque nom existiam ferrocarris, porque os caminhos eram escassos e as comunicaçons nom traíam até o mesmo miolo da vida campesina, como traem hoje as inovaçons idiomáticas.

Mas agora nom estamos a tratar deste problema de sociologia e de filosofia da história da língua galega, senom que nos estamos referindo ao feito de que ao falar do romance galego, podemos partir da época medieval, ou podemos partir do ressurdimento, do ressurdimento que no Romantismo tardio (na realidade já na época do Realismo, pero cando ainda dominavam no nosso país, arcaicamente, muitas tradiçons românticas) produz um tímido volver ao galego no campo literário.

Por suposto, como em todo, os galegos podemos eleger entre ter um passado distinguido, um passado ilustre, ou ter uns ascendentes que mal se remontam a um século ou pouco mais.

Quero dizer com isto que hai quem quer refugar toda a literatura galego-portuguesa como nom nossa, e hai quem, polo contrário, considera que essa é umha tradiçom interrompida na consciência do país certamente desde fins da Idade Média, pero a que hai que volver, na qual hai que reincorporarse, porque o contrário é renunciar aos mais distinguidos dos nossos antepassados.

Se aceitamos a doutrina que parece mais digna, considerar que assi como o *Poema do Cid* é um antecedente de Azorín, as obras literárias da época medieval som antecedentes de Otero Pedraio, entom situamos Otero numha linha romancística que tem muito interesse. Porque o romance existiu, por suposto, na Idade Média: o que ocorre é que na Idade Média se dava umha comunidade de espírito europeu, que fazia que o objecto real da literatura fossem umha série de *tópoi*, umha série de lugares comuns, umha série de tradiçons, umha série de lendas ou umha série de sentimentos que tinham diversa origem, que eram comuns a toda a Europa.

Entom falava-se da naçom europeia, da naçom cristá, que vinha a ser o mesmo porque entom havia unidade de fé na Europa. Havia certamente um cisma, o Cisma de Oriente, e mais os cismas de Ocidente, mais ou me-

nos passageiros, mas todo o mundo era cristao, todo mundo, desde os territórios dominados polo Basileus de Bizâncio até o fisterres armoricano, galaico e britânico, todo o mundo se considerava redimido polo sangue de Cristo: havia unidade de fé.

Esta unidade de fé criava umha consciência comum, sublinhada polo feito de existir nos primeiros tempos, na alta Idade Média, umha mesma língua para expressar esta cultura, que era a língua latina; um latim naturalmente mais ou menos transformado, mas que todos os clérigos, todos os *clercs* cultivavam com igual sentimento de propriedade. Entom os temas eram unos, e os romances galegos som os romances franceses, som os romances italianos, som os romances, mesmo, germânicos e até eslavos.

Os grandes ciclos de narraçons, o ciclo clássico, o ciclo bretom, o ciclo carolíngio, tenhem a sua repercussom entre nós; de maneira que nós temos a *Crónica Troiana* e a *História Troiana,* que som versons galegas ou bilíngües dum tema que em França, que era o grande centro de difusom desta temática, foi especialmente ilustrado pola obra de de Sainte-Maure, que reproduziu uns apócrifos gregos que à sua vez conhecíamos principalmente através de traduçons latinas.

E temos a brilhante literatura bretoa, todo o ciclo artúrico, o ciclo do Graal, *A demanda do Graal* e o *José de Arimateia,* que conservamos na sua totalidade, e os fragmentos posteriormente descobertos do *Tristám* e do *Merlim,* que formavam parte da grande vulgata que nos apresentava, primeiro numha versom cavaleiresca, mas logo numha versom monacal, a busca do Graal; primeiro nas aventuras galantes dos cavaleiros da Távola Redonda, os pecados de Lançarote e Genebra, de Tristám e Iseu; de depois, cando o clero se apoderou desta temática, a transformaçom ao divino destas aventuras.

Procura-se o Graal, e o Graal vai redimir os pecados de galantaria dos cavaleiros da Távola Redonda. Galaaz, filho de Lançarote, vai purificar em certo modo os amores adúlteros de seu pai.

Dentro desta tradiçom nom podemos dizer que haja temas que se perpetuem mais além da própria Idade Média, pero si sabemos que modernamente forom retomados, forom reatados por escritores actuais, escritores inclusive de obras narrativas. Estám presentes na vossa mente agora umha série de nomes de escritores de diversas geraçons que trataram brilhantemente estes temas artúricos. Tratou-nos, claro está, Cabanilhas em verso nas *Sagas do Graal,* mas sabemos que outros autores mais moços também tocarom estes temas.

Nom obstante, coa reapariçom do romance depois que o Romantismo difundido por toda Europa reavivasse o sentimento da autenticidade do próprio, do local, do típico, surdirá de novo umha literatura neo-ocitánica e catalá, e umha literatura galega, que refugavam a tirania das línguas oficiais dos Estados em que estavam inseridos os falantes e escreventes nestas

línguas marginadas e marginais; entom nesse momento hai praticamente umha nova série de literaturas que, se sentimentalmente evocam os precedentes medievais melhor ou pior conhecidos, nos aspectos técnicos dependem das grandes literaturas triunfantes desde o Renascimento nos Estados onde as línguas marginais precariamente se conservaram. E os modelos dos romances que agora se escrevem nessas línguas, som as obras clássicas ou contemporâneas dos escritores de maior prestígio nas línguas oficiais. Isso é o que passa na literatura galega.

E, prescindindo agora dos ensaios de relato breve, que som mui importantes entre nós, lembremos que cando Otero começa em 1928 a produzir a sua novelística temos diversos intentos de criar um tipo de romance, um tipo de *novela longa* (o castelhano é o único idioma latino que chama *novela* ao que chamam *romance, roman, romanzo,* as demais línguas latinas, porque *novela* é naturalmente um diminutivo, e originariamente designa o relato breve, a *novela curta* de hoje para o leitro castelhano. Cervantes jamais chamou novela ao *Quixote;* aplicou esse nome às *Novelas exemplares,* mas nom ao *Quixote).*

Pois bem, temos estes intentos de romance, que, por suposto, chamavam «novelas» com submissom resignada à terminologia castelhana, pero hoje estám-se publicando, e ainda que muitas delas nom tenham grande valor literário, temos que amar todos os esforços que se figerom para refazer a nossa literatura, que é refazer a nossa alma, que é refazer o nosso espírito. E neste sentido som de lembrar *Majina,* de Valladares (publicada em 1880); as novelas de López Ferreiro, novelas históricas inspiradas nas de Walter Scott mas mais breves geralmente, das quais *A Tecedeira de Bonaval* é a melhor, de ambiente, como indica o seu título, compostelano (é de 1894); recordemos também *A cruz de salgueiro,* de Rodríguez López (de 1899); *A besta,* primeiro ensaio de novela naturalista, mas curiosamente concebida de um ponto de vista católico, que até certo ponto é umha réplica da novela de Zola, assinada por um Jam de Masma, que era um escritor chamado Patrício Delgado Luaces (publicada também em 1899).

Às que seguem, ainda nos começos do século, a *Fermosinda,* de Porto Rei, publicada em 1918, umha falsa novela histórica que se desenvolve numha Idade Média convencional; a *Néveda,* de Francisca Herrera Garrido, de 1920; e o *Estevo,* que é de 1927, de Lesta Meis, romance interessante, mas para mim inferior ao seu protótipo em forma de novela, quer dizer, em forma de texto breve, que se publica com anterioridade, e que pola sua maior contençom devemos considerar mais logrado. Obra esta, tanto na sua versom breve como na mais desenvolvida, que tem ademais o interesse de que por primeira vez se nos dá por um escritor galego umha visom da vida do emigrante no lugar da imigraçom, neste caso concreto, em Cuba.

Porque até agora se vira o tema da emigraçom quase exclusivamente do ponto de vista do que fica no país. Rosalia de Castro tratou este tema com grande profundidade numa secçom de *Folhas Novas,* mas ela situava-

se no Parrote, onde embarcavam os emigrantes para América. Tem algumha alusom à vida fora do país, mas, claro, ela nom a conhecia, e por tanto estas alusons som praticamente irrelevantes na sua obra.

Em troca Lesta Meis, que foi el mesmo emigrante, pudo-nos traçar um quadro interessante da vida em Cuba, nos engenhos, em contacto coas formas de vida próprias da *manígua.* Mas eu prefiro, já digo, a versom breve, *Manecho, o da rua,* umha novelinha que está mais centrada, a este demasiado desenvolto e um pouco distendido, um pouco excessivamente prolixo, *Estevo,* publicado posteriormente.

E esta era a situaçom do romance cando Otero Pedraio publica *Os caminhos da vida,* em 1928.

Recordo mui bem aqueles anos. Vós, grande parte de vós olha-me com um pouco de surpresa, mas enfim, o ano 28 para mim é onte, de maneira que estou perfeitamente imerso agora na atmôsfera daqueles dias, estou vendo Otero Pedraio em Ponte-Vedra, regalando exemplares de *Os caminhos da vida* e dizendo que se publicara em três tomos porque assi o julgara conveniente o editor.

O editor era Ángel Casal, o benemérito martir e amigo de tantos de nós; o editor preferiu publicá-lo em três volumenzinhos, pero Otero fijo-o como umha obra única. Efectivamente, veu em três volumenzinhos, que correspondem às três partes em que se divide: «Os senhores da terra», «A Maorazga» e «O Estudante».

Pois bem, esta obra inicia esta grande epopeia das mudanças sociais da Galiza a partir da Desamortizaçom. Hai um capítulo, em «Os senhores da terra», em que um crego, um crego tradicionalista, um crego carlista, que representava, digamos, o Antigo Regime, chama a desoras à porta dos Doncos, umha família de nobres, de fidalgos, que recebem com alvoroço a notícia de que vai amanhá estalar a revoluçom carlista em toda Espanha, e que vai impor-se imediatamente o regime representado por D. Carlos, o irmao de Fernando VII, porque o governo de Maria Cristina, o governo da Regência, o governo da Raínha-meninha, D. Isabel, cometera o grandíssimo erro de impor a Desamortizaçom e a Exclaustraçom. E isto vai produzir umha sublevaçom geral: a gente do povo nom vai tolerar que se expropriem os bens eclesiásticos; vai sublervar-se o país, e entom esta é umha notícia maravilhosa, extraordinária. Naturalmente, isto nom ocorreu. Hai, com efeito, umha parte do povo que apoiou os carlistas, mas a maioria mantém-se, sobretodo no nosso país, cautelosamente à espreita, e o carlismo depois de três guerras infrutuosas, acaba por desaparecer.

É umha passagem mui formosa cando, efectivamente, este crego, D. Jacobe de Castro, chama a desoras no portom da casa dos Doncos para dar-lhes a boa nova que foi, com efeito, o princípio da transformaçom social que em último termo anulou todo ou quase todo o que representava aquel crego e os mais de Galiza. Estamos no momento em que vai nascer

Rosalia. 1836-1837, desta época som os primeiros decretos, as primeiras leis desamortizadoras, que, como dizia Otero Pedraio, criarom umha grande revoluçom. Foi a grande revoluçom em Espanha, antes da que se produziu à conseqüência dos câmbios dos tempos já durante os nossos próprios anos.

E esta obra apresenta-nos a evoluçom da sociedade galega até aproximadamente às vésperas setembrinas. De maneira que é a etapa dos precursores.

Como é sabido, pode-se continuar esta história épico-lírica de Galiza através de Otero Pedraio na sua seguinte obra, o romance *Arredor de si,* que nos apresenta a história da conversom ao galeguismo dos homes que faziam *La Centuria.*

Hai sempre um herói em Otero Pedraio que leva o nome de Adriám Soutelo ou Adriám Solovio, e que representa a sua própria figura, enquanto esta se converte no eixo dumha acçom. Porém, como tem dito Risco, *Arredor de si,* mais que umha biografia mais ou menos fantástica (porque nom hai obras biográficas novelísticas que se podam confundir com verdades históricas), mais que umha biografia dum home, era umha biografia do grupo, porque todos aqueles homes andarom arredor de si, e logo acharom ao fim a sua justificaçom, acharom a sua salvaçom no destino de servidores do país. Ao qual uns permanecerom fieis até a morte, enquanto outros, por debilidades humanas, por circunstâncias que nom podemos julgar, volverom a cair naquel dandismo, naquela versatilidade que os engaiolou antes de achar o caminho da sua terra.

Esta obra, pois, *Arredor de si,* apresenta-nos esse momento, o momento da Geraçom Nós.

E, finalmente, *Devalar* é um grande poema, um romance feito com umha técnica mui notável, porque em Otero hai muitos achados técnicos que demostram que lia escritores mui modernos, escritores do seu tempo; *Devalar* é a história de Galiza, a história natural e humana de Galiza nos tempos do Seminário, do Seminário de Estudos Galegos. Por isso eu tenho sempre indicado que os que trabalhámos no Seminário de Estudos Galegos achamo-nos representados por duas figuras desta obra: Martinho Dumbria e Paulinhos Fontela, que som rapazes criados pola imaginaçom de Otero, que em certo modo nos idealizam a nós mesmos; o que teríamos querido ser era aquilo, dous rapazes que, cultivando diversas disciplinas, chegam a libertar-se da côdea imposta por umha educaçom exotizante, e a consagrar-se ao seu país.

Inclusive um deles, Pauliños Fontela, escreve umha novela, *As palmas de Ervom,* que vai ser escrita por Otero Pedraio depois em castelhano co nome de *Las palmas del convento.*

E *Devalar* está inspirada numha obra de Castelao, numha obra gráfica de Castelao, que se chama *Devalando;* e está dedicada, como dizíamos, a Castelao no desterro (Castelao achava-se em Badajoz). Em *Devalar*

manifesta-se esta capacidade de compreensom da mocidade por Otero, que ia ser precisamente o derradeiro presidente do Seminário de Estudos Galegos. Apresenta-se-nos umha Galiza unida por mil caminhos em que se nos traçam quadros admiráveis de realidades da vida geórgica e urbana, como a escasula, a vindima, a orvalheira na rua, os socos na corredoira, umha viagem trem misto, a aprendizagem dos moços na Universidade de Santiago, e, finalmente, reúnem-se aquelas alusons a diversos fragmentos da vida galega, para uni-los como um acorde final que é o monólogo dum caminho, o caminho que une as vilas e que une os diversos lugares de Galiza.

Agora, como sabedes, estám-se reeditando os romances de Otero. Falta ainda por reeditar, nos anteriores a 1936, o *Gelmírez,* e este *Devalar.* Desgraçadamente, as ediçons que se fam, som ediçons que estandardizam a língua de Otero; e portanto modificam a linguagem do nosso mestre, que por certo é umha linguagem que nom tem aquela transparência, aquela coerência dos ensaios, admiráveis para o seu tempo, dum Cabanilhas ou dum Castelao. É umha língua mais turva, mais cheia de asperezas e de inconseqüências, mas é a de Otero. Queridos amigos, é unha responsabilidade enorme colher a obra de Otero e corrigi-la como se corrige o exercício dum rapaz por um professor de primeiro ensino ou de bacharelato. Umha cousa é que se faga umha ediçom crítica indicando os hiperenxebrismos ou os castelhanismos ou as faltas de sintaxe de Otero, promovidas sempre polo fenómeno da diglóssia, e outra é que, como a Inês de Castro segundo a lenda a tirarom da tumba para vesti-la com um traje régio, incorramos no macabro desporto de colher Otero e convertê-lo num fantasma enfeitado que reina depois de morrer, conforme um galego decretado que el nem sequer conheceu, ao qual nom podia aderir porque é posterior à sua morte.

Pois bem, para rematar, indicaremos que esta série de romances contemporâneos, que nos apresentam todo um século da vida moderna coa transformaçom da Galiza agrícola com campesinos, senhores e frades cobrando rendas, numha Galiza em que tem umha importância o comercial e o administrativo que nom tinha antes, está completada coa visom dumha Galiza mais antiga, representada fundamentalmente pola novela *A romeiria de Gelmírez,* que com admirável erudiçom traça o itinerário da viage que realizou Gelmírez desde Compostela a Roma, passando polos mosteiros cluniacenses de França, das Gálias, donde nos chegava o apoio da poderosa ordem de Cluny, para impetrar de Pascoal II, cluniacense el mesmo, a concessom do pálio arcebispal.

Já sabedes que a concessom do carácter metropolitano, mentres Mérida estivesse em poder dos infiéis, a Santiago de Compostela (depois conquistou-se Mérida, mas Santiago já nom renunciou, naturalmente, ao carácter metropolitano), foi obtida graças à simpatia à Igreja compostelana do papa Calisto II, irmao do Conde D. Raimundo de Borgonha, em cuja chancelaria Gelmírez novo figera as suas primeiras armas de político. O papa concedeu esta graça sem que Gelmírez fosse pessoalmente pedir-lha:

enviou emissários. Pero antes Gelmírez conseguiu o pálio arcebispal, que, já sabedes, é essa espécie de estola que vestem os arcebispos e alguns bispos; de maneira que foi passo prévio à concessom do carácter metropolitano.

Este romance, no qual figura aquela famosa descriçom de Galiza que eu reproduzo numha antologia que publiquei hai algum tempo, nunca foi reeditado. E por certo que lhe tributou Cunqueiro, um dos poucos escritores que em imaginaçom se podem comparar com Otero, umha curiosíssima homenagem.

Cunqueiro Mora, Álvaro, o grande escritor mindoniense, nos primeiros tempos do franquismo, publicou em 1945 umha novela sob o pseudónimo de Álvaro Labrada, inspirada na figura de Sam Gonçalo, o bispo Sam Gonçalo de Mondonhedo, aquel que logrou mediante as suas preces afundir umha esquadra de normandos que queriam desembarcar na ria de Foz.

Pois bem, esta novela, *San Gonzalo,* novela histórica hagiográfica, traça-nos umha viagem de Gonçalo a Roma, e esta viagem, em castelhano, reproduz, abreviando-as e adaptando-as, páginas e páginas de *A romeiria de Gelmírez.* Porque ocorreu isto! Porque Cunqueiro era capaz de inventar todas as viagens de Sam Gonçalo a Roma, ainda que el nom tivesse estado nunca ali, com aquela portentosa imaginaçom que tinha. Por quê, logo, traduziu amplamente o texto oteriano?

Eu tratei de averiguá-lo, e umha vez aludim a este feito ante o próprio Otero Pedraio; Otero Pedraio, ou nom estava inteirado, ou botou a bola fora, fijo-se o parvo e nom me dixo nada, nom tirei nada del. E a Cunqueiro —a quem tratava muito também—, claro, nom me atrevim realmente a falar-lhe, porque isto tem todos os caracteres exteriores dumha apropriaçom injustificada.

Ora bem, como sabemos que era Cunqueiro tam capaz como Otero Pedraio, ainda que com menos erudiçom, de traçar umha viagem imaginária, temos que perguntar-nos a que se deve esse feito. Eu creio que se deveu a que seguramente tinha comprometido o envio do original num determinado prazo, talvez caducado, e o apressavam para que enviasse ao dia seguinte ou dentro de dous dias o original convido, e nom tivo mais remédio que colher a máquina e ir traduzindo o texto de Otero Pedraio, porque o tempo nom dava para mais. Pero o caso é que este feito se dá; por suposto, conste, repito, que Cunqueiro tinha tanta imaginaçom ou mais imaginaçom que o próprio Otero Pedraio; entom é um feito inexplicável e sobre o qual, confesso, nunca me atrevim a perguntar-lhe nada a Cunqueiro, que era um home na realidade mui tímido, e ante a aparência de expólio que isto tinha, pois quiçá se tivesse turvado; assi que me pareceu delicado nom perguntar-lhe nada. E os intentos que figem de conhecer a reacçom de Otero, de saber se Otero estava inteirado deste feito, produzirom o resultado que vos indiquei. Foi un córner que nom facilitou o jogo.

Estaria bem, se nom fosse que o relógio me está ameaçando coa sua eloqüência mecânica e tenho que terminar, fazer umha pequena catalogaçom das principais figuras, dos principais personemas que em Otero Pedraio aparecem: o fidalgo tolo; o intelectual como Adriám Solovio, Adriám Soutelo, Adriám Silva; a fidalga formosa, como a Rosalia que aparece em *Os senhores da terra;* a fidalga activa e forte como a Ramoninha da mesma obra, ou dona Adelina de *O senhorito da Reboraina;* umha personagem preciosa que é a aldeá, a mulher do campo que se enamora dum senhor e que é fiel.

É curiosíssimo que estas mulheres, estas moças alheias, por que tem predilecçom Otero como escritor e eu como leitor, levam uns nomes em que avondam as consoantes bilabiais, as consoantes nasais; chaman-se sempre Bibiana, Balbanera, Genoveva... Evidentemente, estám inspiradas nalgum recordo adolescente de D. Ramóm.

Ao lado deste tipo feminino tem menos importância o tipo de mulher exótica, a Edith irlandesa de *Os caminhos da vida;* a china Tehun-Tsiu da última novela de Otero Pedraio em galego *O senhorito da Reboraina;* Emma, dessa mesma novela; ou a senhorita de Vilarpunteiro de *O mesom dos ermos.*

Hai logo o petrúcio aldeao, que já pode estar representado num protótipo por Pantelas, o home livre da primeira novelinha breve que Otero publicou.

Devo dizer que o último dos romances da série de Otero Pedraio que nos traça o quadro da vida de Galiza através dum século é *O senhorito da Reboraina,* o único romance em galego de Otero Pedraio publicado depois da guerra, quando Otero já nom era o mesmo, quando Otero estava em certo modo mitificado, estava rodeado de admiraçom mas ao mesmo tempo neutralizado, que é o que se fai sempre quando se pratica o culto dumha personalidade dumha forma colectiva quase unânime. Este romance, inferior evidentemente em mérito e em rigor aos romances anteriores à guerra, é curioso porque parece como umha paródia dos próprios romances de Otero.

O senhorito da Reboraina é um personagem histórico, D. Joam Manuel Pereira, que foi senhor dum paço que hai nas proximidades de Redondela e que se chama o paço da Reboreda, nom da Reboraina. Foi republicano, amigo de Castelar; foi embaixador, no Extremo Oriente, de maneira que se foi alá, a Indochina, andou na China também, pero como a primeira República espanhola durou tam pouco, chegou-lhe a notícia de que já estava destituído como embaixador antes de que pudesse chegar obviamente à China, pero ocorrerom-lhe umha série de aventuras naquel país que traça Otero Pedraio com um pincel que recorda em certo modo a Cunqueiro, como se lhe devolvesse a homenagem involuntária de tomar aquelas páginas da *Romeiria de Gelmírez* para *San Gonzalo,* agora nos traça umhas páginas bastantes extravagantes, dum humor que parece cunqueiriano.

Agora remato de verdade, pero quero, lamentando muito nom poder estender-me mais para render a homenagem que merece Otero Pedraio, quero indicar que se fala em ocasions de que Otero Pedraio é um autor idealista, romântico, que canta aos fidalgos como se se tratasse dumha casta agrégia, umha espécie de arcanjós patriarcais, à maneira de Valle-Inclán. E nom é assi. Hai, efectivamente, figuras de nobres, de fidalgos, distinguidos, cavaleirosos, muitas vezes débeis, que arruínam o seu património, como passa no paço dos Puga em «Os senhores da terra»; mas, se lestes *Os caminhos da vida,* poderedes recordar que ali hai um ritmo de contraposiçom entre duas famílias habitantes de dous paços: os Puga e os Doncos.

Por certo que os Puga reproduzem mais ou menos indirectamente a própria casta de Otero Pedraio; o Estudante, o último senhor do paço dos Puga, é o próprio pai de Otero Pedraio, ou umha transposiçom literária do pai de Otero Pedraio.

Pero os Doncos, que nom souberom conservar o seu patrimonio, caírom na abjecçom. Houvo dous morgados que cometerom dous terríveis assassinatos. E vou ler, para rematar, para que as minhas palavras um tanto confusas e um tanto precipitadas, sejam coroadas pola palavra do nosso querido amigo e mestre D. Ramom Otero Pedraio, vou ler um troço em que, com um realismo atroz, se descreve a abjecçom e a decadência da casta dos Doncos. D. Caetano, que era o velho senhor do paço, já nom regia, e os seus filhos tratavam-no ignominiosamente.

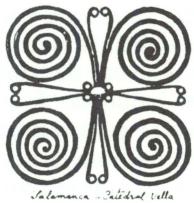
Leamos esta página:

> «O dom Caetano , já parvo, está afundido num silhom, preto da solaina do meio-dia. Tem as barbas, as solapas do capote, a manta que lhe cobre as pernas, lixadas pola porcalhada do jantar. Baixinho, baixo, reza a calquer santo; tem medo, e já ò empardecer, polo vam da porta, vai passar silandeira umha pantasma. Trema todos os membros tolheitos; quer berrar e nom se astreve. Ofrece ir em pelerinage às Ânemas de Santiago. Vai medrando a noite. Da cozinha chega um balbordo de cuncas e jerras, de apoupeos e de risadas. Quer berrar pola mulher. Canto daria por tê-la ali, ò seu pé, e ranhar-lhe a fermosa testa coberta de riços negros! Passa o Laureano; dazaoito ou corenta anos. Nom se sabe. Corpo gigante, abombeado o peito, pernas coma raízes de carvalhas, retortas e trencas; ò passar bota-lhe ò pai a língoa cum gesto de demo bulreiro. Por fim lembram-se dil na cozinha e vem um criado langranote cum prato de sopas na mam. Leva a monteira posta e meia ola de vinho no corpo. Chegando-se ò amo espeta-lhe o prato nas gorjas. A faciana do velho manifesta um horror e um nojo. Entom o langranote mete-lhe na boca umha culherada com culher de pau e di:
>
> —Come, porco, e farta-te! E logo nom queres fazer o osso beilando na cozinha.

O velho pecha as genzivas sim dentâmia, e seus olhos moles, onde molha umha bágoa, afundem-se na quente lavadura da sopa».

Idealizaçom dos fidalgos? Cando procede. Pero constataçom notarial da degradaçom da sociedade a que o próprio Otero pertencia cando hai que fazê-lo constar. Nom quer restaurar umha sociedade galega que viva sob o governo dumha aristocracia já definitivamente empobrecida, material e espiritualmente. O que quer é que se promova um espírito de substituiçom daquela casta que num tempo deveu (e nom fijo) orientar a vida colectiva do país, por outra casta de fidalgos no sentido espiritual, procedente de qualquer ordem, de qualquer estamento social, pero que tenha consciência da Terra, e que promova o seu renascimento.

É o que expressou no conto *A sirena,* onde um senhorito de paço, casado com umha mulher do Norte, que simboliza a modernidade, quer regenerar o país. Por suposto, deverom ser naquela época os fidalgos os realizadores desta política; mas os fidalgos podem sê-lo de qualquer procedência, com tal que tenham a nobreza espiritual que se necessita para sacrificar-se polo país e para saber procurar de novo aqueles caminhos que outrora nos permitirom ser nós, e reviver-nos e ser outros, melhorando-nos e superando-nos cada día.



Lembrança de Carré, com excertos sobre teatro*

Por Jenaro MARINHAS DEL VALLE
Membro numerário da Real Academia Galega

Em 31 de Agosto próximo cumprirá-se o primeiro centenário do nacimento de Leandro Carré Alvarelhos, que nace, estuda, trabalha, casa e morre (1976) na Corunha, sofrendo por toda a segunda parte da sua vida umha mágoa que nom cessa, que o ranha e lhe doi na alma como um cancro maligno sem cura nem alívio: a perda do único filho varom, vítima da repressom brutal das forças sublevadas contra a segunda república espanhola. Um filho que com pouco mais de vinte anos prometia continuar a tradiçom literária familiar com trabalhos que firmava com o pseudónimo Fausto Brand, abreviaçom do seu segundo apelido Brandariz.

1. *O Habitáculo.*

Na cidade da Corunha, injustamente tratada de frívola, umhas vezes por desconhecimento e outras muitas por má fe, surgem como em nengumha outra da Galiza promotores de cultura galega que partem de plataformas nom estritamente humanísticas, homes provenientes do comercio, da burocracia estatal ou privada e outras actividades estranhas às consideradas puramente intelectuais. Som exemplo no passado, Ricardo Caruncho, Joám Cuveiro, Amor Meilám, os Vaamonde, Carré Aldao, Tettamancy, Salinas, Lugris, que sem estudos universitários empenham-se em trabalhos de História, Etnografia, Lexicologia, Literatura, que ainda hoje conservam inegável utilidade.

Impelidos por um entusiasmo patriótico, lastimados polo ermo da cultura autóctone onde tudo está por fazer, lançam-se denodadamente, algumha vez até com ousadia, a encher os imensos vazios urgidos a fazê-lo todo.

(*) Conferência para ser ditada na Escola Oficial de Idiomas (Corunha) o dia 7 de Abril, primeira do Ciclo em Homenagem a D. Leandro Carré, organizado polo grupo local da AGAL, no Centenário do seu nacimento (1888).

Émulo descendente desses preclaros cidadaos é dom Leandro Carré, que, sem haver recebido outras lições que as que ele mesmo se procurou, legou-nos umha obra invulgar que abrange desde o estudo etnográfico até a comédia dramática, passando por umha produçom narrativa na que, a meu ver, alcança os seus logros mais meritosos.

Esta esplêndida floraçom de trabalhadores da cultura galega dificilmente poderia dar-se a nom existir um ambiente propício, um encoberto mas profundo sentimento galeguista na cidade em que desenvolverom as suas actividades. Um ambiente que foi capaz de assimilar até os que procedendo de forasteiro avoengo como Murguia, Carré, Tettamancy, Pondal, se certificam netamente galegos; mas também o galeguismo da Corunha foi mais de umha vez posto em causa porque prevalece o critério mesquinho de que unicamente é galego o rural, aldeao e paifoco, sem que ache compreensom o galeguismo eminentemente citadino próprio da Corunha que tam bem se reflecte na obra de Carré, especialmente a destinada ao tablado escénico.

2. *Teatro e Sociedade.*

Sempre será ir a contrapelo a pretensom de introduzir o Teatro na sociedade; é a sociedade a que ha de ser introduzida no Teatro, é a sociedade a que deverá ser interessada no Teatro, porque se a sociedade está da parte de fora, se nom assiste, nom participa, nom se importa com o Teatro nom será possível que o Teatro subsista.

Todo o povo desentendido do Teatro é povo desentendido de si mesmo. Para Lorca o Teatro marca como um barómetro a ascensom ou queda de um país. O Teatro é um nó de enlace do passado com o futuro que gararantiza a continuidade da espécie, do espírito comum da colectividade, sem fugas nem roturas. O desinteresse do povo galego polo teatro é conseqüência do deterioro da própria identidade, da entrega submissa a umha cultura estranha, aceitada e sostida por umhas capas sociais assimiladas e mestiças que por ela tomam partido em procura de representatividades e privilégios derivados dos poderes centralizantes.

Em 1947, aferrolhada Alemanha polo despotismo nazi, um amigo alemám escrevia-lhe desde Hamburgo ao dramaturgo norteamericano Elemer Rice: *«Vivemos em covachos e passamos fame; mas há sete companhias de teatro funcionando»*. Isto era tanto como dizer: mentres há teatro há esperança, porque Teatro é arte profética como nengumha outra.

Umha peça de Teatro, sem deixar de ser umha obra de arte, ha de ser obra vendível, circulante no mercado da cultura. Precisa ter um «valor em venda» que será superior ou inferior ao «valor real» segundo o interesse dos adquirentes (o público) por possui-lo. Enquanto que careça de demanda carecerá de «valor teatral» que nom sempre coincide com «valor artístico».

Deixemos de sonhar vóos espaciais e caminhemos sobre terra firme ainda que a lama nos luxe o charol dos sapatos. Todo produtor de Teatro ha-de sentir-se empresário, isto é, procurar nom o êxito efémero de um dia, de umha representaçom, mas umha série contínua de êxitos e fracassos superáveis até lograr umha marca de qualidade que consolide a empresa e conseqüentemente o produto, consolide o Teatro.

Para que umha empresa teatral triunfe será necessário que parta de um estudo de mercado, do conhecimento quantitativo de supostos consumidores (público) e das apetências mais generalizadas desse público sem cair no preconceito de que a generalidade do público reclama bazófia, Sempre será ruinoso lançar ao mercado um produto carente de consumidores. Os consumidores conseguem-se com propaganda seguida de qualidade, qualidade útil. Os produtos de mero ornato nom som adquiridos até que nom estejam cobertas as necessidades primárias. O público galego, o povo galego, ainda dista muito de as ter cobertas. Ofertamos Teatro a um povo menesteroso quanto a cultura, poder adquisitivo e uso de liberdade.

Os grupos de Teatro galegos carecem em absoluto de espírito mercantil, prestam maior atençom a lograr o aplauso da minoria selecta que à obtençom do lucro que proporciona um público menos exigente que amostra mais adesom ao comum que ao requintado. Será necessário que tomem consciência de que umha companhia de teatro é umha empresa comercial que ha de procurar os ingressos necessários para o sustimento decoroso de um elenco, e nisto nom ha degradaçom artística, o artesao nom está por cima nem por baixo do artista, movem-se em órbitas diferentes. O místico e o missionário nom se dam juntos numha peça e o teatro galego mais precisa de missionários que de místicos. Leandro Carré pendeu mais para a actividade missionária que para a ensonhaçom mística.

3. *Teatro e Catequese.*

Desde Sócrates, na Hélade clássica, até Lamas Carvajal, na Galiza renascente, o método instrutivo baseado no uso de perguntas e respostas tivo-se polo mais eficaz para prender a atençom do educando. A este sistema, método ou procedimento pedagógico dá-se o nome de catequese. O Teatro, literatura dialogada, pode ser catequese e a catequese pode ser Teatro se adubada com Arte. Teatro é sempre liçom mas sem perder nunca de vista que a primordial e mais acusada liçom a dar polo Teatro será, por riba de toda outra, umha liçom de Arte.

A utilizaçom da arte teatral como cevo, senrada ou engado para atracçom do povo a umha determinada causa nom é novidade; já usou dela o P. Anchieta no século XVI com notório sucesso. José de Anchieta, vasco-espanhol por estirpe (emparentado com a família Loyola), canário por nacimento (Tenerife), português por formaçom cultural (Coimbra) e brasileiro por vocaçom missionária, pudo escolher entre quatro pátrias que se lhe ofereciam e escolheu Brasil. Podemos afirmar com tolerável exagero que

ele foi o primeiro homem brasileiro. Nom o foi Cabral, nem Tomé de Sousa, nem Mem de Sáa: esses nunca deixárom de ser portugueses. Nom o eram tampouco os selvícolas aborigenes: esses eram tupis, tapuios, arahuacos, guaranis. José de Anchieta foi o arcanjo Gabriel que anunciou a aquela Virgem-terra que estava a gestar-se na sua entranha umha grande nacionalidade. E usou o Teatro para catequizar aquelas almas primárias salvando-as do paganismo, mas também da influência protestante exercida polos holandeses que competiam com Portugal a posse das costas recém descobertas. O missionário católico identificou-se com os colonizadores lusitanos. Criou um teatro-festa, procissional, itinerante, composto de diálogos e recitados nos que os diabos apareciam aliados com os falsos deuses nativos e com os invasores holandeses a tempo que os anjos e o próprio Deus estavam de parte dos portugueses. O povo catecúmeno participava activamente com cantos e bailados e deste modo a prédica teatral conseguia maior audiência e resultava mais eficaz que a prédica desde o púlpito.

Também para Leandro Carré o Teatro constitui mais um meio do que um fim. Carré nom visa tanto a produzir um drama de transcendencia universal como a catequizar umha certa classe social esquiva à expressom galega mostrando-lhe em cena umhas personagens do seu mesmo estamento cultural e sócio-económico que falando em galego nom se degradam nem deitam em aldeanía.

«Yo fui tendiendo a eso (declara numha entrevista) *a hacer cosas ambientadas en la ciudad para que se viera que el gallego sirve para todos»* (1). O teatro de Carré é umha catequese de galeguismo cívico que começa por civilizar a linguagem.

4. *Linguagem e Teatro.*

A linguagem é personagem e máscara principalíssima na intençom teatral de Leandro. Palavras suas falando de teatro: *«devemos percurar por riba de todo dignificar nosa fala»* (2) e a dignificaçom consistia para el em urbanizar, senhorizar umha língua que por abandonada das classes ilustradas tinha perdido urbanidade e senhorio.

Laudável empenho este de Carré em prol da dignificaçom do idioma brutalmente corrompido por escritores que em errada procura de um galego puro e diferenciado exageraram a torpe diçom dos mais ignaros falantes. Ora bem, no mundo do Teatro nom existem aldeias e cidades, existe unicamente um cenário que é como umha naçom independente em uso de próprias leis de comportamento e próprio idioma. Ali nom aparecem labre-

---

(1) *El Ideal Gallego,* 18 de Agosto 1974.
(2) *La Voz de Galicia,* 2 Junho 1974. «As Mostras de Teatro Galego», por Leandró Carré.

gos nem senhores, aparecem personagens, seres de ficçom que nom tém porque se expressarem como a gente rústica ou a gente fina (qualificativo usual de Carré) do mundo real, senom como isso mesmo que som: personagens.

As personagens do teatro clássico falavam em verso e através do tempo continuam vigentes, convincentes, dramáticos.

Nom se oculta a Carré a importáncia da linguagem no conjunto da representaçom cénica, tanto ou mais importante que o decorado, a mobília, a maquilhagem, a vestimenta e os gestos e movimentos. «*Sempre coidamos* (declara) *que dos parlamentos de cada obra desprende-se a psicologia dos personages*» (3).

As personagens de *Mareiras,* de Lugris, falam como burgueses (Carvalho Calero) e nom como os marinheiros de Sada. A protagonista de *El honor de los hombres,* de Benavente «habla como una bachillera» (Pérez de Ayala) e nom como umha pescantina. O falho de ambos dramaturgos nom está tanto em nom haver trasladado à cena os parlamentos das lonjas e embarcadeiros como em nom proporcionar às suas personagens linguagem dramática, parlamento de personagens e nom de autênticos pescadores. O que sobe à cena nom som os pescadores, é o seu drama; e o que reclama o drama em cena é umha linguagem teatral.

Dos pastores, labregos, mendicantes e fidalgos de Valle-Inclán nom podemos dizer que empreguem a fala do agro, da romaria ou do paço. Empregam umha fala dramática, inventada para contribuir ao efeito dramático, porque um autor teatral ha de inventá-lo todo: lugar, tempo, agonistas, drama e linguagem. De nengum jeito deve ficar excluida a linguagem num teatro total. Em Teatro todo, absolutamente todo, ha de ser teatral.

5. *Teatro e realidade.*

Nom existe umha única realidade incontestável e inamovível. A realidade do medioevo dista de ser a realidade dos nossos días; o que parece real ao crente nom parece ao céptico. A realidade da vida nom é a realidade mesma do teatro, se bem nom se excluem e si se complementam como a face e o envés de um tapis. Para o incapaz de aprofundar, de nom ver e pensar mais que superficialmente, a realidade amostra-se na vida quotidiana, na face do tapis, mas o que sente ambiçom de saber quer ver a trama e a urdume, que se amostra no avesso, que se amostra no Teatro. Teatro realista nom é teatro. O vulgo fai «teatral» sinónimo de «fingido». O teatro é todo fingimento em sentido pessoano.

---

(3) *A Nosa Terra,* 1 Fevereiro 1925. Artículo firmado com o pseudónimo Ramón Alvariño. O seu nome completo era Leandro Ramón Carré Alvarellos.

Escuitemos novamente a Carré: *«O teatro como todal-as manifestazons artísticas nom deve ser umha vulgar e groseira copia do natural. Non valeria a pena de fazer unha obra de tal sorte. Ha de haber en toda concesión artística algo ideal»* (4). Se nom se ajustou a esta máxima foi porque tivo mais presente a catequese que a teatralidade. O seu propósito era a atraçom de um público dando-lhe o que era capaz de assimilar: o teatro que triunfava na cena espanhola do seu tempo baixo o modelo rotinário de Benavente com maior êxito de público que de crítica solvente. O público que Carré procurou era surdo à fala galega como era surdo o público de toda a Espanha aos intentos renovadores da cena castelhana da que permanecia proscrito Valle-Inclán mentres eram aplaudidos os Quintero, Linares Rivas e algo depois Adolfo Torrado. Deles mal resta hoje nada. De Leandro Carré resta-nos um intento falhido, mas um nobre intento no que haverá que persistir se queremos alçar em pé e dar marcha a um Teatro galego, se queremos alentar umha esperança de recuperar a nossa galeguidade total. Aquela esperança que o Teatro dava ao corresponsal de Hamburgo em meio da opressom hitleriana.

6. *O Teatro que necessitamos.*

Necessitamos Teatro, simplesmente isso: *Teatro.* Para deixar constáncia do que verdadeiramente somos. Para decorar os muros vazios da nossa presença no mundo com os retrasos do próprio avoengo; mas nom retratos feitos com máquina fotográfica que apenas capta mais de aquilo que se amostra a flor de pele. Nom, retratos feitos por lápis de caricaturista, sintéticos e profundos, vera efígie total. O Teatro é caricatura dinámica de um povo, de umha época, de umha sociedade.

Na assembleia da cultura universal cada povo tem voz e voto por meio do seu Teatro, representante inquestionável desde que Teatro é representaçom e aquel que nom conte com Teatro próprio condena-se ao silêncio.

Ora bem, que cousa é *Teatro próprio,* no nosso caso *Teatro galego?* —Será aquel produzido por escritores, figurantes, directores, encenadores e aplaudidores galegos, con marcada consciência de serem galegos. Só assim terá lugar o fenómeno de um Teatro galego, algo mais do que Teatro *em* galego. De tais produtores surgirá, sem necessidade de próposito prévio, com inata galeguidade. Os autores que se propugeram fazer teatro galego, recordemos Linares Rivas, Pilar Millám, Adolfo Torrado e outros mais, fracassaram rotundamente porque carecendo eles de consciência galega mal podiam incuti-la no seu teatro. Nunca os proveedores de peças dramáticas para o Abey Theatre, de Dublin se condicionárom escrever teatro irlandês,

---

(4) *A Nosa Terra,* 1 Março 1927. Firmado por Ramón Alvariño.

mas criárom um teatro marcado pola personalidade colectiva do seu povo da que era adequado expoente a sua própria personalidade individual.

Antes, pois, de propositarmo-nos fazer Teatro galego havemos de depurar o nosso espírito e carácter galego; quem nom tiver carácter nom terá caricatura. Saturados de galeguidade, qualquer que for o ambiente que escolhamos, qualquer que for o idioma em que escrevamos, o resultado será sempre um Teatro galego.

Concluamos que se queremos (e deveremos querer) contar com voz e voto na assembleia da cultura universal onde o Teatro representa as realidades, sonhos e utopias de cada povo: precisamos tomar consciência plena da nossa galeguidade; em caso contrario sempre será outrem quem ali fale por nós.

P.D. Entende Carvalho Calero por literatura galega a escrita em língua galega, e nada em contra podemos objectar. Outra cousa será entender por teatro galego unicamente o que em galego se expressa porque no teatro entram outros compoentes que excedem em importáncia o texto literário. O teatro é literatura e algo mais; e quando esse «algo mais» aparece marcado com indiscutível galeguidade na obra teatral bem podemos considerá-la teatro galego ainda que se expressa nalgumhas outra língua.

Exemplo: *The Playboy of the Western World* pode ser literatura inglesa, mas é teatro irlandês.

Tampouco a ubicaçom geográfica do drama basta para considerá-lo teatro galego no caso de chamar-lhe Galiza ao cenário. *O Famoso Carvalheira* nada mostra de especificamente galego. O autor, Adolfo Torrado, limitou-se a trasladar à cena a peripecia de *Felipe Desblay,* novela de Georges Ohnet.

Assinar patente de teatro galego é mais complexo do que ao primeiro olhar parece e parece-me evidente que a língua por si só nom dá essa patente.

Escolarizaçom e prática lingüística na Galiza rural do século XIX

Por Narciso DE GABRIEL
Universidade de Santiago
de Compostela

1. Dous canais de escolarizaçom popular.
2. Umha sociedade diglóssica.
3. Escolarizaçom em galego ou em castelhano.
4. Contribuiçom da escola primária à penetraçom do castelhano na Galiza.
5. Escolarizaçom e prática lingüística na actualidade.

O sistema de ensino liberal (1) foi um dos mecanismos utilizados polo Estado espanhol para implantar a língua oficial naqueles territórios que tinham um idioma próprio. Este sistema, tal como aparece regulamentado na ley Moyano (1857), divide o ensino en tres níveis: primário, secundário e superior. E ainda que tais níveis se apresentem como sucessivos, na prática existia umha funda cissom entre o ensino primário e o secundário-superior. Aqui centraremo-nos no primeiro tracto do sistema de ensino liberal, isto é, na escola primária, com o propósito de esquadrinhar qual foi a sua contribuiçom à penetraçom do castelhano no meio rural galego durante o século XIX. Ora bem, antes de entrarmos no miolo da questom, parece necessário fazer algumhas consideraçons sobre a situaçom escolar e lingüística na Galiza rural decimonónica.

1. *Dous canais de escolarizaçom popular.*

Na Galiza rural decimonónica coexistiam dous canais de escolarizaçom popular, público um e privado o outro. Vejamos, portanto, ainda que seja

(1) Para umha caracterizaçom do sistema de ensino liberal, vejam-se as investigaçons de Carlos Lerena *(Escuela, ideología y clases sociales en España,* Barcelona, Ariel, 1976) e Manuel de Puelles Benítez *(Educación e ideología en la España contemporánea,* Barcelona, Labor, 1980).

de forma necessariamente esquemática, quais eram as principais características de um e de outro (2).

As escolas privadas que operavam no meio rural galego eram de duas classes: de fundaçom e «de ferrado». Polo que respeita a estas últimas, várias eram as notas que as tipificavam. Para começar, a sua denominaçom devia-se ao facto de as sustentarem os próprios pais, que abonavam anualmente um ferrado de determinado produto agrícola (milho, centeio, trigo, etc.) por cada filho escolarizado. Outra nota que distinguia estas escolas era o seu carácter temporeiro, dado que só abriam as suas portas durante os meses invernais, em que os labores do campo permitiam que os meninhos dedicassem umha parte do seu tempo à aprendizagem da cultura escrita. Também se caracterizavam estes centros polas suas deficientes condiçons materiais, patenteadas tanto no local —*fazia-se* escola nos lugares mais diversos e menos ajeitados para o ensino, como era o caso de palheiras, cortes, sacristias, cozinhas, etc.— quanto no mobiliário e no material didáctico.

Dirigiam estas escolas os chamados «escolantes», que procuravam no ensino umha fórmula de subsistência ou um complemento aos ingressos que lhes fornecia a sua ocupaçom principal. A cultura literária destes indivíduos era a eito sumamente reduzida, carecendo normalmente de qualquer conhecimento pedagógico sistematizado. Nom é de estranhar, por consequência, que as matérias ensinadas polos «escolantes» se limitassem à doutrina cristá, leitura, escrita e princípios de aritmética.

Ainda que nom resulte doado precisar qual foi o nível de implantaçom destas escolas, podem enunciar-se algumhas observaçons ao respeito. Os testemunhos qualitativos sinalam que estavam muito generalizadas, porque, polo menos em certas bisbarras, rara era a paróquia que nom contava com um «escolante». As estatísticas oficiais, que inscrevem as escolas «de ferrado» sob a epígrafe de «escolas privadas de temporada», oferecem-nos, obviamente, umha informaçom mais matizada, mas desgraçadamente pouco fiável. E som pouco fiáveis porque o registo estatístico das escolas «de ferrado» constituía umha operaçom muito complicada devido ao escasso controle que a Administraçom tinha sobre as mesmas, ao seu carácter temporeiro, mobilidade, falta de signos externos que denunciassem a sua existência e à oposiçom dos «escolantes» a qualquer tipo de fiscalizaçom do seu labor. Além disto, determinadas autoridades, ainda conhecendo a existência de algumhas escolas deste jeito, nom as computavam ao elaborar as estatísticas oficiais, por entenderem que nom eram merecentes de figurar ne-

---

(2) A fundamentaçom documental da exposiçom que aqui se fai verbo da situaçom escolar pode consultar-se no meu trabalho *Escolarización y sociedad en Galicia (1875-1900)*, tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia e Ciencias da Educaçom da Universidade de Santiago de Compostela en Setembro de 1987.

las. De todas as maneiras, e com as cautelas que o caso requer, cabe afirmar que as escolas «de ferrado» tendem a diminuir durante a segunda metade do século XIX, que se concentram preferentemente na província de Lugo, e que, ao parecer, som irrelevantes fóra da Galiza.

Mas se as escolas «de ferrado» tendem a diminuir segundo nos adentramos no século XIX, permanecêrom, nom obstante, vigentes durante todo o século passado e boa parte do actual. E continuárom vigentes, apesar da hostilidade que despertavam em determinados sectores, e sobretodo na Inspecçom Escolar, porque se ajeitavam ao modo de ser da populaçom rural (base paroquial, calendário invernal, pago em espécie) e respondiam aos seus critérios metodológicos (ensino individual, aprendizagem succesiva, emprego de processos (3)) e aspiraçons formativas (rezar, ler, escrever e contar). Por outra parte, a prolongaçom desta fórmula de alfabetizaçom típica do Antigo Regime na Galiza contemporânea está em harmonia com a pervivência que também conhecem determinados elementos da estrutura sócio-económica de aquele.

Outro tipo de escolas características do Antigo Regime eram as de fundaçom, isto é, centros criados por pessoas que, por motivos diversos, decidiam destinar umha parte dos seus bens a suster um estabelecimento do primeiro ensino. O número de escolas criadas na Galiza desde começos do século XVII até 1870 ascenderia, segundo a estatística de 1880, a 113, cifra que quase com toda a segurança subestima a realidade. Os bens que serviam de sustentamento a estes centros serám subastados a raiz das medidas desamortizadoras, incorporando-se a partir deste momento à rede escolar pública. E ainda que os concelhos tinham direito a perceber os interesses gerados pola dívida pública na que se tinha transformado o produto obtido da venda de aqueles bens, o certo é que tais interesses se recebiam com muitas irregularidades, que ocasionárom a desapariçom de bastantes escolas de fundaçom e dificultárom o funcionamento das que continuárom activas.

Dizíamos que existiam na Galiza rural do passado século dous canais de escolarizaçom popular, um privado, integrado polas escolas «de ferrado» e de fundaçom, e outro público. Umha vez desenhado o perfil do primeiro cumpre expor o do segundo.

A escola pública galega conhece a sua maior expansom entre 1850 e 1860; durante esse decenio ponhem-se em funcionamento 1.023 centros, passando-se de 667 a 1.690. Estas escolas eram de diferentes categorias: superiores, elementares completas, incompletas e de temporada, predominando amplamente as duas categorias intermédias, isto é, as elementares completas e incompletas. A maior parte dos concelhos rurais galegos dispunham

(3) Os processos eram documentos manuscritos diversos (partilhas, testamentos, etc.) que se empregavam para a aprendizagem da leitura.

dumha escola elementar completa de meninhos e outra de meninhas, que por vezes era incompleta, situadas ambas as duas na cabeceira do distrito, e de várias escolas incompletas de asistência mista espalhadas polo resto do território.

Esta oferta escolar pública apresentava importantes deficiências quantitativas e qualitativas. Deficiências quantitativas, porque o número de centros criados era insuficiente para alfabetizar o conjunto da populaçom galega, sobretodo tendo em conta o seu assentamento disperso e a existência de numerosos atrancos para a comunicaçom entre os diferentes núcleos. E também deficiências qualitativas, que se punham nomeadamente de manifesto nas condiçons materiais das escolas e na formaçom do magistério.

Umha das eivas mais rechamantes da escola primária radicava nas suas condiçons materiais, expressom na que se inclui tanto o local como o mobiliário e o material didáctico. A respeito dos locais, rara era a escola que dispunha dum edifício *ad hoc*, isto é, construido para que nele se desenvolvesse a actividade docente. As escolas instalavam-se, pola contra, em espaços improvisados que adoeciam de numerosos defeitos no seu interior (capacidade reduzida, iluminaçom insuficiente, ausência de cristais nas janelas, pingueiras, paredes sem recebar, etc.), carecendo também de qualquer referente externo que permitisse identificar a funçom docente que neles se realizava. O mobiliário adoitaba ser insuficiente para dar acomodo aos nenos, polo menos em determinadas épocas do ano, ao tempo que o seu desenho nom sempre respondia a critérios pedagógicos. O material didáctico também nom abundava para abastar todos os meninhos, carecia muitas vezes da necessária uniformidade e achava-se freqüentemente deteriorado. Todas estas deficiências, com independência de quais foram as suas causas imediatas, constituem umha manifestaçom prática da pouca estima social em que se tinha à escola primária e do seu carácter marginal dentro do sistema de ensino liberal decimonónico:

> «¿Que idea se tiene aquí de la importancia escolar —preguntava-se o inspector Manuel Panero ao visitar umha escola posta baixo a sua custódia— cuando la habitación destinada a la enseñanza es una mala y reducida cuadra que de noche abriga a un número de cabras, y de día a otro mayor de niños, sin otra luz ni ventilación que la de la pequeña puerta que le sirve de entrada?» (4).

E se os locais se improvisavam, outro tanto se fazia com os mestres, pois umha boa parte deles nom tinham estudos profissionais. Eram os chamados *incompletos,* que representavam o 50,20 por 100 do magistério público galego arredor de 1880. A formaçom destes mestres era muito precá-

---

(4) Advertências do inspector ao mestre da escola pública de temporada mista de Corvelhe (Pastoriça), 2-V-1878, Arquivo Histórico Universitario de Santiago, (em adiante, AHUS), Ensino Primário, leg. 60.

ria, quer no campo literário —os seus estudos limitavam-se as mais das vezes aos primários— quer no pedagógico —normalmente desconheciam os sistemas e métodos de ensino ideados pola pedagogia da época. Como pode apreciar-se, a competência profissional dos *incompletos* nom diferia substancialmente da que possuiam os escolantes, com os que também compartilhavam outra característica: a dedicaçom simultánea ou sucessiva a outros misteres distintos do ensino, já que a retribuiçom que percebiam polo seu labor docente nom lhes bastava para viver. Em conseqüência com o anterior, as escolas públicas incompletas impartiam praticamente os mesmos conteúdos que as tradicionais escolas «de ferrado», seguindo umha metodologia didáctica igualmente semelhante.

As deficiências quantitativas e qualitativas apontadas, junto com outros factores que nom consideraremos nesta ocasiom, como era o caso do trabalho infantil, determinavam que a instruçom primária alcançasse umha difusom reduzida, tal como pode observar-se examinando as taxas de escolarizaçom e assistência, assim como a duraçom da escolarizaçom. Com efeito, tomando como quadro de referência a populaçom infantil galega compreendida entre os quatro e os treze anos, a percentagem da mesma inscrita nas escolas públicas e privadas era de 38,42 em 1885, cifra que convém diferenciar em funçom do sexo, dado que ascendia ao 50,50 por 100 entres os meninhos e descendia até o 26,19 no caso das meninhas. E ainda que estas taxas ham de entender-se como aproximativas, já que a fiabilidade dos dados em que se baseiam nom permite conferir-lhes outro valor, e mesmo dando por suposto que as cifras aqui manejadas infraestimen a realidade, porque a escolarizaçom privada nom sempre se recolhia plenamente nas estatísticas oficiais, o certo é que umha porçom considerável da populaçom infantil galega, que provavelmente rondasse o 50 por 100, nom tinha nengum tipo de contacto com a escola. Além disto, os meninhos que se inscreviam nos livros de registo das escolas nom aproveitavam os seus serviços mais que parcialmente, devido ao carácter irregular e estacional da sua assistência à mesma. Assistência irregular, é dizer, os nenos apresentavam-se um dia na escola para deixar de fazê-lo ao dia seguinte, e assistência estacional, ou o que é o mesmo, concentrada arredor dos meses invernais e muito reduzida ou nula durante o resto do ano. Por último, a duraçom da escolarizaçom também era mais bem modesta, oscilando entre os dous e os três anos no sector privado e entre os quatro e os cinco no público.

2. *Umha sociedade diglóssica.*

Qual era o meio lingüístico no que operava a instituiçom escolar que acabamos de examinar? As investigaçons realizadas até o momento nom nos permitem responder a esta questom com a precisom que seria desejável, polo que teremos que limitar-nos a fazer algumhas consideraçons genéricas.

Para começar, cumpre sublinhar a correlaçom existente entre língua e classe social, já que os dous idiomas em conflito, galego e castelhano, nom se distribuíam arbitrariamente entre os diferentes segmentos sociais. Esta correlaçom pode enunciar-se breve e singelamente nos seguintes termos: os acomodados tinham o castelhano como língua de instalaçom, ao tempo que os marginados se exprimiam em galego.

Foi a nobreza quem introduziu a primeira cunha castelhanizadora na Galiza nos fins da Idade Média, justamente quando este estamento detentava a hegemonia social: tratava-se, num primeiro momento, de umha nobreza foránea, mas aginha os nobres autóctones se afiliárom ao idioma da Corte, complicidade esta que convém salientar, já que resulta decisiva para o triunfo de qualquer política assimilista. A burguesia, que em grande medida também nom era originária de Galiza, e que estava chamada a hegemonizar a sociedade liberal, seguiu os passos da nobreza, pois também assumiu como próprio o idioma de Castela. Para dizê-lo com palavras do professor Ricardo Carvalho Calero, «se no tránsito de Idade Média á Idade Moderna se castelanizóu lingüísticamente a nobreza, no tránsito da Idade Moderna á Contemporánea castelanizóuse a burguesía» (5). Ou o que é o mesmo, as classes dirigentes vivêrom sempre de costas ao idioma do país, tanto no Antigo como no Novo Regime.

E se nobres e burgueses desertárom do galego, o mesmo fixérom esse conglomerado de indivíduos que adoita englobar-se baixo o rótulo de «classes médias», ainda que a heterogeneidade deste sector requereria fazer umha série de matizaçons verbo do seu comportamento lingüístico, precisons que nom estamos em condiçons de poder realizar. De qualquer maneira, a tendência que se observa entre estes segmentos sociais intermédios aponta para umha incorporaçom ao idioma castelhano cada vez mais decidida. Esta tendência é historicamente compreensível se reparamos em que as pautas culturais das classes médias eram ditadas em boa medida por umhas classes dominantes que, como acabamos de comprovar, se exprimiam normalmente em castelhano. O uso deste idioma por parte da pequena burguesia funcionava também como signo de distinçom social, dado que permitia marcar distáncias com os sectores populares. Esta dupla motivaçom para adoptar o castelhano canalizara-se através do sistema de ensino liberal, que fornecerá a competência necessária neste idioma a quem alcançava a condiçom de *estudante,* quer dizer, ao que conseguia aceder ao ensino secundário-superior.

Resta-nos considerar o comportamento lingüístico dos sectores populares. Labregos e marinheiros, que constituíam as camadas mais numerosas da populaçom, mantinham-se leais ao idioma próprio, convertendo-se

---

(5) Ricardo Carvalho Calero, «Sobre a nosa língua», *Grial,* n.º 64, Abril-Junho 1979, p. 144.

assim na grande reserva do mesmo. O proletariado, que tinha um escasso peso na sociedade do passado século, também prosseguia apegado ao galego, pois, se bem é certo que a sua ubicaçom urbana favorecia os contactos com o castelhano, tampouco pode esquecer-se a sua extracçom rural, os múltiplos vínculos que mantinha com o campo e a sua precária formaçom cultural.

Estamos, por conseguinte, perante umha sociedade que se exprimia maioritariamente em galego, mas nela o castelhano tinha umha presença dominante devido à posiçom social dos seus valedores. E se os poderosos se expressavam em castelhano, outro tanto fazia o Poder, quer o civil, quer o militar, quer o eclesiástico. Com efeito, as diferentes instáncias do poder civil (Governos civis, Deputaçons, Concelhos, Audiências, etc.) nom conheciam outra língua escrita do que a castelhana, ainda que nos usos orais cabe supor que o galego nom estivesse totalmente ausente das esferas administrativas, polo menos nos Concelhos, pois assim o impunham as circunstáncias. O Exército também se exprimia no idioma dominante, e foi justamente neste ámbito onde muitos galegos tivérom o seu primeiro contacto, por vezes traumático, com o castelhano. A Igreja, enfim, fixo igualmente sua umha língua que era alheia para a maioria dos galegos, circunstáncia esta de que se tem laiado reiteradamente Frei Martinho Sarmiento.

A ausência de cultura literária era outra importante eiva do idioma galego, que estivo reduzido durante vários séculos à condiçom de língua oral. Decerto esta situaçom vai modificar-se a raiz do Rexurdimento, que, como é bem sabido, supuxo a recuperaçom da nossa fala para a produçom literária. Ora bem, ainda sem desconhecer a trascendência que o Rexurdimento tivo, cumpre sermos conscientes das suas limitaçons qualitativas e quantitativas. Limitaçons qualitativas, porque a recuperaçom do galego se centra basicamente na poesia, sem que se reflicta em campos tam importantes como a produçom científica, ensaística e didáctica, restriçom que nom se lhes escapava a certos escritores da época:

> «É certo qu'a poesía gallega, d'un tempo á esta parte, adiquiriu grande vô, pro esto mesmo, este intrés soilo pol-a poesía, y en particular pol-a humorística, é causa de que moitos non lle dían ô gallego a estima que lle corresponde» (6).

Mas também limitaçons quantitativas, dado que o número de obras escritas en galego, mesmo no campo poético, era realmente insignificante em comparaçom com as que se publicavam em castelhano. Contodo, a relevância do Rexurdimento nom se pode qüestionar, na medida em que puxo de manifesto que umha língua secularmente reduzida à realizaçom oral também podia funcionar como instrumento para a cultura escrita.

---

(6) M. Pardo Becerra, «D'a fala gallega», *A Monteira*, n.º 4, 26-X-1889, p. 29.

Em consoáncia com todo o que levamos dito, a consideraçom que merecia o idioma galego era sumamente pobre. Alguns mesmo lhe negavam a condiçom de idioma, reduzindo-o à categoria de «dialecto corrompido» (7). Outros matizavam mais, admitindo que «los dialectos en España son idiomas particulares, extraoficiales, de algunas de sus provincias, salidos, como el castellano, de las ruinas de la lengua latina, excepto el vascuence, que no tiene el mismo origen por ser procedente de la primitiva lengua euscara. Todos estos dialectos están decayendo, y especialmente el gallego por no haberse cultivado bastante y ser ya poco conocida su verdadera pureza» (8). Mas em qualquer caso, e à margem da denominaçom que se empregasse para designar o galego, a valoraçom que dele se fazia adoitaba ser negativa. Os que adoptavam o castelhano como língua própia contemplavam o galego com desprezo ou, quando mais, com paternal condescendência. Pola sua banda, aqueles que persistiam no uso do galego também nom estavam em condiçons de fazer aprezo de um idioma socialmente degradado.

Em definitivo, a situaçom lingüística observada na Galiza do passado século responde ao esquema de «diglossia com bilingüismo» (9). Situaçom diglóssica, já que as duas línguas em conflito tinham um *status* bem dissemelhante: o castelhano era o idioma dos possessores, dos administradores e dos cultivados, enquanto o galego era o idioma dos despossuidos, dos administrados e dos iletrados. E situaçom bilíngüe, dado que umha porçom considerável da populaçom galega conhecia ambos os dous idiomas. Ora bem, em que medida dominavam oralmente o galego os que estavam instalados no castelhano e vice-versa? Nom pretendo, como é óbvio, resolver o problema plantejado; por isto só me limitarei a assinalar um dado que, a meu ver, se ajusta à realidade histórica e que convém ter presente para prosseguir desenvolvendo a nossa exposiçom: apesar da proximidade existente entre os dous idiomas actuantes na Galiza, umha grande parte da populaçom galego-falante, e nomeadamente a instalada no meio rural, tinha que fazer frente a numerosos atrancos para a compreensom do castelhano, e sobretodo para expressar-se nesta língua; esses entravamentos distorciam mais ou menos radicalmente tanto a recepçom como a emissom das mensagens.

---

(7) Ramón Otero, *Galicia médica. Apuntes para servir al estudio de la geografía médica de Galicia*, Santiago, Estab. tip. de José R. Rubial, 1867, p. 106.

(8) Valentín Graña y Orje, *Tratado sobre corrección del lenguaje castellano al alcance de los niños, presentándose, con explicaciones, las principales faltas que, tanto en las variaciones gramaticales de aquel lenguaje como en el uso de sus palabras, suelen cometerse en Galicia, destinado, como libro de lectura o para premios, a las escuelas y familias de este país*, Ponte-Vedra, Imprenta del Siglo, 1867, p. 8.

(9) Cfr. Rafael Chacón Calvar, «Diglosia e historia», *Grial*, n.º 66, Outubro-Dezembro 1979, pp. 442-52.

3. *Escolarizaçom em galego ou em castelhano?*

A resposta a esta questom nom suscita dúvidas desde umha perspectiva pedagógica: o ensino ha de realizar-se na «língua materna» dos alunos, e no período histórico que consideramos esta nom era outra que o galego para a maioria dos meninhos da Galiza. Com efeito, afora os filhos das classes acomodadas, o resto da populaçom infantil aprendia a falar no idioma do país, e assim o amostram diferentes testemunhos, entre os que cabe salientar o proporcionado por Valentim Graña y Orje, segundo o qual a difusom do castelhano na naçom galega se conseguiria «fácilmente si los padres cuidan de que las primeras palabras que balbuceen sus hijos se les enseñen, aunque sean mal, en castellano, siguiendo el ejemplo de lo que sucede en todas las familias ilustradas de Galicia» (10). E o ensino havia de realizar-se na língua própria dos nenos tanto por razons didácticas —eficácia da aprendizagem— como psicológicas —respeito da personalidade infantil. Assim o entendia já Frei Martinho Sarmiento no século XVIII, quem defendeu insistente e decididamente que a escolarizaçom se produzisse em galego. Vejamos, a modo de exemplo, alguns dos conselhos enunciados por Sarmiento verbo da educaçom do seu sobrinho Alonsinho:

> «Es una desalmada necedad poner los *niños gallegos* a la *xerga* de la Gramática, antes de saber, con mucha extensión, la *lengua gallega;* y todas las voces de la *Historia Natural,* a lo menos de las *visibles* de su país. Hazte cargo que al *portugués* se le enseña el latín en portugués. Al francés en francés. Al italiano en italiano. Al inglés en inglés. Al sueco en sueco. Al *castellano sólo* en castellano. Pues, qué tiranía es que al gallego, no se le enseñe en gallego el latín? Qué fatuidad es que al niño gallego se le enseñe una lengua innota en lengua castellana que no entiende? Avía de quemar todo libro de Gramática, que pasase a Galicia, y que no estuviese explicado en lengua *gallega.* Tengo un Arte de Nebrixa que se estudiaba en Francia; pero está la explicación en solo *francés».* (11).

Sarmiento inaugura assim o discurso pedagógico a prol da língua galega, que terá umha ressonáncia e continuidade mais bem escassas, mas que em qualquer caso se manterá substancialmente inalterável no seu esquema argumental até os nossos dias.

Ora bem, se a Pedagogia se define a prol do idioma galego, a Política, e mais concretamente a política dominante do Estado espanhol durante, polo

---

(10) Valentín Graña y Orje, *op. cit.*, pp. 10-11.

(11) «Carta a su hermano Xavier sobre la educación de 'Alonsiño'», em *La Educación de la Juventud de Fray Martín Sarmiento,* Santiago, Xunta de Galicia, 1984, p. 150. (Ediçom e estudo crítico de J. L. Pensado).

pronto, todo o séc. XIX, toma partido inequívoco a prol do idioma castelhano. No *Informe de la Junta creada por la Regencia para proponer los medios de proceder al arreglo de los diversos ramos de Instrucción Pública,* redigido por Manuel José Quintana em 1813, afirma-se que «debe pues ser una doctrina en nuestras escuelas, y unos los métodos de su enseñanza, a que es consiguiente que sea también una lengua en que se enseñe, y que ésta sea la lengua castellana» (12). A legislaçom escolar básica do passado século nom se volverá a pronunciar sobre esta questom (13), entendendo-se em todo o momento que seguiam plenamente vigentes as directrizes formuladas por Manuel José Quintana.

Por conseqüência, a resposta política difere radicalmente da pedagógica, contradiçom doadamente explicável se reparamos nas diferentes ópticas e objectivos de políticos e pedagogos. Estes últimos argumentam em termos didácticos e psicológicos; por isto sustentam a necessidade de ensinar aos nenos no idioma que lhes é próprio, já que desta maneira se favorece a apredizagem e se actua em harmonia com a estrutura psíquica infantil. Mas os sistemas de ensino contemporáneos nom se inspiram exclusivamente, nem sequer fundamentalmente, em consideraçons pedagógicas, senom em critérios de carácter económico, social, político e ideológico. Mais concretamente e no atinginte à questom lingüística, o que se pretendia era sancionar desde a escola e outras instáncias a legitimidade dum único idioma, o castelhano, ao tempo que se excluíam todos os outros. E se alcançar este objectivo supunha dificultar o proceso de ensino-aprendizagem e violentar a personalidade duns meninhos socializados familiarmente num idioma diferente do castelhano, era este um custo que se entendia como necessário.

Esta falta de concordáncia entre o discurso pedagógico e o político nom cabe imputá-lo a um desconhecimento das prescriçons pedagógicas —que decerto nom se lhe escapavam a nengumha mente minimamente aberta— por parte dos responsáveis da instruçom pública. No mesmo parágrafo em que defende a uniformidade lingüística da escola, Manuel José Quintana apela à Pedagogia para justificar a necessidade de deslocar o latim do ensino superior em benefício do castelhano: «La lengua nativa es el instrumento más fácil y más a propósito para comunicar uno sus ideas, para percibir las de los otros, para distinguirlas, determinarlas y compararlas» (14). Destarte, a Política fai um uso instrumental da Pedagogia: recorre a ela quando contribui a legitimar os seus objectivos e prescinde dela em caso contrá-

---

(12) *Historia de la Educación en España. I Del Despotismo Ilustrado a las Cortes de Cádiz,* Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, 1985, p. 382.

(13) Cfr. Jordí Monés i Pujol-Busquets, *La llengua a l'escola (1714-1939),* Barcelona, Barcanova, 1984, pp. 70-71.

(14) *Historia de la Educación en España. I Del Despotismo Ilustrado a las Cortes de Cádiz,* citado, p. 383.

rio. Ou, o que é o mesmo, o discurso da política oficial verbo da língua escolar resulta internamente contraditório, mas plenamente coerente com a pretensom de implantar o idioma castelhano em todo o território do Estado espanhol; isto supunha marginar mais cada vez o latim como língua de cultura e, sobretodo, afogar a capacidade expressiva das línguas periféricas.

Porém, se a implantaçom do castelhano se percebia como necessária para a construçom de um espaço nacional espanhol, tanto por razons económicas —criaçom de um mercado nacional— como político-ideológicas —criaçom de umha consciência nacional—, a afirmaçom dos idiomas próprios nom se percebia com menor urgência desde os diferencialismos periféricos, entre os que se achava o galego. Este, que passa no séc. XIX polas fases provincialista e regionalista, considerará o idioma, nomeadamente na segunda destas fases, como um dos principais elementos constitutivos da identidade galega. Em conseqüência, o diferencialismo reivindicará a recuperaçom e potenciaçom do idioma galego, para o qual se entendia necessária a sua incorporaçom ao sistema de ensino em concorrência com o castelhano. Num primeiro momento apenas se reclamará o ensino do galego, mas, segundo adquira consistência o movimento diferencialista, solicitará-se também a utilizaçom desta língua na comunicaçom didáctica, assim como umha certa galeguizaçom dos conteúdos escolares (15). Reivindicaçons que, além disto, contavam com o beneplácito da Pedagogia, pois neste caso nom existia discrepáncia entre as directrizes políticas e as pedagógicas. E os galeguistas, começando por Manuel Murguía —«pedía ya nuestro Padre Sarmiento que se *enseñase por arte el gallego en las escuelas*» (16)—, farám comprido uso da argumentaçom pedagógica para fazer valer as suas posiçons políticas, o que tampouco deve surpreender se temos em conta que era esta umha das poucas armas que podiam esgrimir na desequilibrada confrontaçom que mantinham com os poderes do Estado.

Em definitivo, a escola, desde a perspectiva política dominante, deve pronunciar-se em castelhano, o que também supom fazê-lo a favor deste idioma e, implícita ou explicitamente, contra os outros. Contodo, e devido à dificuldade que implicava a escolarizaçom em castelhano para nenos instalados no galego, admitia-se umha presença marginal desta língua na escola para propiciar assim umha melhor compreensom de aquela. O Concelho de Santiago de Compostela expressa com toda a claridade esta posiçom num «Plan de Escuelas de primeras letras» redigido em 1813; nele se prescreve que «solo se haya de hablar en las Escuelas la lengua castellana, sin tolerar el uso de la Provincial o particular del País sino en quanto fuere

---

(15) Cfr. Antón Costa Rico e Narciso de Gabriel Fernández, «O galeguismo e o debate escolar (1853-1936)», *II Xornadas da língua galega no ensino*, Santiago, Xunta de Galicia, 1985, pp. 193-212.

(16) «El regionalismo gallego», em Vicente Risco, *Manuel Murgía*, Vigo, Galaxia, 1976, p. 174.

preciso para aplicar y hacer entender aquella» (17). O inspector provincial de primeiro ensino Vicente Alcañiz asumia idêntica posiçom en 1879, advertindo-lhe a um mestre pontevedrês que «se valga única y esclusivamente *[sic]* de la lengua nacional o sea española, mejor conocida como castellana, que es la oficial, limitándose a emplear el dialecto del país en los casos en que no fuese comprendido por los niños o bien para darles a conocer las palabras correspondientes del idioma patrio» (18). O uso que se lhe reconhecia ao galego dentro do recinto escolar tinha, portanto, umha intençom netamente assimilista, já que se justificava apenas como mero recurso didáctico para a apredizagem do castelhano.

Nom obstante, e à margem das prescriçons oficiais, cabe perguntar-se qual era a presença efectiva do idioma galego no ensino primário, porque, como é bem sabido, a realidade escolar nom sempre caminha parelha com a legislaçom. Antes de mais nada, o texto de Vicente Alcañiz citado no parágrafo anterior evidencia que nalgumhas escolas o uso do galego ultrapassava os limites legalmente estabelecidos. E torna-se lógico que assim fosse, já que para a maioria dos nenos do meio rural o castelhano era umha língua alheia. Por conseguinte, quando se exprimiam neste idioma incorriam em abundantes erros, e assim o punham de manifesto os inspectores, que aleccionavam reiteradamente os mestres para que corrigissem os «vicios de pronunciación que se observan en los niños, hijos del modo de hablar del país». Vicios que se produziam como conseqüência das interferências entre os dous sistemas lingüísticos actuantes na Galiza e que em determinadas ocasions tinham a sua origem em certos particularismos da fala galega, como é o caso da *geada* (19). Mas os meninhos nom sempre falavam em castelhano dentro da escola, senom que às vezes faziam uso do idioma que tinham como próprio; isto era o que se passava numha das escolas do Concelho de Fene visitadas por Rodrigo Sanz, onde ao perguntar-lhe este a un aluno polas causas que impediram a sua incorporaçom à escola até os treze anos, obtivo a resposta correspondente en galego (20). Também podia ocorrer que, mergulhados na conflitividade lingüística imperante, os nenos nom respondessem nem em castelhano nem em galego às perguntas que se lhes formulavam, emudecimento que surpreendia ao citado Rodrigo Sanz e que segundo Manuel Bartolomé Cossío —ao que se lhe pode supor um certo conheci-

---

(17) Arquivo Municipal de Santiago, Libro de consistorios de Maio-Julho de 1813, fol. 215.

(18) Advertências do inspector ao mestre da escola pública elementar incompleta mista de Uma e Vilacoba (Salvaterra do Minho), 27-I-1879, AHUS, leg. 131.

(19) Umha comissom da Junta local de primeiro ensino de Outes registava a existência da *geada* numha escola deste concelho: «Se consigna asimismo que todos los discípulos que deletrean o leen pronuncia la g con la a y la o, fuerte (...)». (Acta da visita efectuada à escola pública elementar incompleta mista de Sabardes pola Junta local de primeiro ensino de Outes, 13-III-1894, AHUS, leg. 21).

(20) Rodrigo Sanz, *Información acerca de las escuelas primarias oficiales y particulares del municipio rural de Fene,* Ferrol, Imp. y Estereotipia de «El Correo Gallego», 1906, p. 69.

mento da realidade galega, dadas as suas frecuentes estadias entre nós— era bastante usual nos escolares, «especialmente en Galicia» (21).

Alguns pais também nom manifestabam nengum interesse em que os seus filhos falassem o castelhano nas escolas; ainda mais, se acreditamos na informaçom que nos fornecem as fontes localizadas, preferiam que a escolarizaçom se produzisse em galego. Valha como testemunho do que dizemos a denúncia que um mestre público fazia das práticas que se observavam nas escolas «de ferrado»:

> «A pesar de todo hay padres que encomian a estos profesores porque no obligan a sus hijos a que hablen el lenguaje nacional ni a que usen en la lectura y escritura los signos de ortografía, argumentando que *ellos no conocieron semejantes cosas y vivieron en el mundo y que eso es bueno para los que siguen carreras* (...)» (22).

Dito por outras palavras, quando os pais percebiam que os seus filhos estavam destinados ao trabalho agrícola, nom tinham interesse em que dominassem o idioma castelhano, já que para fazer frente à vida no meio rural avondava com o galego. Cabe perguntar-se, nom obstante, se a expectativa da emigraçom, que suscitou anseios de alfabetizaçom entre as gentes do campo (23), nom favoreceu também umha valoraçom positiva da aprendizagem do castelhano. Porque, se bem o domínio deste idioma podia ser relativamente supérfluo para viver na Galiza rural, era, contodo, de suma utilidade para se desenvolver nos países receptores da emigraçom galega, que se exprimiam maioritariamente em castelhano. De facto, alguns sectores ilustrados entendiam que a perspectiva da emigraçom constituía um dos principais argumentos para justificar a necessidade de aprender devidamente o castelhano; segundo Luís Otero y Pimentel, «mientras que los gallegos, por unas causas o por otras, tengan que emigrar a otros países, lo que les conviene y hay que procurar es que salgan del suyo bien instruidos en el idioma nacional, y aun, si es posible, en alguno de los extranjeros más usuales en el comercio, que es cómo podrán competir ventajosamente con los de los países más cultos, y demostrar con los hechos, que no somos tan ignorantes como muchos nos suponen» (24). Por outra parte, noutros países

---

(21) *Ibid.*, p. 85.

(22) Carta de Francisco Vilariño ao director de *El Magisterio Gallego*, publicada neste jornal o 25-IX-1888; em itálico no original.

(23) Cfr. o meu trabalho «Emigración y alfabetización en Galicia», *Historia de la Educación*, Salamanca, n.º 4, Janeiro-Decembro 1985, pp. 321-36.

(24) Luis Otero y Pimentel, *En honor de Galicia. Estudio sobre los problemas de la Enseñanza y Emigración*, Cádiz, Imprenta de la Revista Médica de D. Federico Joly y C.ª, 1907, p. 20.

europeos com línguas em conflito, como é o caso da Bretanha, foi também a emigraçom umha das vias através das quais penetrou o idioma dominante (25).

Outro factor a ter em conta para explicar a presença efectiva do idioma galego nas escolas é o escasso conhecimento do castelhano por parte de muitos mestres. A maior parte deles eram naturais da Galiza e procediam das classes populares, polo que tinham o galego como língua habitual de expressom; ainda mais, os chamados mestres *incompletos* acostumavam exercer a funçom docente nos seus lugares de origem. Mas é que, além disto, quase todos os mestres *incompletos* —e lembremos que supunham o 50,20 por 100 do magistério público galego— assim como a prática totalidade dos escolantes careciam de estudos profissionais que lhes permitissem adquirir a competência lingüística necessária para se exprimir correctamente no idioma oficial; no caso dos mestres titulados esses estudos profissionais tinham umha muito curta duraçom, já que se limitavam normalmente a dous cursos académicos. A conjugaçom de ambas as duas circunstáncias —língua de instalaçom e formaçom profissional— determinavam que um grande número de mestres tivessem muitas dificuldades para falarem castelhano, e assim o patenteiam diversas fontes consultadas. Num documento do Concelho de Santiago de Compostela datado em 1807, em que se avalia o estado que ofereciam as escolas primárias, afirma-se que «no pueden tocarse buenos resultados, porque suelen estar a cargo de unas pobres gentes, que las más tomaron este recurso por no tener otro para vivir, de cuya falta de instrucción resulta la imperfección en el escribir correctamente, y aun en el hablar la lengua castellana, cuyos vicios se perpetuarán» (26). *El Magisterio Gallego* fazia-se eco em 1884 de umha denúncia contra dous aspirantes a escolas públicas incompletas, que, segundo parece, nom possuíam outro mérito «que no entender el castellano» (27), recolhendo também nas suas páginas umha informaçom publicada em diferentes jornais galegos em que se ridicularizava o comportamento lingüístico do substituto de um mestre *incompleto* (28). Manuel García Barros escreve nas *Aventuras de Alberte*

---

(25) Cfr. Jean Quéniart, «De l'oral à l'écrit. Les modalités d'une mutation», *Histoire de l'Education*, París, n.º 21, Janeiro 1984, p. 32.

(26) Pablo Pérez Constanti, *Notas viejas galicianas*, Vigo, Imprenta de los Sindicatos Católicos, 1925, t. I, pp. 387-88.

(27) Cfr. *El Magisterio Gallego*, 30-VII-1884.

(28) «Estando con sus discípulos en una *era* (escuela al aire libre) decía a una niña *«Olla que ti eres com'a miña besta, tanto deprendes un día com'outro; dille á tua nai que te mande c'os porcos, qu'eu non son a zafra d'un ferreiro...*

Y a un niño le decía: *«Ti eras bo pra lobo, que habías ollar ben pol-os outeiros, pois sempre estás ollando pr'as veiradas...*

Dice *eques, ene tilde.*

Dice también que los libros de ahora no son buenos, que el silabario tres unos *vocables* tan revesados que *nin o demo os entende.* Que en los antiguos Catón y Cristos había nombres más sabidos. Da lecciones también por el nuevo Guanito. Dice Anguelito, dependurado y Dios sea conosco». («El Maestro de Trandeiras», *El Magisterio Gallego*, 5-XII-1895).

Quiñoi, ambientadas a finais do passado século, que «naturalmente, o castelán atravesábaselle a todos os nenos e moitas veces ó propio mestre» (29).

Se o castelhano se lhes atravessava tanto aos nenos como a umha grande parte dos mestres e se, além disto, alguns pais manifestavam umha atitude de indiferença perante este idioma, nom parece excessivamente arriscado supor que o galego tivesse umha implantaçom escolar superior à que se estimava admissível polas esferas oficiais. Tentando precisar um pouco mais, pode aventurar-se que o idioma galego teria umha importante presença na comunicaçom informal, mentres que a comunicaçom formal se produziria basicamente em castelhano, reproduzindo-se assim no quadro escolar o esquema diglóssico actuante no conjunto da sociedade. Mas mesmo na comunicaçom escolar formal o galego nom estaria totalmente ausente, já que assim o impunham as circunstáncias que deixamos apontadas.

4. *Contribuiçom da escola primária à penetraçom do castelhano na Galiza.*

Nos estudos realizados a respeito da progressiva implantaçom do castelhano na Galiza adoita apresentar-se o sistema de ensino, e nomeadamente a escola primária, como um dos principais responsáveis do processo de assimilaçom lingüística. Ora bem, ainda sem qüestionar o papel desempenhado pola escola nesse processo, cumpre nom esquecer quais eram os limites de actuaçom da instituiçom escolar.

Com efeito, como já conhecemos, aproximadamente a metade da populaçom estava excluida da escolarizaçom. A discussom deve centrar-se, portanto, nessa outra metade que si mantinha contactos com a escola, tentando avaliar em que medida esta propiciou umha aprendizagem mais ou menos profunda do castelhano.

Para realizar tal valorizaçom cumpre considerarmos vários factores. Em primeiro lugar, e como também antecipamos, a assistência dos meninhos às escolas era irregular e estacional, sendo ademais curta a duraçom da escolarizaçom. Em segundo lugar, o idioma galego nom estava totalmente ausente da prática escolar, por mor das circunstáncias assinaladas no apartado anterior. Em terceiro lugar, a gramática castelhana nom se ensinaba em quase nengumha escola «de ferrado» e tampouco na maioria das públicas; tocante a estas últimas, e limitando-nos à província de Ponte Vedra, a percentagem de centros em que se impartiam aulas de grámatica durante o período 1879-1882 situava-se arredor do 47 por 100. Esta carência de ensino gramatical estava motivada às vezes polas exigências dos pais, que se resistiam a que os seus filhos investissem tempo numha aprendizagem que

---

(29) Manuel García Barros, *Aventuras de Alberte Quiñoi,* Vigo, Edicións Castrelos, 1972, p. 99.

consideravam pouco produtiva; assim sucedia na vila de Moeche, onde os pais «manifiestan constantemente al maestro sus deseos de que no se detenga mucho tiempo a sus hijos en la enseñanza de esa asignatura, puesto que habiendo de ser siempre labradores, ninguna falta les hace su conocimiento» (30). Decerto que o castelhano nom só se aprendia na aula de gramática, dado que tanto os livros de texto como o resto do material didáctico estavam escritos no idioma oficial (31), que também era o que empregava normalmente o mestre, polo menos ao dirigir-se aos seus alunos com umha intencionalidade formalmente instrutiva. De facto, o próprio Manuel José Quintana entendia que nas escolas primárias nom se precisava ensinar a gramática:

> «Util ciertamente y bello sería que todos aprendiesen a hablar y escribir correcta y elegantemente su lengua propia. Pero esto sólo se adquiere a fuerza de principios muy digeridos y de ejercicios muy continuados. Lo que un muchacho puede adelantar en esta parte es corregir los malos hábitos de pronunciación y de frase adquiridos en su educación doméstica, o propios de la provincia en que se ha nacido. Que los libros que aprenda, que las muestras que copie, que el maestro a quien oiga, todo le hable en lenguaje puro y correcto, y *[sic]* insensiblemente adquirirá esas dotes en el modo y grado que pueden adquirirse a su edad. Por el uso aprendió a hablar, por el uso aprenderá a hablar bien» (32).

Em quarto e último lugar, a eficácia da escola para transmitir as noçons próprias do ensino primário era muito reduzida, e nom existem razons para supor que esta eficiência se acrescentasse no tocante ao idioma. Segundo o parecer dos inspectores, somente se obtinham resultados satisfatórios no 15 por 100 das escolas públicas galegas.

Atendendo às razons expostas, pode concluir-se que os mais dos nenos inscritos nas escolas rurais adquiririam um conhecimento avondo limitado do idioma castelhano. Este conhecimento seria mais intenso nas escolas completas do que nas incompletas —as primeiras registavam umhas taxas de assistência mais elevadas, os mestres que as regentavam possuíam um melhor domínio do castelhano, o ensino da gramática estava nelas muito mais

---

(30) Prego de descargos apresentado polo mestre da escola pública elementar completa de nenos de Moeche, 7-V-1892, AHUS, leg. 171.

(31) Ainda que os livros de texto estavam redigidos em castelhano, alguns reproduziam a traduçom galega de termos que podiam ser incompreensíveis para os meninhos. Assim se fazia na *Cartilla agraria para las escuelas rurales de la provincia de Lugo,* redactada por José Jorge de la Peña (s/l, Imp. de la V. de Riesgo e Hijos, 1846), onde se traduziam ao galego expressons e palavras como «castrazon de las colmenas» («catar as colmeas»), «arco iris» («arco da vella»), «relámpagos» («lôstregos»), «musgo» («mofo»), «aliso» («ameneiro»), «guisantes» («chícharos»), etc.

(32) *Historia de la Educación en España. I Del Despotismo Ilustrado a las Cortes de Cádiz,* citado, p. 387.

generalizado e além disto, devido à sua superior qualidade, tinham umha maior eficácia instrutiva— e nas públicas do que nas privadas ou «de ferrado».

Mas com independência da competência lingüística que a escola propiciasse, o certo é que o meio rural seguiu expressando-se em galego. Quer dizer, a instituiçom escolar e outras instáncias assimiladoras (Administraçom, Igreja, Exército, etc.) nom fôrom capazes de provocar que as gentes do campo desertassem da sua fala. Fracasso este que tem sido sublinhado polo regionalista Salvador Golpe a começos do presente século:

> «Cinco centurias van pasadas desde que los Reyes Católicos mandaron que en todos los actos y documentos públicos se emplease la lengua castellana con exclusión de ninguna otra; y desde entonces, y con especialidad en el pasado siglo en que nuestros gobiernos adoptaron el uniformismo revolucionario de Francia, se crearon multitud de escuelas en las que sólo se enseñaba en castellano; y en castellano predicaron los sacerdotes en el templo, y en esa misma lengua se escribieron las leyes y los periódicos oficiales, y se redactaron los documentos que garantizan la propiedad y los contratos, y se dictaron los pregones, bandos y reglamentos de policía, y se extendieron las actas de los Ayuntamientos y se enseñó a hablar en los cuarteles a los jóvenes que cumplían el deber de servir a la Patria con las armas. Y decidme ¿a pesar de todo eso se acabó el idioma gallego?... (33).

Em termos parecidos pronunciava-se Afonso Daniel Rodríguez Castelao no *Sempre en Galiza:*

> «Prohibíchedes o galego nas escolas para producir no esprito dos nosos rapaces un complexo de inferioridade, facéndolles creer que falar galego era falar mal e que falar castelán era falar ben. Espulsáchedes o galego das eirexas, facendo que os representantes de Cristo esplicaran o Evanxeo no idioma oficial, que o povo non falaba nin comprendía ben. Refugáchedes o galego ante os Tribunaes de xusticia e chegáchedes a castelanizar bárbaramente as toponimias galegas. ¿E de qué vos valeu? Porque dispóis de máis de catro séculos de política asimilista, exercida con toda riqueza de astucias e violencias, o noso idioma está vivo. Sodes, pois, uns imperialistas fracasados» (34).

Destarte, o aprendizado escolar do castelhano, já precário de seu, nom se reflectia significativamente a nível social. E isto era assim devido a que

---

(33) Salvador Golpe, *Regionalismo y lenguaje. Discurso leido en los Juegos Florales de Betanzos en 29 de Septiembre de 1901,* Corunha, Escuela tipográfica de la Casa de Misericordia, 1902, p. 29.

(34) Alfonso R. Castelao, *Sempre en Galiza,* Buenos Aires, Ediciós Galiza, 1974, p. 42.

no mundo rural decimonónico nom se percebiam razons suficientes para abandonar o galego em benefício do castelhano. Porque, com certeza, a persistência no uso do galego se explica tanto em virtude do ruralismo como do galeguismo, e assim o reconhecia Castelao em carta dirigida ao seu convizinho Viturro: «Escríbolle na lingua en que vostede e mais eu falamos a cotío, anque eu fáloa por galeguismo e vostede por ruralismo» (35). E parece evidente que a vitalidade social do nosso idioma tem contraídas mais dívidas com o ruralismo que com o galeguismo. Ruralismo que designa, entre outras realidades, umha economia agrária relativamente autosuficiente e fechada sobre si mesma, umha sociedade com escassa mobilidade dos seus individuos dentro da escala social e umha cultura essencialmente oral, circunstáncias todas elas que nom favoreciam a implantaçom do idioma castelhano.

Ora bem, se as pessoas que acediam ao ensino primário conseguiam apenas um domínio rudimentar do castelhano e se a sua lealdade com o idioma galego estava em grande medida garantida polo médio em que transcorreriam as suas vidas, no tránsito pola escola tinham ocasiom de realizar umha aprendizagem sumamente significativa: aprendiam a diglossia ou, mais ajustadamente, o sistema valorativo próprio do esquema diglóssico. Por outras palavras, é quase seguro que os nossos avós saíssem das escolas —e também das igrejas, dos tribunais de justiça, dos quarteis, etc.— falando galego, mas com a consciência de serem portadores dumha língua degradada e degradante, e de que existia outro idioma, o castelhano, carregado de conotaçons positivas.

Em soma, mais que aprender a expresarem-se na língua dominante, os meninhos galegos aprendiam a reconhecer a superioridade dela, e isso era provavelmente o que se procurava. Porque, tal como sublinha Carlos Lerena, «la función esencial de la escuela primaria no era la de que los alumnos aprendiesen e internalizasen determinados modelos culturales, sino, fundamentalmente, la de que los reconociesen y respetasen» (36). Também comparte esta concepçom Víctor Pérez Díaz, segundo o qual a escola primária rural «ofrecía una base cultural insuficiente en sí misma, pero adecuada para recibir con respeto (no exento en sus bordes de hostilidad e ironía) los mensajes y las personas de la sociedad urbana, y ofrecía así la base para el adoctrinamiento y el control por parte de estas últimas» (37). E se, além das mensagens, se conseguía que os camponeses respeitassem o código em que se transmitiam, as bases da dominaçom ganhariam em consistência.

---

(35) Castelao, *Prosas recuperadas, I (1912-1950)*, Lugo, Ediciones Celta, 1974, p. 40. (Recolleita, limiar, cronoloxía e notas de X. Alonso Montero).

(36) Carlos Lerena, *op. cit.*, p. 191.

(37) Víctor Pérez Díaz, *Cambio tecnológico y procesos educativos en España*, Madrid, Seminarios y Ediciones, 1972, p. 138.

5. *Escolarizaçom e prática lingüística na actualidade.*

As relaçons actuais entre escolarizaçom e prática lingüística diferem substancialmente das registadas no século XIX. Convém evidenciar tais diferenças, exercitando assim o diálogo entre o passado e o presente que E. H. Carr reclamava dos historiadores.

Antes de mais nada, a eficácia do ensino primário —que já nom se denomina assim, senom ensino geral básico, e nom se trata simplesmente de umha mudança de rótulos— para difundir o conhecimento do castelhano incrementou-se consideravelmente devido a que a instituiçom escolar ganhou em extensom, intensidade, qualidade e continuidade. Em extensom, porque a escola acolhe na actualidade praticamente toda a populaçom infantil. Em intensidade, dado que a duraçom do ensino geral básico ultrapassa amplamente a do ensino primário tradicional, estando também precedido de umha educaçom preescolar cada vez mais difundida. Em qualidade, já que a formaçom do magistério, as condiçons dos edifícios escolares, mobiliário e material didáctico, os métodos de ensino-aprendizagem, etc., experimentárom melhoras apreciáveis. E também em continuidade, porque à diferença da escola tradicional, que tinha um carácter essencialmente terminal, a escola cristalizada na Lei Geral de Educaçom (1970) tem umha importante prolongaçom no ensino secundário. Em definitivo, a instituiçom escolar está hoje mais capacitada que no passado para lhes transmitir aos nenos o idioma castelhano. Mas é que, além disto, opera sobre um ambiente também mais propício para a realizaçom desse cometido, porque, se bem é certo que o meio rural segue a expressar-se maioritariamente em galego, nom é menos que o castelhano tem aqui umha presença oral (televisom, rádio, contactos pessoais com o mundo urbano, etc.) e escrita (imprensa, papeis administrativos, literatura, impressos vários, etc.) cada vez mais intensa. A escola nom é já um ente castelhanizador isolado, senom que actua em convergência com outras instáncias —entre as que cabe salientar a família, pois o número de pais que educam os seus filhos em castelhano parece medrar a cotio—, daí que a sua eficácia seja superior.

Por outra banda, e também a diferença do que acontecia nos tempos passados, a aprendizagem escolar do castelhano traduze-se significativamente nos diferentes ámbitos sociais. E traduze-se devido a que é umha aprendizagem mais perfeita e, sobretodo, a que a desfeita do ruralismo determina que o castelhano tenha funcionalidade crescente para os camponeses, por duas razons fundamentais. Em primeiro lugar, porque é este um idioma que alcançou umha implantaçom considerável na vida rural, como já avançámos no parágrafo anterior. E em segundo lugar, porque a expectativa de umha mobilidade ascendente na estrutura social, vinculada à ubicaçom urbana, associa-se decididamente com o abandono do galego, saturado de ressonáncias negativas, e com a adopçom do castelhano, impregnado, pola contra, de valências positivas. Esta expectativa tinha escasso peso na sociedade rural galega do passado século, polo que muitos pais nom estavam interes-

sados em que os seus filhos aprendessem o castelhano, conscientes de que estavam embocados ao trabalho agrícola. Mas a esperança de ascensom social medrará fortemente nos últimos decénios, convertendo-se num dos principais factores explicativos da valoraçom positiva que a língua dominante adquire no mundo rural. Dito mais brevemente, hoje as gentes do meio rural percebem nidiamente a utilidade do idioma castelhano, tanto para viver nesse meio como para iludir a condiçom de labregos.

Mas na actualidade nom só se ensina o castelhano nas escolas, senom também o galego. Cumpre perguntar-se, portanto, qual pode ser a contribuiçom do sistema de ensino ao processo de normalizaçom do idioma próprio da Galiza.

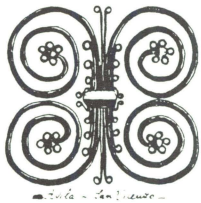
Decerto a escola actual, que ultrapassa em extensom, intensidade, qualidade e continuidade a tradicional, está em condiçons de contribuir decisivamente —e de facto já o está fazendo— ao conhecimento oral e escrito do nosso idioma, tanto por parte daqueles meninhos socializados familiarmente no galego como, e fundamentalmente, daqueloutros socializados familiarmente no castelhano. As futuras geraçons nom serám já analfabetas em galego, e esta é umha conquista cuja relevância nom cabe questionar.

De todas as maneiras, o problema principal que afecta ao idioma galego nos nossos días nom é tanto de competência lingüística —com ser esta sumamente importante— como de uso social. E se bem a escola está capacitada para fazer frente ao primeiro problema, nom está tanto para resolver o segundo. Contodo, também a instituiçom escolar pode desempenhar um certo papel na normalizaçom do idioma caracterizador da naçom galega. Ora bem, para que a escola seja eficaz desde esta segunda perspectiva nom basta com que nela se ensine o galego, senom que é assim mesmo necessário o emprego desta língua nas diferentes práticas escolares. Destarte os nenos aprenderám um idioma, mas também a aptitude deste para funcionar como instrumento de comunicaçom social. E assim como o ensino do galego nom suscita grandes rejeitos, o ensino em galego, decretado recentemente para algumhas matérias, provoca respostas alporizadas por parte de determinados sectores sociais, que aduzem na defesa das suas posiçons justamente a única arma com a que até há poucos anos contava o galeguismo, quer dizer, o discurso pedagógico.

Mas mesmo no suposto de que o sistema de ensino se expressasse inteiramente em galego, a recuperaçom social deste idioma nom estaria em absoluto garantida. Com efeito, da mesma maneira que umha escola animada por pretensons castelhanizadoras nom foi capaz de implantar o uso do castelhano num ambiente que militava em favor do idioma galego, bem poderia acontecer que umha escola galeguizadora resultasse igualmente inoperante para difundir o emprego do galego num contexto favorável ao castelhano. Quer dizer, o futuro social do galego nom se decide basicamente na escola, que é incapaz de provocar por si mesma mudanças da natureza

que estamos a considerar, por mais que a recuperaçom deste idioma requira a sua incorporaçom aos diferentes níveis do ensino.

O futuro do galego depende de que o galeguismo seja capaz de encher o vazio deixado polo ruralismo. Quer dizer, depende de que se consigam criar na cultura urbana as condiçons que propiciem o uso normal da nossa língua, condiçons que se produziam espontaneamente na cultura rural tradicional. E neste sentido cumpre reconhecer que algo se está adiantando nos últimos naos, quer no nível sócio-económico —utilidade do galego para o desempenho de determinadas profissons— quer no político e no cultural —presença do galego nos meios de comunicaçom, actividade política, etc. Mas convém nom se enganar: a hegemonia segue detentando-a o castelhano. E mentres nom se consiga romper progressivamente esta hegemonia em benefício do galego, a aprendizagem escolar deste idioma terá umha repercussom social mais bem precária. A escola produzirá, decerto, alfabetos em galego, mas nom é tam seguro que produza galego-falantes.



Unidade e variedade da língua galego-portuguesa na Idade Média

Por José António SOUTO CABO
I. B. Gelmírez II, Santiago

É o galego-português, a falta de novas descobertas, umha das línguas românicas que mais tardiamente passou a ser reflectida na escrita. Assi, face ao francês cujos primeiros testemunhos, os conhecidos *Serments de Strasbourg,* datam de 842 (1), só será no século XIII que a nossa língua aparece claramente como tal, num texto escrito (2). É a célebre *Notícia de Torto* o primeiro texto original datável (3), o qual segundo L. F. Lindley Cintra ficaria no período do reinado de D. Sancho I, isto é, antes de 1211, porém Avelino de Jesus da Costa atribui-o aos anos 1214-1216, seguido do *Testamento de Afonso II* de 1214 (4). Devemos agora esperar até à metade do mesmo século para encontrarmos novas mostras de documentos, nom literários, em galego-português; é na década de 40-50 que se generaliza o uso do romance na prosa tabeliónica do nosso território lingüístico (5), uso que

---

(1) Trata-se, pois, do primeiro texto conservado em língua românica.

(2) Como sabemos francês e galego-português situam-se dentro das línguas românicas em pontos opostos quanto ao seu carácter de inovaçom ou conservadorismo respectivamente. Está, pois, dentro do previsível que, sendo para os falantes do primitivo francês o latim escrito língua já totalmente opaca no século IX, apareçam textos vulgares desta língua antes do que noutras zonas em que, como na galego-portuguesa, nom havia umha distáncia insalvável entre a modalidade falada e o latim.

(3) Falamos de versom original já que embora algumhas composiçons trovadorescas podam ser localizadas a fins do século XII («Ora faz ost'o senhor de Navarra» em 1196»), trata-se em todo caso de manuscritos posteriores.

(4) CINTRA, L. F. Lindley: «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie». In *Revue de Linguistique Romane,* Tome XXVII, SLR, 1963, Strasbourg, p. 40 a 77. Informa-nos de que o primeiro documento deve-se tratar de um rascunho em vulgar destinado a ser traduzido para latim.

(5) Dos textos dados a lume até agora o que se situa com certeza numha data mais recuada é umha carta de foro de 1244 publicada por FERRO COUSELO, X.: *A vida e a fala dos devanceiros, Terras de Ourense,* vol. I, Galaxia, 1967, Ourense, p. 43. Também poderíamos incluir aqui algum dos publicados por MARTINEZ SALAZAR, A.: *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI.* Impr. Casa de la Misericordia, La Coruña, 1911, embora nom estando datados o mais antigo poderia corresponder a 1234 (-1236 ?). Lembramos que é durante os reinados de Afonso III de Portugal e Fernando III em Castela e Leom que se instaura o uso do romance nos documentos públicos.

persistirá inalterado em território português enquanto na Galiza entre fins do século XV e inícios do XVI o espanhol substitui nestes e outros usos o galego como língua da cultura e da escrita (6).

Desde sempre, o conhecimento deste tipo de textos tem suscitado grande curiosidade por parte daquelas pessoas interessadas na recuperaçom do idioma galego; por um lado eles reflectem umha sociedade em que o galego é língua normalizada, surpreendente para os habituados à situaçom de diglossia posterior, e assi o próprio P. Martinho Sarmiento os tomava como ponto de referência para evidenciar a «irracional» situaçom da sua época do ponto de vista lingüístico.

«No pocas veces he pensado en cual ha sido la causa de que en Galicia se haya introducido el uso o abuso de escribir en castellano lo que antes se escribía en latín o en gallego. *No hay género de escritura, testamento, donación, venta, contrato, foro, arriendo, compra, trueque, partijas, etc., que yo no haya visto y leído en Galicia o en latín o en gallego, y sé que se pueden cargar carros de estos instrumentos que se conservan en Galicia.* No habiendo pues precedido ni concilio ni cortes, ni consentimiento uniforme de los gallegos para actuar, otorgar, comerciar en lengua castellana, ¿Quién la introdujo?» (7).

Por outro lado mostram face à língua moderna um estado de pureza lingüística que supunha um grande atractivo para os preocupados na criaçom dum galego culto. Nesta mesma linha contribuírom grandemente para evidenciar a fundamental coesom lingüística entre as variedades galegas e portuguesas da nossa língua no passado, e em conseqüência para a recuperaçom da nossa ortografia histórico-reintegrada. Fruto de todo isto foi a publicaçom já em 1911 da primeira colecçom deste tipo de documentos por Andrés Martínez Salazar (8), mais recentes som as colectáneas de Margot Sponer em 1934 (9) e Jesus Ferro Couselo, esta última com quase 600 textos, em 1967 (10), cada umha de desigual valor filológico.

---

(6) Entre os documentos galegos publicados por FERRO, cfr. *op. cit.*, o último é de 1532.

(7) SARMIENTO, P. Martín: *Elementos etimológicos.* A itálica é nossa. Tirado de FERREIRO, M.: «Unha ruptura na literatura galega: Os séculos escuros» in AAVV, *A nosa literatura. Unha interpretación para hoxe* (v.), p. 61.

(8) Cfr. MARTINEZ SALAZAR, A. *Op. cit.*, Com anterioridade Antonio de la Iglésia publicara alguns documentos deste tipo no seu libro *El Idioma Gallego. Su antigüedad y vida.* La Torre y Martínez. Editores, 1886, La Coruña, porém nele incluem-se outros grupos de textos, e o valor do ponto de vista filológico é praticamente nulo devido aos erros e deformaçons a que foi submetido o material.

(9) SPONER, M.: *Documentos antigos de Galicia,* in: *Anuari de l'Oficina Romànica de Linguistica i Literatura,* Vol. VII, 1934, Barcelona, P. 113-192.

(10) FERRO COUSELOA, X.: *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI,* Galaxia, 1967, Vigo, 2 vols.

Na actualidade o interesse por este tipo de documentaçom mantém-se tanto do ponto de vista historiográfico como lingüístico (11). Com as necessárias precauçons, devido ao carácter formulístico dos escritos, som umha boa fonte para seguirmos o rasto da língua no seu evoluir desde o século XIII ao XVI; também nos oferecem as distintas particularidades de carácter dialectal do momento, e som testemunho do processo deformador a que se viu submetido o idioma desde cedo pola pressom da língua do poder central; criando já ao fim do período umha espécie de crioulo galego-castelhano nos textos referidos, e que pode deitar luz sobre alguns dos problemas actuais na normativizaçom adequada do galego-português na Galiza.

Vam ser estes documentos que sirvam de base à professora Clarinda de Azevedo Maia num estudo de recente publicaçom, intitulado: *História do Galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)* (12), texto a que me tenho referido com anterioridade (13) e que será objecto de análise mais pormenorizada nesta ocasiom.

Como se depreende do próprio título o intuito da obra é, pois:

«o estudo do antigo galego durante o período de relativa unidade lingüística e durante os séculos seguintes em que se acentuam as divergências e se vão pouco e pouco plasmando e configurando as línguas galega e portuguesa» (14).

de maneira a vermos como «acabam por *fixar-se* e constituir duas línguas independentes, ainda que ligadas por estreitos laços de parentesco» (15); antes de mais expomos as nossas dúvidas de que o galego esteja totalmente «fixado», «não tendo existido nunca na Galiza, uma norma lingüística unificadora» (16), como ela própria reconhece. Também chama a atençom que nas primeiras páginas da obra «pontifique» que se trata de *duas* línguas sem análise filológica concreta, quando na filologia portuguesa o ponto habitual de partida é justamente o contrário (cfr. n. 13).

---

(11) Recentemente fôrom publicadas, como parte integrante de trabalhos de tipo histórico, diversas colecçons referentes a mosteiros galegos, destacamos: DURO PEÑA, E.: *El monasterio de San Pedro de Rocas,* Ins. Est. Orensanos «Padre Feijóo» de la Diputación Provincial, 1977, Orense. Do mesmo autor e instituiçom: *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil,* 1977. CAL PARDO, E.: *San Salvador de Pedroso, en tierras de Trasancos.* Exc. Diputación Provincial de la Coruña, 1984, La Coruña. ENRIQUEZ PARADELA, M. C.: *Colección diplomática del monasterio y convento de Santo Domingo de Ribadavia,* in *Boletim Auriense,* Anexo 8, Museo Arqueolóxico Provincial, 1987, Ourense.

(12) MAIA, C. de Azevedo: *História do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Con referência à situação do galego moderno).* INIC, 1986, Coimbra.

(13) Cfr. SOUTO CABO, J. A.: «A variante lingüística galega sob a perspectiva da filologia portuguesa», in *Actas do II Congresso Internacional da língua galego-portuguesa na Galiza,* Agal, no prelo.

(14) MAIA, C. de Azevedo: *Op. cit.,* p. 2.

(15) *Id. ibid.,* p. 1, a itálica é nossa.

(16) *Id. ibid.,* p. 848.

A seguir, consideramos necessário fazer umha série de pontualizaçons prévias que afectam ao conjunto do trabalho, para posteriormente passar a comentar outros aspectos da análise efectuada pola profesora Clarinda de Azevedo Maia.

1. *TOPONIMIA.*

Ainda que noutros momentos históricos fosse o habitual, por falta de conhecimento ou circunstáncias douta índole, hoje é absolutamente inadmissível que os topónimos galegos figurem de forma exclusiva sob a «versom» espanhola sem nengum tipo de esclarecimento ao respeito; é mais, parece-se deduzir das palavras da autora que essas formas, evidentemente, *espúrias* som as correspondentes ao galego moderno (!). Assi ao lado de mençons do tipo: «Provincia de La Coruña», «Provincia de Orense» (17), encontramos «mosteiro de Lorenzana...» (18), numha introduçom a um texto por parte da autora, esclarecimento como o que nos di sobre *A Guarda: «Guarda* (topónimo correspondente à *forma* moderna *La Guardia)»* (sic!) (19) que nom deixam lugar a dúvidas, e que, além de induzir a erro sobre a realidade *actual* galega, deixam ver às claras o afastamento da autora a respeito dos nossos problemas, a sua indiferença a respeito do processo normalizador do galego (—português), nesta beira do Minho. Gostariamos de ver, por parte da autora, um ponto mais de adesom cordial à causa de recuperaçom da nossa (comum) realidade lingüística.

2. *REINTEGRACIONISMO.*

Quanto à amplia bibliografia utilizada, devemos salientar a total ausência de referências ao reintegracionismo na Galiza, tanto no passado como no momento presente, aspecto que lhe resultaria de grande interesse para conhecer os problemas ha fixaçom do galego no momento actual (20). Daí que nom sempre esteja a par nom já das propostas reintegracionistas, mas nem sequer do modelo de *galego padrom* postulado polo poder oficial de hoje. Daí também que as suas referências ao galego moderno sejam umhas vezes a variantes dialectais, outras a formas castelhanas, e outras a formas pseudonormativas. Nom se vendo claro, por isto, que entende a autora por *galego moderno,* como nom seja o conjunto das variedades dialectais que o constituem.

---

(17) *Id. ibid.,* mapa que precede o estudo.

(18) *Id. ibid.,* p. 115, quando nos textos figura sistematicamente «Lourença», etc.

(19) *Id. ibid.,* p. 641.

(20) Assi resulta surpreendente que chegando a utilizar as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego.* Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega, 1982, desconheça o *Estudo Crítico,* Agal, 1983, A Corunha. Da mesma maneira ao se referir a estudos sobre as relaçons entre o galego e português apenas parece conhecer o posicionamento isolacionista, cfr. p. 887, n. 1 e 889, n. 2.

3. *TEXTOS LITERÁRIOS.*

Encontramo-nos agora com a principial objecçom ao trabalho. Como podemos deduzir do título, o texto pretende ser umha história do galego-português do século XIII ao XVI, porém no presente estudo nom se inclui nengum texto literário do referido período, facto que nos parece incompreensível de qualquer ponto de vista, mais ainda se temos em conta os fundamentos desta exclusom. Assi pensa que:

«O conhecimento que até ao momento se possui sobre a língua falada na referida região durante o período galego-português é insuficiente e *talvez pouco real:* ele baseia-se essencialmente no estudo da linguagem das poesias dos cancioneiros trovadorescos [...] Convém, por outro lado, observar que as composições poéticas dos cancioneiros não são os textos ideais para o conhecimento do galego-português: trata-se de uma linguagem literária, de feição artística, que resulta de uma estilização e não de uma reprodução da linguagem falada na Galiza e na zona de Entre-Douro-e-Minho» (21).

Argumento que parece justificar mais adiante:

«...os códices da poesia trovadoresca oferecem textos *<retocados>*, onde muito provavelmente, se introduziram alterações de carácter gráfico e até *lingüístico* relativamente aos textos que lhes serviram de base. Não só devem ter-se anulado *alguns efeitos provenientes da variação geográfica ou diastrática da língua,* presentes nos textos que se copiavam...» (22).

para concluir necessariamente em que:

«Apesar de um certo formalismo que caracteriza a linguagem dos documentos notariais [...] revelou-se incomparavelmente mais rica e eficaz (?) do que o estudo das composições poéticas dos cancioneiros...» (23).

Parece óbvio que a língua dos cancioneiros seja, como toda linguagem literária, umha estilizaçom da linguagem corrente, e como tal essencialmente unitária e conservadora; o que, aliás, nom significa que resulte nela impossível a variaçom (24). Assi, se confrontarmos algumhas das formas que oferecem um polimorfismo nos textos estudados do presente trabalho com o que acontece nos textos poéticos, e só como simples mostra a partir de certos termos especialmente significativos, observamos claras coincidências:

---

(21) MAIA, C. de Azevedo: *op. cit.*, p. 2-3, a itálica é nossa.

(22) *Id. ibid.*, p. 889, a itálica é nossa.

(23) *Id. ibid.*, p. 888.

(24) «Se trata de una lengua literaria, y como tal, culta y conservadora y fuertemente unitária; coiné lingüística por encima de las peculiaridades regionales e individuales [...]. Esta lengua poética admite, no obstante, una razonable flexibilidad» Cf. RODRIGUEZ, J. L.: *El cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio.* Anexo 12 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia.* Universidad de Santiago de Compostela, 1980, a propósito da língua de Joam Airas da qual a seguir dá algumhas, p. 47.

	1 (textos notariais)	*2 (textos trovadorescos)* (25):
até		
	ata, atá	ata, atá
	atra	atra
	atrões, atro	atro
	atee, ateem, ataes	atee, atẽe, atẽes
	fasta.	tees.
dúvida		
	dubda	
	duda	duda
	dulta	dulta, (tb. dultança)
	dúvida	dúvida
vbo. *ouvir*		
	oir	oir
	ouir	ouir
	ouvir	ouvir
mui-muito		
	moi-moito	moi-moito
	mui-muito	mui-muito

Da mesma forma encontramos em ambos os grupos de textos outras alternáncias como: terceira pessoa dos perfeitos fortes em -o (disso, fezo), ou -e/ø (disse/fez); ai/ei: sair/seir, treiçon; alternáncia foi/fui na 1-3ppf; pedir/pidir; conservaçom de -l- e -n- en formas arcaizantes (saia la raia); fórmulas idênticas: cada que (= cada vez que), etc.

Como facilmente se vê o fundo lingüístico é exactamente o mesmo, e parece arriscado falar de «retoques» no texto dos cancioneiros num ou noutro sentido. Porém, e curiosamente, devemos salientar que observamos nestes um maior uso de formas que seriam, por assi dizer, «galegas»; de outra maneira resulta difícil explicar o claro predomínio de formas do vbo. «oir» e «loar» inexistentes nos documentos portugueses estudados; presença de terminaçom em -o na 3ppf fortes nos poetas de origem portuguesa (26) em maior medida do que nos textos tabeliónicos (nos documentos portugueses

(25) Cfr. MAIA, C. de Azevedo: *Op. cit.*, p. 857 e ss. Para as assinaladas nos cancioneiros cfr. os glossários correspondentes e especialmente o glossário de LAPA, M. Rodrigues: *Cantiga de escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses.* Galaxia, 1970, Vigo, 2, ed.

(26) Cfr. LAPA, M. Rodrigues: *Op. cit.*, textos 78, e 99, respectivamente de Airas Perez Vuiturom e Estevam da Guarda.

estudados, só se regista um caso isolado em todo o período); uso de «moi» por parte de poetas portugueses como dom Pedro (1289-1354) (27), quando estas formas com *oi* eram já mui raras nos documentos do XIII da zona norte de Portugal, etc. Como vemos pois, nom parece que se desse nengum tipo de anulaçom de variantes galegas, aspecto que parece depreender-se das palavras da prof. Clarinda de Azevedo. O convívio literário produziu desde logo umha importante igualaçom na língua dos poetas medievais, devido ao influxo mútuo e ao papel de magistério que pudérom detentar algumhas figuras (28), contodo, podem-se rastejar certas mostras de variantes regionais; assi por exemplo o professor J. L. Rodríguez assinala para Joam Airas:

«Acaso una preferencia por las formas desnasalizadas, o la presencia esporádica del adj. moito (LXXXI, 9) o del adv. moi (LXXVI, 10), con su diptongo *oi* frente al casi general *ui,* y la aparición de perfectos como *ouvo* (LXXXI, 30), *figi, fige* (XLVII, 2), etc., también localizables, no obstante en autores de otras regiones, podrían indicar ya, en la obra del trovador compostelano, *la orientación gallega —o mejor septentrional—* de las transformaciones lingüísticas» (29).

a que se poderiam acrescentar outros exemplos, como a forma *lo* do pronome ou do artigo em posiçom intervocálica por fonética sintáctica ou em contacto com -r, -s da palavra anterior, sem assimilar: «pois lo el ouve...» (30), presente noutros muitos poetas (31), preferente nom portugueses, o que viria coincidir com os textos em estudo:

«No que se refere a essas formas, há uma diferença bastante sensível entre os textos da Galiza e Portugal. Nestes últimos aparecem apenas formas muito idênticas às actuais, [...]. Nos documentos da Galiza, a par de formas deste tipo —que são as mais frequentes— existem alguns exemplos das mais antigas com l- conservado: lo, la, los, las» (32).

a todo isto poderiam-se somar outros exemplos como a ausência de nasalidade, formas com -l- e -n- etimológicos conservados, cuja ocorrência é maior em poetas de Leom, Castela ou Galiza do que nos portugueses.

---

(27) Cfr. LAPA, M. Rodrigues: *Op. cit.*, texto 329.

(28) Assi por exemplo seria de grande interesse verificar através de um estudo pormenorizado as possíveis variaçons diacrónicas, e o papel que certas figuras tivérom no uso de certas formas como por exemplo Afonso X, lembremos que nas CSM aparecem apenas formas de «oir» e «loar», de grande extensom nos cancioneiros apesar de serem desconhecidas nos textos portugueses agora publicados.

(29) Cfr. RODRIGUEZ, J. L.: *Op. cit.*, p. 48.

(30) Cfr. LAPA, M. Rodrigues: *Op. cit.*, texto n. 187, (ou RODRIGUEZ, J. L.: *Op. cit.*, vv. 493, 449, 452).

(31) *Id. ibid.*: números 69 (Airas Nunes), 194 (Joan Baveca), 337 (Pero de Ambroa), 10-22 (Afonso X), 228 (Joam Servando), 341 (Pero de Ambroa), 388 (Gómez Barroso), 132 (F. P. Talamancos). Também em Pero Garcia Burgalês, cfr. BLASCO P.: *Les chansons de Pero Garcia Burgales,* Fondation Calouste Gulbenkian-CCP, 1984, París, v. 131. Da mesma forma encontramos casos nas Cantigas de Amigo: NUNES, J. J.: *Cantigas d' amigo...* Centro do livro Brasileiro, 1973, Lisboa, textos CXXII (J. Soares Coelho), e outros como D. Dinis «vai-las lavar alva» XX.

(32) Cfr. MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 644-5.

Contodo é necessário lembrar que toda língua literária foge do dialectalismo, superando-o; assi pois é característica inerente à linguagem culta o estabelecimento de umha coiné que nivela as diferentes variedades geográficas, e que resulta de diferentes condicionamentos histórico-culturais.

Questom diferente é a impossibilidade de, através dos textos trovadorescos, observar o evoluir do idioma. No entanto o chamado *Cancioneiro de Lang* permite ver a incipiente contaminaçom lingüística que é umha característica dominante especialmente a partir dos fins da Idade Média.

Por outro lado os documentos tabeliónicos devem, como já indicamos, ser observados com suma atençom devido ao seu carácter formulário, e no caso da Galiza serem escritos por pessoas em contacto com a oficialidade que desde cedo tivo como língua de prestígio o castelhano-espanhol. Assi nos textos de fins do XV e princípios do XVI encontramos um grande número de castelhanismo que ainda hoje nom estám totalmente generalizados e que na época seriam praticamente desconhecidos para a imensa maioria da populaçom (33).

4. *LOCALIZAÇOM ESPACIAL E CRONOLÓGICA DOS TEXTOS.*

Quando confrontamos o mapa que apresenta os pontos a que os documentos som ligados tanto na Galiza como em Portugal, observamos que certas zonas nom fôrom contempladas no presente estudo; nomeadamente toda a zona norte e nordeste portuguesa; os textos portugueses apenas recobrem as actuais regions do Minho e do Douro Litoral (34). Apesar de estas zonas mostrarem coincidências importantes com as correspondentes galegas, seria de enorme interesse conhecer qual o estado lingüístico do restante território norte naquela altura, no entanto foi excluído sem qualquer tipo de justificaçom. Relativamente à Galiza encontramos certa concentraçom de documentos em áreas como o Norte da Corunha, e total ausência de referências textuais a pontos que na actualidade mostram um importante interesse lingüístico; nesta situaçom encontra-se o ocidente corunhês ou toda a bacia do Límia. Além disto, a quantidade de testemunhos documentais nom mantém um equilibrío; assi face aos 136 textos de origem galega encontramos só 31 na regiom portuguesa.

Por outro lado é preciso assinalar que a distribuiçom cronológica dos documentos nom é totalmente coerente entre ambos os grupos, português e galego. O primeiro documento da nossa comunidade data do ano 1255 (35), e encontramos um total de 52 dentro do século XIII; o primeiro docu-

---

(33) Cfr. *Id. ibid.*, p. 66-67, formas como «yo», «jamas», «luego», «dichos», «ni» «nuestra», etc.
(34) *Id. ibid.*, mapa entre as p. 34 e 35.
(35) *Id. ibid.*, p. 68.

mento português só aparece em 1281 (36), acompanhado por apenas 7 no século XIII. Assi mesmo é preciso salientar umha série de vazios documentais: entre 1434 e 1516 nos textos corunheses, 1432 e 1506 nos de Ponte-Vedra (37); também nos relativos a território português existe algumha desconexom já que o último texto da regiom do Minho é de 1416, isto é cem anos anterior ao último galego (38).

Creio que todo isto tem umha série importante de repercussons no estudo lingüístico que acomete a seguir; em primeiro lugar encontramos um grande polimorfismo nos textos galegos face aos portugueses, que pode estar motivado parcialmente pola dissimetria de conjuntos. Isto provoca também que no repertório português nom surjam formas documentadas noutros textos da mesma origem, aos quais a autora tem de fazer múltiplas referências (assi nos documentos estudados nom se registam formas de *até* ou variantes e si nos galegos). O mesmo acontece em relaçom ao arcaísmo, característica dos textos galegos, originado pola abundáncia de textos do XIII, e certas lacunas no XV, em contraposiçom ao que, como vimos, acontece com os portugueses. Seria de esperar relativamente a estes últimos, umha maior atençom pola primeira metade do século referido, momento em que, por exemplo, certas convençons gráficas (e possivelmente com repercussons de diversas índole) nom estavam estendidas no norte do território português (39).

5. *GALEGO MODERNO.*

Por outro lado o presente texto, como já indicamos, forma parte dum conjunto de trabalhos que tentam rastejar na Idade Média a origem das *a priori* duas línguas diferentes: galego e português; intuito secessionista que nom ultrapassa contodo os limites da dialectologia diacrónica, e de que nos temos ocupado com anterioridade, especialmente a respeito da ediçom da *Crónica Troiana* do professor Ramom Lorenzo (40). Assi pois, e como já se explicita no próprio título, vam aparecer ao longo da obra umha série de referências ao galego «moderno» (cfr. supra), nelas evidencia-se que para a autora o galego nom passa na maioria dos casos de um simples mosaico dialectal, faltando claramente a ideia de possibilidade de recuperaçom de usos e ámbitos, que conduz à criaçom de um modelo lingüístico uniforme (41).

---

(36) *Id. ibid.*, p. 269.

(37) *Id. ibid.*, p. 63 e 66.

(38) *Id. ibid.*, p. 294.

(39) Nos textos portugueses encontramos já quase totalmente ganeralizado o usos dígrafos *nh* e *lh*, imposto a partir dos documentos da chancelaria real, em tempos de Afonso III.

(40) Cfr. n. 13 e SOUTO CABO, J. A.: «A Crónica Troiana galego-portuguesa», in *Agália*, Agal, n. 9, 1987, A Corunha.

(41) Contodo, por vezes, encontramos expressons que parecem significar a crença num «galego» totalmente fixado (cfr. supra).

Além das fontes puramente documentais, a autora, di-nos, procurou tomar contacto «directo» e «sempre insubstituível» com a língua falada (42); porém os resultados mostram em múltiplas ocasions um conhecimento parcial e amiúde defeituoso da realidade lingüística na Galiza do qual damos alguns exemplos:

—ieísmo «[...] o sistema dos falantes menos cultos não possui a lateral palatal /l/, devido ao fenómeno do ieísmo...» (43): na verdade como bem sabemos acontece todo o contrário, som os falantes menos cultos e de maior idade, (isto é, que tivérom menor contacto com o espanhol) os que o conservam.

—forma *sea:* «Nalgumas modernas variedades regionais do galego este tipo de conjuntivo rivaliza com o paradigma genuinamente galego-português e ainda hoje mais generalizado na Galiza, *sexa, sexas,* etc.» (44). Como é bem conhecido este paradigma, tradicional, nom sobrevive, de forma espontánea, mais que em pontos da Límia Baixa (45). O que nom impede que seja unanimemente considerado na actualidade a única forma *standard.*

—forma *din:* «No galego moderno a primeira pessoa do pretérito (de dar) é *din...*» (46). Ao nom falar de *dei* entendemos que aquela é a única na actualidade, o que como se sabe é erro, pois resulta ser *dei* a forma padrom indiscutida.

—forma *cujo:* «Descendentes das referidas formas do genitivo conservaram-se apenas em espanhol, em português e em sardo; em galego moderno perderam-se essas formas do relativo que, como vimo, foram usadas na Galiza no período medieval. Na língua culta e na literatura usam-se, por vezes, as formas castelhanas» (47). Seria, pois, melhor falar de desconhecimento de certas formas galegas cultas, por parte dos que fam uso do galego escrito. O que nom quer dizer que nom seja plenamente galego este tipo de formas, que aliás som também pouco usadas nos níveis familiar e popular do «português» e do espanhol.

—formas espanholas: é talvez o ponto mais problemático do texto já que em muitos casos soluçons galegas e espanholas aparecem confundidas, e assi desta arte ao falar do *e* pretónico apresenta no mesmo grupo as realizaçons de *verao* e *verano* (48) como se se tratasse de formas autóctones.

---

(42) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 309.
(43) *Id. ibid.*, p. 507.
(44) *Id. ibid.*, p. 830.
(45) Cfr. FERNANDEZ REI, F.: «Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno», in *Grial,* n. 77, Galaxia, 1982, Vigo, p. 279.
(46) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 776 e também na 921.
(47) *Id. ibid.*, p. 695, n. 5.
(48) *Cfr.* Id. ibid., p. 362.

Passamos a tratar agora outros aspectos de tipo pontual, especialmente aqueles que consideramos de singular importância, como ponto de referência com a situaçom lingüística actual.

Em primeiro lugar devemos continuar aqui com o problema do tratamento das formas espanholas, presentes com abundância nos textos; o castelhanismo é tomado sem o suficiente reparo como característica dos textos galegos, assi por exemplo ao tratar a presença de formas galegas com *-l-* conservado conclui que:

«...quer tais formas se tenham infiltrado nessa região, devido à influência castelhana que se fez sentir a partir do século XIII, o certo é que estamos em presença de uma particularidade que já no período medieval, individualizava, dentro do domínio galego-português a Galiza relativamente à zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho» (49).

Perguntamo-nos, pois, se é lícito observar como características dumha língua formas que nom pertencem a ela, de modo natural, e se nom seria melhor tentar distingui-las das próprias, especialmente quando ambas convivem no mesmo momento. Por outra parte, a maioria dessas formas nom vingárom nem em todo o território galego nem no(s) modelo(s) padrom(ns) hoje proposto(s).

Cumpre sublinhar, contodo, para fazer justiça à obra que comentamos, que na maioria dos casos, encotramos umha clara definiçom do que é próprio e do que é alheio nos nossos textos, face a estudos de similares características que utilizam as formas espúrias dos documentos medievais como pretexto para as consagrarem, enquanto pretensamente galegas, na língua moderna. Entre as formas que som consideradas como castelhanismos salientamos alguns exemplos de especial interesse para o momento presente:

—terminaçom *-vel/-veis:* considera, com razom, como castelhanismos as formas em *-bles:*

«Embora em poucos casos, encontram-se também nalguns documentos formas com perda da vogal postónica: *mobles* [...], *semellable* [...]. Todas as formas têm um carácter bastante tardio e ocorrem em textos onde abundam os castelhanismos de diferentes tipos; *não duvidamos, portanto,*

---

(49) *Id. ibid.*, p. 912.
Segue neste aspecto a RUBECAMP, R.: «A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio», in: *Boletim de Filologia,* vol. I, 1933, e a LORENZO, Ramón: *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla (S. XIV),* Instituto Estudios Orensanos «Padre Feijóo», 1975 e 1977, Orense, I volume, pp. XXXI-XXXII, também em: *Cantigas de Santa Maria,* Ed. Xerais, 1982, Vigo, no Limiar, pp. 11 e 12; contodo este último nom o destaca na recente ediçom da *Crónica Troiana,* A Coruña, (Fundación Barrié de la Maza. «Colección Documentos Históricos» disposta pola Real Academia Galega), 1985.

de que representem a solução castelhana da terminação -BILE(M), devendo interpretar-se como resultado da penetração do castelhano na Galiza» (50).

—terminaçom *-çom:* de novo nom hesita em atribuir ao espanhol as formas com o *i* conservado, «Por fim, não faltam também alguns castelhanismos, frequentes sobretudo em textos do século XV e XVI: *condiçion* [...], *deliberaciõ* [...], *excepción...»* (51).

—forma *medio:* Para explicar a apariçom de formas nom coincidentes com as galego-portuguesas *meo, mea,* etc., com -di- *(medeo, medios,* etc.), assinala que «É provável que a penetração do castelhano na Galiza tenha contribuído para a fixação deste resultado» (52). Termos que na sua maioria pertencem já a períodos de forte influxo do castelhano.

—forma *quais:* «A par das formas galego-portuguesas, em textos da Galiza dos séculos XV e XVI, registam-se também algumas de origem castelhana: [...] *las quales...»* (53).

—conjunçom *nem:* «Comparando o estado lingüístico dos documentos antigos que reuni e analisei com o português e o galego modernos, verifica-se que em português continua a viver a forma *nem,* ao paso que esta forma acabou por desaparecer no galego moderno, em que se generalizou *nin,* possivelmente devido à penetração do castelhano na Galiza» (54). Os casos em que regista formas de *nin* tenhem em geral un carácter tardio; todas salvo umha pertencem aos secúlos XV e XVI.

A mesma origem é assinalada para outras palavras que substituírom as tradicionais, como o verbo *dizer:*

«Estas formas em *-er* e com *e* no radical mostram o que teria sido o processo de substituição da forma tipicamente galego-portuguesa pela castelhana: a partir do século XVI, a pressão do castelhano conduz à perda de vitalidade da forma tradicional e à implantação do castelhanismo *decir»* (55).

Ao qual soma os casos de *receber* (56) e *escrever* (57). No caso de *cair* assinala o paradoxo de que:

«Em galego, onde, em geral, as formas em *-ir* têm maior extensão que em português, em grande parte devido à influência do castelhano, neste ca-

---

(50) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.,* p. 381. A itálica é nossa. Porém nom di nada a respeito das formas em -veles, -viles.
(51) *Id. ibid.,* p. 605.
(52) *Id. ibid.,* p. 913, cfr. também p. 623 em que som analisadas as ocorrências destas formas.
(53) *Id. ibid.,* p. 697.
(54) *Id. ibid.,* p. 877.
(55) *Id. ibid.,* p. 728.
(56) *Id. ibid.,* p. 731.
(57) *Id. ibid.,* p. 730.

so, ao lado da forma *cair* [...], mantém-se a forma antiga *caer*. Tal facto deve-se, também neste caso, à coincidência com a forma castelhana» (58).

Por outro lado certas formas vulgares de que se fai hoje um uso indiscriminado na língua escrita, som consideradas, como nom podia deixar de ser, próprias da linguagem popular; assi por exemplo para a forma *auga* encontramos:

«Em documentos localizados na actual província do Douro Litoral encontram-se também algumas formas com antecipação da semivogal para a sílaba tónica, desaparecendo na sílaba postónica ou continuando a manifestar-se nesta posição: *augas... auguas...* Tal fenómeno existe ainda actualmente na linguagem popular portuguesa de varias regiões e nalgumas regiões galegas» (59).

O posicionamento a respeito da ortografía que deve adoptar o galego na actualidade nom fica exposto de forma totalmente explícita, contodo encontramos algumhas salientáveis afirmaçons. Reconhece-se a importáncia que o período medieval tem para a fixaçom do galego; desta maneira ao falar da «normalização» (mais bem devemos, pois, entender *normativizaçom)* do galego opina que: «o estabelecimento das suas características ortográficas deve basear-se no conhecimento da tradição gráfica do galego, *desde a época medieval»* (60), declaraçom que parece nom precisar qualquer cometário. Dentro da problemática ortográfica som de interesse particular o uso de e *-m* final, *nh,* e *lh.* Sobre o primeiro apoia o que já se sabia sobre a documentaçom medieval:

«A análise realizada sobre os documentos publicados no capítulo I deste trabalho confirma as afirmações feitas por Fr. Atanasio López no princípio do século: contrariamente ao que pensavam alguns, a grafia *-m* em final de palavra não é um pormenor que diferencie os documentos da Galiza e de Portugal» (61).

Quanto aos dígrafos *nh* e *lh* assinala sem qualquer hesitaçom a sua origem castelhano-leonesa (62). Relativamente à primeira conclui do estudos dos textos que:

«No que se refere ao sistema de grafemas que representam a nasal palatal, não pode falar-se de uma «fronteira gráfica» entre Portugal e a Gali-

---

(58) *Id. ibid.*, pp. 727-8. Para o castelhanismo contemplado no seu conjunto como característica dos textos de origem galega veja-se o que di nas pp. 897-905.

(59) *Id. ibid.*, p. 643. O mesmo refere para a forma *titor,* cfr. p. 425: «Esta forma é hoje bastante freqüente na linguagem popular portuguesa».

(60) *Id. ibid.*, p. 887, n. 1. A itálica é nossa. Concordamos totalmente com esta declaraçom e lembramos o que se di no *Estudo Crítico, op. cit.*, p. 18: «A *história da língua* sinalará as formas originariamente galegas, assi como a grafia que lhes corresponde. A respeito disto, cremos necessário sinalar que se ha de atender, sobretodo, para êpocas em que o galego era língua *normal* de Galiza. Nem o século XIX nem o XX som, neste aspecto, modélicos».

(61) *Id. ibid.*, p. 306, n. 4. Cfr. a este respeito o *Estudo Crítico, op. cit.*, pp. 54-55.

(62) Cfr. *Id. ibid.*, p. 488 e 498 respectivamente.

za, uma vez que como vimos, são muitos os processos gráficos comuns a ambas as regiões; além disso, o grafema *nh* também não é totalmente exclusivo dos textos escritos aquém-Minho» (63).

Nom aparecem exemplos de *lh* como representaçom da palatal, contodo, a autora lembra o conhecimento nalgum notário deste processo, «o uso, ainda que esporádico, de *lh* com valor de [l] num documento dessa província prova que o notário que o escreveu não desconhecia a nova grafia de influência provençal» (64).

Nalguns aspectos de fonética histórica como som o processo desnasalizaçom, o sesseio e o ensurdecimento das sibilantes sonoras, penso que se forçam os textos en aras de encontrar antecedentes para estes fenómenos actuais; nom parecendo suficientemente clara a sua ocorrência nos documentos em questom.

Em primeiro lugar, perante a falta de qualquer sinal indicativo da nasalidade nalgumhas formas opina:

«...que estamos possivelmente em presença de antigos vestígios da tendência para a desnasalização que afectou o galego, distanciando-o, também neste aspecto, do português» (65).

Porém o mesmo fenómeno afecta os textos portugueses, com carácter mais esporádico (66), e além disto é difícil de assinalar o mesmo grau de validez a todos os exemplos, devido a que por um lado alguns pertencem a zonas em que a nasalidade desenvolveu posteriormente umha consoante nasal, sendo por conseguinte difícil pensar que essa ressonáncia desaparecesse naquela altura; facto que acontece nalguns exemplos de Baiona *(hirmao,* 1281 P 99), Tebra *(hirmao,* 1295 P 108), Ponte-Vedra *(yrmaos, 1316 P 124), etc. (67).* Por outro lado nom há umha maior ocorrência de formas desnasalizadas no fim do período por ela estudado. Assi pois só seriam interpetáveis naquel sentido os casos em que se produziu a consonantizaçom da nasalidade (68),ou os exemplos sem nasalidade de zonas em que este desenvolvimento nom se deu. Lembremos, contodo, que no falar minhoto persistem formas análogas às galegas como a mesma autora refere:

---

(63) *Id. ibid.*, p. 490. Aparecem no conjunto dos textos vários em que se emprega o dígrafo aludido.

(64) *Id. ibid.*, p. 500. Assinala também a ocorrência noutros textos galegos, esquecendo porém o texto de *Crónica Geral e Crónica de Castela, op. cit.* supra n. 49, em que num total de 43 fólios se fai uso tanto de *nh* como de *lh*.

(65) *Id. ibid.*, p. 323.

(66) *Id. ibid.*, aliás os documentos galegos mostram umha maior instabilidade gráfica do que os portugueses, em múltiplos aspectos.

(67) Cfr. *Id. ibid.*, p. 323. Como sabemos nestes pontos a forma actual transformou *-ão* em *-ãa* > *-ã* e posteriormente *-am,* com consonantizaçom da ressonáncia nasal.

(68) *Id. ibid.*, p. 575, porém nalguns casos deve-se tratar dum simples procedimento para representar a nasalidade (cfr. *vijnr,* etc.).

«Aliás, o actual falar minhoto tem, sob este aspecto, muito mais afinidades com o galego do que com a língua portuguesa culta e com a língua do Centro e Sul do País. Aí se encontram também a terminação *-á,* com vogal nitidamente oral, a terminação *-án* com nasal velarizada, sobretudo na zona setentrional entre o Lima e o Minho é [ãu̯], cuja ditongação se explica a partir da nasal velarizada» (69).

Nom cremos, pois, que neste aspecto se poda falar de fronteira entre a língua a Norte e a sul do Minho.

Quanto ao seguinte aspecto, isto é a confusom no sistema das sibilantes das pré-dorsais /s/ e /z/ com as apicais /ś/ e /ź/, nom concordamos totalmente com a professora Clarinda de Azevedo de que os exemplos encontrados em textos galegos sejam antigas manifestaçons do processo de igualaçom de /s/ e /ś/. Estes, na sua maïor parte, correspondem ao século XIII ao contrário do que seria de esperar, aliás pouco numerosos e curiosamente localizados em zonas onde hoje nom existe o sesseio (textos correspondentes à província de Lugo), que interpreta como focos deste fenómeno espalhados em princípio por toda a Galiza. Nom prejulgamos, contodo, que este fenómeno nom abrangesse um área maior à actual, mas seria de esperar que se concentrasse nas zonas que ainda hoje o mantenhem e que fosse mais freqüente nos documentos mais tardios (70). Provavelmente estejamos perante o mesmo problema que se pom para a pré-dorsal surda e sonora:

«Uma distinção gráfica completamente generalizada entre os dois fonemas só se encontra, no que se refere aos documentos da Galiza, desde os últimos anos do século XIII e princípios do XVI» (71).

Já o professor Lindley Cintra se tem referido a esta questom assinalando que:

---

(69) *Id. ibid.*, p. 583. A nível dialectal encontramos em diferentes zonas portuguesas os mesmos resultados que na Galiza para os descendentes das terminaçons latinas com -N- intervocálico, cfr. o próprio texto que comentamos pp. 581-615. Um dos caminhos de estudo, aberto há já algum tempo pola própria professora Maia em trabalhos sobre dialectologia portuguesa, cfr. especialmente: *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina -ANA.* Separ. de *Biblos,* vol. LVII (1981), 1981, Coimbra, etc., visaria estabelecer pontos de contacto entre as variedades dialectais galegas e portuguesas que, aliás, teriam uns antecedentes no período medieval como nos mostra o estudo presente. Assi, é de salientar a grande coincidência que se detecta entre a linguagem dos documentos do Sul de Ponte-Vedra e os da regiom portuguesa vizinha, e portugueses em geral; levando à autora a considerar «toda essa região situada aquém e além Minho como uma vasta zona de transição», p. 948, cfr. também p. 930. Lembremos que na actualidade essa zona galega continua a mostrar vincadas correspondências com formas portuguesas, em geral de carácter conservador, face ao resto da zona ocidental marcada em geral pola inovaçom (cfr. distribuiçom ditongos ui/oi/ou, formas do tipo cantou-o, teísmo, etc.).

(70) Cfr. MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 446-451. A autora nom recolhe todos os exemplos, porém encontramos nos 16 exemplos três dum mesmo notário, documentos 25 e 27, três em formas de *Gonçalvo: Gonsalviz,* etc., e todos do século XIII salvo dous.

(71) *Id. ibid.*, p. 440.

«Il existe, certes, aujourd'hui de vastes regions de çeçeo en Galice, mais j'hésite à accepter les anciennes graphies comme des témoignages du commencement de cette transformation. Contrairement aux formes qu'on trouve dans le sud du Portugal, celles-ci ne presentent que des exemples de *s* au lieu de *z* (en position intervocalique ou finale) [...] je me demande si, dans ces mots, on ne trouve pas tout simplement des exemples de l'emploi normal d'une forme spéciale de *s* à trait supérieur droit qui vaut normalement *z*» (72).

Por último tratamos umha questom controvertida e difícil como é a possibilidade de situarmos o processo de ensurdecimento das sibilantes sonoras no período medieval. Os exemplos recolhidos pola professora Clarinda de Azevedo Maia para as fricativas pré-dorso alveolares (73), um total de 14 situados en 10 textos, levantan-nos algumhas dúvidas; em primeiro lugar e como acontecia com o fenómeno anterior nom se regista qualquer progressom temporal na sua ocorrência como seria de esperar, é mais, quase a totalidade correspodem ao século XIII e primeiros anos do XIV, datas ainda caracterizadas por umha grande instabilidade gráfica; além disto é possível encontrar umha coerência entre o sístema gráfico empregado no texto e esses usos de *ç* e *c* para */z/* (74): Umha simples análise grafemática dos documentos em que aparecem os citados exemplos mostra-nos que, salvo no último, nom existe um uso de < z > em posiçom intervocálica para representar a pré-dorsal sonora, substituído por um tipo de <ꝛ> o ou <ȥ>, este último, signo de tradiçom visigótica, no século XIII e primeiros anos do XIV é um dos grafemas usados para representar a pré-dorsal tanto surda */s/* como sonora */z/* que se pode confundir facilmente com o ç , como a própria autora tem de reconhecer para os dous textos do XIII em que temos aparentes exemplos de indistinçom: «É difícil e talvez discutível a distinção que foi estabelecida entre *ç* e *ȥ* » (75).

---

(72) CINTRA, L. F. Lindley, *op. cit.*, pp. 74-75; informa-nos também da ocorreência de exemplos similares em textos de Monçao, Melgaço e Valença. Lembremos que *z* é um dos grafemas que num princípio pode representar tanto /z/ como /s/ em textos galegos e portugueses, o que concorda claramente com a dataçom dos documentos. Assi o único exemplo seguro seria a forma *possições* (1289, p. 105) por possissões, análogo à forma *cervyço* que a autora cita para um texto português (1289 DL 141) mas com ocasiom do uso de ç, e sem fazer nengum tipo de referência à analogia com o exemplo anterior.

(73) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 458.

(74) *Id. ibid.*, p. 458. Só aparecem neste caso por ser os únicos exemplos que fogem ao uso ortográfico do conjunto apresentados.

(75) *Id. ibid.*, p.135 e 136. Aliás no primeiro dos textos (1281 O 55) haveria muitos mais casos de confusom, cfr. formas *praçer, ffaçer, juiço, Galiça,* etc. nom citados pola autora. O último texto (1497 L 50) fortemente castelhanizado, apresenta apenas a forma *noces*.

No sistema das fricativas prepalatais encontra apenas o topónimo *Lourixe* e o antropónimo *Tereixa,* aliás documentados umha única vez e o primeiro de interpretaçom incerta (76).

Todo isto leva-a a considerar o processo de ensurdecimento das africadas e fricativas sonoras como temporao e independente, ainda que paralelo do espanhol. Pensamos polo contrário que toda esta reorganizaçom operada no sistema fonológico galego é bastante posterior, e obedece a umha nivelaçom do sistema galego a partir do espanhol, inicia-se a fins do século XVI, e termina generalizando-se ao longo do XVIII. Resultou daí a desapariçom daquelas particularidades que resultavam insólitas em relaçom com o espanhol, fenómeno propiciado polo seu escasso ou deficiente rendimento distintivo; encontravam-se nesta situaçom as vogais nasais, as fricativas sonoras e a distinçom entre fricativa predorsal e ápico-alveolar. Lembremos que ainda na actualidade existem zonas que conservam parcialmente a situaçom antiga polo que nom se deveriam recuar excessivamente as datas de apariçom.

A primeira modificaçom afectaria a ressonáncia nasal com a sua desapariçom, fenómeno que também afectou em parte o território português; a reorganizaçom no sistema das fricativas deveu ser bastante posterior e com diferentes resultados segundo as zonas. Assi pois, independentemente do ensurdecimento que se propagaria a partir dos núcleos urbanos por imitaçom da pronúncia espanhola (77), veu resultar umha situaçom que prolongaa do extremo Norte português: o centro e interior conserva a distinçom entre predorsal e apical (/s/ e /z/ face a /ś/ e /ź/) enquanto na zona mais ocidental houvo umha confusom entre ambas devido à pouca margem distintiva existente entre os dous tipos, especialmente em posiçom final e implosiva. Posteriormente a zona de distinçom reforça a oposiçom entre as diferentes parelhas com a introduçom da interdental espanhola /ɵ–/, som que foi assimilado ao /s/ a partir do vocábulos idênticos ou similares nas duas línguas; no resto nom foi possível reestabelecer a oposiçom ao nom existir umha via analógica; os pontos de ceceio provavelmente resultem de umha incorporaçom, nom selectiva, do som espanhol em pontos que já perderam a distinçom.

Desta forma se chegou a um quadro consonántico, como se afirma no texto: «muito mais semelhante ao castelhano que ao português» (78). O sis-

---

(76) *Id. ibid.*, pp. 471 e 472. Por se tratar de dous nomes próprios, e o primeiro de etimologia pouco clara nom cremos que se devam tomar como exemplos válidos; algumhas formas necessitam evidentemente ser consideradas com precauçom à hora de tirarmos conclusons, de outra maneira a presença, por exemplo, de certas confusons gráficas entre a terminaçom -am e -om levaria-nos a pensar que era fenómeno corrente na Galiza, cfr. *escripvõ* (1499 O 89), *san* (por som) (1281 O 55), *provisam* (1302 P 120).

(77) Nom de outra maneira podemos interpretar a actual extensom do fenómeno que afecta com exclusividade o território politicamente espanhol, salvo algumha zona tradicionalmente incomunicada ou virada para o lado português.

(78) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 507.

tema galego tendo como padrom culto o espanhol adapta-se a el, e cede especialmente naqueles pontos em que nom se compromete de maneira grave a comunicaçom (79). E nom só no subsistema fónico, como no morfológico e sobretodo no léxico. Nom ficando nem sequer o subsistema sintáctico quite do influxo secular do idioma centro-peninsular (80).

CONCLUSOM.

Á hora, pois, de tirarmos conclusons sobre este importante texto temos de dizer que é, no seu conjunto, umha obra de indubitável transcendência para os estudos sobre a história interna da nossa língua, no período medieval. Contodo há, como tivemos ocasiom de mostrar, duas facetas que desfiguram até certo ponto o resultado final; por um lado o intuito de provar que as «actuais» diferenças entre as variantes galegas e as correspondentes portuguesas tenhem já umha longa história, remontando-se ao período comprendido entre os séculos XIII e XVI. Preconceito que paira sobre todo o conjunto, a pesar de nom atingir umha clara formulaçom, resultando daí umha clara contradiçom entre o projecto inicial e os resultados finais. Por outro lado esse mesmo plano obriga a autora, para se poder justificar, a exagerar o valor como documento lingüístico do material utilizado face a outros, e violentar os textos en aras do projecto prévio (81).

---

(79) Incluímos aqui tanto a existência dos vogais nasais como das fricativas sonoras; o mesmo nom acontece com o sistema vocálico de 7 membros ou a fricativa prepalatal xorda, ambas particularidades de alto rendimento.

(80) Aliás é algo esperado umha vez que a Galiza fica inscrita no reino de Castela-Leom sem qualquer poder autónomo irradiador dumha norma lingüística autóctone; é assi que o modelo a imitar será desde entom o castelhano-espanhol. Cfr. GAMARDI, Juliette: *La Sociolinguistique,* Presses Universitaires de France, 1981, Paris. Uso a traduçom portuguesa: *A sociolinguística,* Pub. Dom Quixote, 1983, Lisboa, pp. 51-52:

«Quando um ou vários grupos se tornam ou já são dominantes, os outros grupos sociais sao levados a manter com eles relaçoes primordialmente baseadas na imitação [...]. Os grupos dominantes seriam imitados até nos seus hábitos linguísticos, o que faria deles grupos de referência, e dos seus hábitos linguísticos, a língua de referência ou ainda a língua de prestígio.

A fonologia, a gramática e o léxico desta língua de referência (já mais ou menos estabilizada pelo uso do código escrito) tornar-se-iam então os modelos complacentemente elaborados pelo grupo ou grupos dominantes para se oferecerem à imitação dos outros grupos sociais.

A que poderíamos acrescentar as palavras do Prof. Labov:

«Nos sustentamos aqui o ponto de vista seguinte: é impossível compreender a progresão de uma mudança na língua fora da vida social da comunidade onde ela se produz. Ou ainda, para dizer de outro modo, que pressões sociais se exercem constantemente sobre a língua, não de algum ponto de um passado longínquo, mas sob a forma de uma força social imanente e presentemente ativa».

em LABOV, W.: *Sociolinguistique,* Minuit, Paris, 1976 (trad. de orig. inglês de 1973), p. 47, utilizo a citaçom de ELIA, S.: *A Sociolingüística,* Padrao, 1987, Niterói, p. 83.

(81) Seria preciso que tentasse definir previamente qual é o limite entre variantes de umha mesma língua e línguas diferentes, e a partir daí demonstrar que já na Idade Média essa fronteira se está a esboçar. Porém nom se fai já que os resultados seriam totalmente insuficientes.

Entre os aspectos que devemos salientar de forma claramente positiva está a própria ediçom dos textos; talvez a mais coerente e científica que se tenha feito até o momento presente para os textos desta natureza. Logra em primeiro lugar reduzir a aparente anarquia que parecia existir no campo das sibilantes, especialmente as pré-dorso-alveolares, assi como mostrar o paralelismo entre os sistemas ortográficos em uso na Galiza e Portugal para este conjunto de fonemas a partir dumha clara definiçom do sistema grafemático presente nos textos (82); evidenciando que:

«Não obstante algumas diferenças assinaladas entre as tradições gráficas notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao XVI, parece nao ter existido, ao longo deste período, uma fronteira gráfica totalmente clara entre as duas grandes áreas do domínio linguístico galego-português» (83).

Outro ponto de grande relevância, aliás já referido, é o de assinalar para os castelhanismos um inequívoco estututo de formas estranhas; fenómeno, o da castelhanizaçom, patente tanto no léxico como na morfologia desde cedo; reconhecendo-se na obra: «já nos textos do século XIII, há indícios de que essa influência se fazia sentir na Galiza» (84), e que cobrará ímpeto mais adiante: «intensa e acentuada nos séculos XV e XVI» (85).

Finalmente é de enorme interesse para o momento presente a caracterizaçom da língua, na Galiza, que resulta do confronto entre ambos os grupos de documentos. Em Portugal a língua galego-portuguesa adquire desde cedo um carácter estável ao passo que a Norte do Minho oscila desde sempre entre o arcaísmo, dialectalismo e castelhanismo por falta de norma prestigiada e unificadora. A este respeito o estudo efectuado é bem significativo mostrando-nos o diferente estatuto sócio-lingüístico de que gozavam certas formas em cada um dos territórios, assi é curioso constatarmos como variantes dialectais que caracterizam ou caracterizárom falares populares portugueses, nom som reflectidos em textos dessa procedência e si nos galegos. Perante a falta de exemplos da substituiçom do *e* pretónico em contacto com consoante labial por *o* ou *u*, tipo *somana*, «facto... bastante generalizado na linguagem popular [portuguesa] de quase todo o território continental» (86), di-nos:

---

(82) Lembremos que até o momento era normal considerar a confusom no uso de -s- e -ss-, etc., como mostra da inexistencia clara entre sordas e as sonoras nos textos galegos; fenómeno de que já nos temos ocupado con anterioridade assinalando que nom se tratava tanto de um fenómeno de origem fonológica como de simples uso gráfico, e que os mesmos tipos de oscilaçom se detectavam em textos portugueses, cfr. SOUTO CABO, J. A., *op. cit.*, n. 40.

(83) MAIA, C. de Azevedo, *op. cit.*, p. 947. Só será a passagem progressiva da Galiza ao ambito cultural espanhol que altere este panorama inicial.

(84) *Id. ibid.*, p. 573

(85) *Id. ibid.*, p. 897.

(86) *Id. ibid.*, p. 371.

«Como explicar a ausência de formas que reflictam a referida alteração nos textos portugueses [...]. Em relação ao Noroeste português, seria o facto de as realizações posteriores serem sentidas como muito populares, o que levaria os copistas a evitarem o uso de formas reveladoras de tal pronúncia?» (87).

Do mesmo ponto de vista é o espanhol que noutros casos consagra certas formas na Galiza que no entanto ficárom como dialectalismos em Portugal e mesmo chegam a desaparecer; é explícita a opiniom da autora neste aspecto, por exemplo para as formas *fago, faga,* etc.:

«O mais provável... é que, neste caso, a influência do castelhano tenha contribuído para alterar o estatuto sociolinguístico das referidas formas, facto que facilitou o seu emprego em textos desta natureza. *Penso ser igualmente a mesma circunstância que contribuiu para que as formas do tipo considerado tenham acabado por generalizar-se em galego*» (88).

Como já indicamos vai ser o espanhol que progressivamente crie a *coiné* lingüística na Galiza, a nivelaçom entre os distintos falares toma sempre como ponto de referência a língua do poder, e será a partir dela que certas formas sejam banidas do léxico comum (89).

Terminamos com as próprias palavras da autora que, debatendo-se na contradiçom entre a evidência da conclusom esperada e a fatalidade da anunciada, tem de afirmar:

«De qualquer forma, parece não poder contestar-se a existência, durante o período medieval, sobretudo durante os séculos XIII e XIV, de umha comunidade lingüística *fundamental,* em toda a vasta zona do Noroeste Peninsular que se estende desde o Douro até o mar Cantábrico. Isso não exclui, evidentemente a existência de variações não só de natureza diatópica —entre as duas áreas situadas a norte e a sul do Minho, assim como no interior de cada uma das regiões—, como de carácter diastrático, umas

(87) *Ibidem.*

(88) *Id. ibid.*, p. 791, a itálica é nossa.

(89) Aliás é a prática habitual nos meios «oficiais», e nom só, que desterram formas plenamente galegas por outras próximas do espanhol; a título de exemplo é bem esclarecedor o abuso dos nomes «crioulos» para os dias da semana: *mêrcores, xoves, venres* como substitutos dos légitimos: *segunda feira, terça feira,* etc.

e outras, aliás inevitáveis em qualquer língua. De facto, qualquer comunidade lingüística mais ou menos extensa se caracteriza por uma variabilidade idiomática mais ou menos acentuada, quer de tipo geográfico, quer de carácter socio-cultural; o que parece, porém não ser real é a existência de uma comunidade sem variação» (90).

(90) *Id. ibid.*, p. 891. Trata-se de umha contestaçom implícita às despropositadas afirmaçons do Prof. Ramón Lorenzo de quem traça, nota n. 2, pp. 889-891, o percurso de opinions efectuadas a este respeito, vincando a sua reconversom a posiçons claramente separatistas.

Com posterioridade à elaboraçom do presente artigo apareceu umha nota do professor Ramón Lorenzo, «Algunhas consideracións sobre a *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia, in *Verba. Anuário Galego de Filoloxia,* Vol. 14, 1987, Universidade de Santiago de Compostela, nela além de tentar precisar alguns aspectos volta mais umha vez em defesa dos «galego-castelhanismos»:

«...non sempre podemos botar man do castelán para as formas galegas, pois moitas veces o que pasou foi que o galego coincidiu co castelán na evolución fonética (sic), separándose do portugués».

NOTAS

A lírica de Camões e a crítica genética

Por Leodegário A. DE AZEVEDO FILHO
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

As relações entre a crítica textual a a crítica literária sempre foram entendidas como relações solidárias ou complementares. Mas a dicotomia estabelecida entre o processo de criação e o processo de crítica, ao longo da teorização literária, tem levado os especialistas, sobretudo nos últimos dez anos, a repensar o problema, a partir mesmo dos três elementos básicos da teoria da comunicação: emissor/mensagem/receptor. No elemento intermediário, relaciona-se ainda a mensagem com o contexto, com o código e com o canal. De modo correspondente, tem-se a cadeia: criação/texto/leitura. Diga-se ainda que os dois últimos elementos, o texto e a leitura ou recepção, têm motivado o aparecimento de recentes formulações teóricas, como o formalismo russo retomado pelo pensamento francês e como a estética da recepção desenvolvida por teóricos alemães. Em tudo isso, o primeiro elemento, que é o da criação ou produção do texto, até há pouco minimizado, afinal se transforma na preocupação central da crítica genética, particularmente após a criação do *Institut des Textes et des Manuscrits Modernes,* em Paris. A propósito das origens e perspectivas desse tipo de críticas, veja-se o livro de Louis Hay, *Essais de critique génétique,* publicado pela Fammarion, Paris, 1979, bem assim o artigo do mesmo autor impresso no n.º 62, abril de 1985, da revista *Poétique,* com o título de *Le texte n'existe pas.*

Mas as raízes da crítica genética se perdem no fundo da história. Por exemplo, no século passado (1817), a *Biografia literária* de S. T. Coleridge, lembrada por Louis Hay, já colocava o problema, com a seguinte endagação:

—Que faço eu quando escrevo um poema?

Os românticos alemães, também lembrados por Louis Hay, a exemplo de Novalis e Shlegel, retomaram o problema, dele ocupando-se também Maïakovski e Aragon, além de Flaubert e Pöe, até chegarmos aos nossos dias.

Para a crítica genética, o elemento básico da pesquisa é o próprio manuscrito, pois nele é que se revela o momento mesmo da criação literária,

numa espécie de «filologia em movimento», como se depreende da leitura do livro *O manuscrito em Gustave Flaubert,* de Philippe Willemart, publicado pela USP, em 1984. Há aqui técnicas específicas, a bem dizer de laboratório, para o estudo científico do manuscrito, na descrição do tipo de papel e da escrita, na precisão da data e na própria variação textual, entre outras operações. Portanto, a crítica genética se fundamenta na análise do manuscrito, que é o seu objeto específico de estudo, muito bem caracterizado por H. Mitterand, no livro *Essais de critique génetique,* Paris, 1979, bem assim em «Lex enjeux de la genèse», de Michel Espagne, in *Études Françaises* (Montréal), 1984, n.° 20 - II e em «Vers une sciense de la littérature», de P. M. Biasi, in *Encyclopedia Universalis,* volume *Symposium,* Paris, 1985. Em todos esses estudos, o que importa é o processo de escritura, como elemento agenciador da escrita, termos aqui empregados com o sentido que lhes dá Roland Barthes, em seus ensaios teóricos de literatura.

Por outro lado, entre o processo da escritura e o projeto inicial, sem esquecer o contexto e o conhecimento da época, há etapas intermediárias, que induzem a uma noção tipológica dos processos de gênese, até porque a escritura é o lugar onde fala a própria obra. Ou seja: a gênese revela a própria sobrevivência do projeto inicial, dentro da obra, na medida em que a escritura nos mostra a linguagem ao fazer-se. O próprio escritor se lê, reescrevendo o texto, quando nele introduz substituições, emendas ou versões diferentes, como bem indica a famosa frase de Aragon, tantas vezes citada: *Je n'écris pas, je lis.*

Quanto aos mecanismos da criação literária, sobretudo em face de várias versões autógrafas e datadas, é claro que só os manuscritos têm valor probante, em si mesmos e independentemente de qualquer edição crítica que deles se possa fazer. Por certo, a edição crítica de um manuscrito, desde que tecnicamente elaborada, fornece elementos preciosos para a sua correta utilização. Mas isso não significa que o pesquisador se louve apenas nas leituras propostas pelo editor crítico, ele próprio devendo consultar e analisar o manuscrito, até porque lhe é dado divergir de qualquer interpretação que não coincida com as suas próprias conclusões. Sendo assim, não é a edição crítica de um manuscrito que lhe confere valor probante, como alguns pensam, mas o próprio manuscrito. Na verdade, o que realmente importa, do ponto de vista da crítica genética, é a consulta e o exame direto dos manuscritos, respondendo cada investigador por sua própria investigação. Em muitos casos, com manuscritos datados, a análise paleográfica e codicológica, sem dúvida de extrema importância, não passa de um elemento subsidiário, pois o que vale é a lição encontrada no manuscrito. Muitas vezes, observe-se ainda, há dados indiretos, como cartas que o autor escreveu a amigos, nelas comentando a obra no momento mesmo da sua criação, e que trazem achegas valiosíssimas para a crítica genética, iluminando o texto. Outras vezes, há rascunhos ou anotações preliminares, mais tarde utilizados pelo escritor, que funcionam como proto-texto *(l'avant-texte,* con-

forme a denominação de Jean Bellemin-Noël, no livro *Le texte et l'avant-texte,* Paris, 1972). Aqui também, como é evidente, abre-se espaço para leitura psicanalítica, como assinala o mesmo autor nos seus *Essais de critique génetique,* Paris, 1979, p. 116. Na literatura brasileira, por exemplo, os *Cadernos de Campanha,* além das reportagens publicadas por Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos, sem dúvida alguma, funcionam como proto-texto de *Os Sertões,* revelando muitos «segredos» de sua extraordinária criação.

No caso específico da lírica de Camões, para a qual infelizmente não há textos autógrafos, ainda assim, a propósito das chamadas canções trigêmeas («Manda-me Amor que cante docemente»), em suas três versões, já procuramos mostrar, no primeiro tomo do terceiro volume da nossa edição da *Lírica de Camões,* que uma delas, a que se encontra no fólio 45 do *Cancioneiro de Luís Franco Correa,* muito provavelmente, não passa de uma versão primitiva, como cópia de um possível proto-texto, de que resultou a canção em sua forma definitiva, também encontrada no mesmo *Cancioneiro de Luís Franco Correa,* fólio 24. A terceira versão, com muitas variantes, publicada em 1616 por Domingos Fernandes, com o *incipit* alterado («Manda-me Amor que cante o que a alma sente»), é a que se encontra no *Cancioneiro Juromenha,* fólio 13. Portanto, mesmo sem dispor de autógrafos, o exame de crítica interna dos apógrafos pode sugerir alguns estudos de crítica genética, que até agora não foram desenvolvidos.

Mas aqui topamos, evidentemente, com a questão magna dos textos líricos atribuídos ou atribuíveis ao imortal cantor de *Os Lusíadas.* Perdido o *Parnaso,* se é que ele chegou a ser concluído, toda a lírica de Camões ficou dispersa e fragmentada em «livros de mão», que eram os cancioneiros apógrafos daquela época. Não há, portanto, nenhum texto autógrafo. Há apenas cópias, em alguns casos com interferência da memória, sobretudo em relação a alguns sonetos célebres e algumas redondilhas, todos de fácil memorização, em tais casos chegando-se a configurar o fenômeno da movência *(le texte bouge,* segundo Paul Zumthor, ou *mouvance,* termos utilizados pelo teórico francês, como se pode ver no livro *La lettre et la voix de la «littérature» médiévale,* Paris, 1987). No caso, como obra da voz, a literatura não se resume num texto, mas nas suas diferentes *performances.* No século XVI, entretanto, com a Imprensa inventada desde o século anterior, bem certo é que a cultura já é gráfica, ao contrário da cultura agráfica, dominante na Idade Média. Ainda assim, como temos observado em nossa edição, em alguns manuscritos, parece que os textos apresentam *performances* de tal modo diferenciadas que, se não foram simplesmente parafraseados, indicam o fenômeno da variação ou movência, não mais se devendo falar em possíveis variantes de autoria, ao lado de comprováveis variantes de tradição. Até porque, como ninguém ignora, qualquer cancioneiro manuscrito, seja de que época for, estará sempre sujeito a possíveis interferências da tradição puramente oral. Mas não é a «voz» que vai pre-

dominar na tradição dos textos líricos de Camoẽs, pelo menos em sua considerável maioria. Haja em vista a existência de longas composições de 100 ou de 200 versos, como é o caso da canção «Vinde cá, meu tão certo secretário», com 249 versos, que dificilmente seriam transmitidos por via oral, por mais que se tivessem desenvolvido as faculdades da memória no século de Quinhentos. Aliás, nos testemunhos manuscritos remanescentes, de forma alguma se configura, para o texto em causa, qualquer espécie de movência, mobilidade ou inestabilidade textual. Corrija-se aqui, portanto, a afirmação genérica e impressionista de que os cancioneiros quinhentistas, quase sempre, foram transcritos de memória, pois isso nem sempre corresponde à realidade, em face da análise interna da maior parte dos textos. O que há, em geral, é interferência dos copistas, não apenas substituindo palavras, mas até mudando a própria estrutura de comparações e metáforas, em casos autênticos de variantes de tradição puramente gráfica, que não se confundem com as questões estudadas no livro de Paul Zumthor, como alguns apressadamente admitem. Aliás, até mesmo em textos impressos, isso pode ocorrer, como nos mostra o conhecido caso de Balzac, que havia escrito «l'escalier blanc comme un *teint* de femme» (a escada branca como uma *tez* de mulher), aí lendo o tipógrafo *sein* (seio) no lugar *teint* (tez). E o próprio Balzac, ao corrigir novas provas tipográficas, tal vez por achar muito forte a comparação, afinal escreveu: «blanc comme un *bras* de femme» (branco como um *braço* de mulher). Mas aqui, é claro, as alterações foram feitas sob as vistas do autor, ao contrário do que ocorre com a lírica de Camões.

Seja como for, diante de um manuscrito, cabe ao crítico examinar a sua possível autenticidade, recorrendo à análise do papel, da tinta e da caligrafia. Algumas vezes, o escritor deixou rascunhos, sem qualquer ordem, nem sempre sendo fácil distinguir a versão primitiva da última. Más só depois de estudar, com o possível rigor, todas as versões encontradas, será então possível dispor os manuscritos em provável ordem cronológica, na hipótese de não serem datados, dando-se início à pesquisa voltada para a gênese do texto, num caminho cheio de percalços, mas de todo fascinante.

Retornando-se ao caso da lírica de Camões, tudo isso está sensivelmente prejudicado pela inexistência de autógrafos, embora a pesquisa genética não seja aqui totalmente impossível, ainda que por meios indiretos, como no citado exemplo das chamadas canções trigêmeas.

Ainda como possível caso de interferência do copista no texto lírico camoniano, nada tendo isso a ver com o fenômeno da movência, vejamos a sexta estrofe da Ode a D. Manuel de Portugal, que assim aparece em MA - 29 v., assim mesmo sendo transcrita em RI *(Rimas,* 1958), fólio 61 v. e, mais tarde, por FS - III, 7:

> Na vossa árvore ornada d'honra e glória
> achou tronco excelente
> a hora florescente

para a minha, ata 'qui de baixa estima,
na qual para trepar s'encosta e arrima;
e nela subireis
tam alto quanto os ramos estendeis.

No entanto, no Manuscrito Juromenha - 28 v., que certamente remonta a longa tradição manuscrita anterior, o que se lê é o seguinte:

Na vossa árvore ornada de honra e glória
achou tronco excelente
a tenra e florescente
hera, agora de muito baixa estima,
na qual pera trepar se acosta e arrima;
e nela sobireis
tão alto quanto os ramos estendeis.

Na espinhosa tarefa de reconstituição textual, cabe então ao editor crítico decidir, baseado apenas no *judicium,* pois aqui a tradição manuscrita é binária, além de apógrafa, qual a possível vontade do autor. E pela interpretação do texto, já que editar é interpretar, como lembra A. Chiari em seus estudos, nos foi dado concluir que o copista de MA deve ter alterado a estrofe, por dificuldade de compreensão *(lectio difficilior* de caráter semântico), trivializando os versos, em lição posterior. Nem cremos, por outro lado, que haja aqui variantes de autoria.

Consequentemente, embora a lírica de Camões não ofereça condições para estudos mais sólidos e aprofundados de crítica genética, pelas razões aqui apontadas, ainda assim, num caso ou noutro, será possível recorrer a determinadas hipóteses de trabalho, mas sempre em caráter subsidiário e por meio de dados indiretos, que nos conduzam a algumas conclusões, pelo menos aceitáveis, sobre a provável e complexa gênese dos textos. O que não se pode fazer, em nenhuma hipótese, é deixar de consultar diretamente os manuscritos, pois só eles têm valor probante, estejam ou não criticamente editados. E este tem sido o nosso empenho e o nosso esforço, a despeito da incompreensão de alguns, que exigem de nós a perfeição absoluta, quando apenas buscamos uma primeira tentativa de leitura dos textos à luz dos manuscritos da época.

Rio de Janeiro, 14 de Março de 1988

Presença galega na VIII Conferência da «Asociación Americana de Juristas»

Por Maria das Dores ARRIBE

No mês de Setembro do ano 1987, celebrou-se na Havana a VIII Conferência da Asociación Americana de Juristas com a participaçom do Advogado galego D. Nemésio Barxa Álvarez, dos Colégios de Advogados da Galiza, membro da Associaçom Galega da Língua (AGAL), de cujo Conselho Directivo forma parte como responsável da Tesouraria.

A ilha de Cuba, que acolheu milhares de irmaos nossos ao longo de muitos anos, deveu de tremer comovida polos ecos da comunicaçom em galego do Advogado Barxa Álvarez. Em galego...! A mesma língua que falavam aqueles emigrados que tanto amavam a sua Terra e a sua cultura, entre os quais houvo grandes poetas (Curros e Cabanilhas) e operários singelos, como o tipográfo ferrolano Fontenla Leal, a quem tanto deve a Real Academia Galega.

A comunicaçom do Advogado Barxa Álvarez intitula-se *«Por umha Galiza livre»* e foi apresentada sob a rubrica do «Direito de auto-determinaçom dos povos», «...referida ao caso de um povo europeu». Comprende os pontos a seguir:

I. A jeito de justificaçom.
II. Breve resenha geográfica.
III. Idioma e cultura.
IV. Notícia histórica.
V. A colonizaçom da Galiza.
VI. Situaçom actual.

No ponto I, justifica o autor o facto de apresentar naquel foro internacional o problema da Galiza, através de razons de índole geográfica, histórica, humana e política.

1. *Geográfica:* A Galiza é a ponta mais ocidental da Europa que mira para o continente americano e o ponto de chegada da caravela «La Pinta», a primeira em regressar.

2. *Histórica:* A data de submetimento da Galiza a Castela corresponde ao início da colonizaçom da América sob os mesmos soberanos, com os mesmos métodos (o terror, as armas, a Igreja, a degradaçom da populaçom autóctone, a imposiçom do idioma, etc.) e com os mesmos resultados (empobrecimento, perda da identidade política e cultural, etc.).

3. *Humana:* O drama galego da emigraçom forneceu de colónias todo o continente americano, nomeadamente o país anfitriom: Cuba.

4. *Política:* Cuba achava-se numha situaçom de frustaçom, dependência, submetimento e alheamento semelhante à da Galiza. O home que a tirou dessa situaçom é de origem galega: Fidel Castro.

Sob a epígrafe *«Breve resenha geográfica»* (II), o Advogado Barxa Álvarez dá a situaçom da Galiza (latitude e longitude), limites administrativos, orografia, hidrografia, etc., salientando que o país galego ultrapassa os limites da actual «Comunidade Autónoma» (Norte de Portugal, zonas de Leom e de Astúrias) e também o seu carácter de «território geograficamente definido e identificado».

III. *«Idioma e Cultura»:* «Galiza tem umha cultura de seu, ligada à sua história». Assim começa este ponto. E segue dizendo: «E tem um idioma próprio: o galego, do tronco comum do galego-português. Forma parte das línguas romances ou derivadas do latim». Partindo destas duas verdades, o autor da comunicaçom fai umha breve resenha da história do galego-português para acabar afirmando: «O galego-português é umha mesma e só língua, assim reconhecido e ditaminado polos eminentes lingüistas no I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa». Também denuncia a situaçom de inferioridade da língua autóctone da Galiza a respeito do espanhol.

A *«Notícia histórica»* (IV) contém um breve resumo da nossa história, com os factos mais importantes. Deixa ver com toda a claridade o esplendor da nossa língua e da nossa lírica medieval.

V. *«A colonizaçom da Galiza»:* O Advogado Barxa Álvarez inicia este ponto salientando que é a mesma mao (a raínha Isabel, chamada A Católica) a que dirige o genocídio dos povos americanos e a que quer dominar e submeter os Reinos de Galiza e Portugal. Pom de relevo que os primeiros levantamentos comunais europeus fôrom galegos, fala das luitas dos Irmandinhos, analisa as atitudes dos nobres, da Igreja, etc., tracejando o paralelismo entre o avassalamento dos povos americanos e o povo galego. Salienta que som as camadas populares, nomeadamente os lavradores, as que «...conservárom costumes, direitos e idioma até os nossos dias».

O nosso ressurgimento cultural e político aparece com as suas figuras mais eminentes: Rosalia de Castro, Faraldo, Castelao e Bóveda. De umha óptica nacionalista, o autor apresenta a aprovaçom do Estatuto de Autonomia (1936), o levantamento fascista do General Franco e a Guerra Civil com as suas trágicas conseqüências para o povo, a língua e a cultura da Ga-

liza. Também para este último período, o Advogado Barxa Álvarez pom de relevo as semelhanças entre os povos americanos e o povo galego (dependência dos USA).

Sob a epígrafe *«Situaçom actual»* (VI) denuncia-se a pseudo-democracia que nos chegou com a morte do General Franco, o regime impreciso de autonomias que estabelece a Constituiçom e que o governo socialista converteu numha espécie de descentralizaçom administrativa. O autor da comunicaçom compara os membros do Governo Autonómico galego com os nobres da Idade-Média (polas suas luitas particulares, «...servindo a quem fai melhores oferecimentos, esquecendo totalmente os direitos do povo»).

Acaba a comunicaçom insistindo na colonizaçom do povo galego e denunciando o centralismo espanhol que, em troca dos recursos financeiros, humanos e naturais que tira da Galiza, paga com indústrias contaminantes. Reclama o reconhecimento do direito de autodeterminaçom para o povo galego e afirma: «O processo de libertaçom da Galiza inscreve-se na História Universal como um capítulo da libertaçom das classes e naçons submetidas aos impérios».

Finalmente, expressa o Advogado Barxa Álvarez os seus motivos para apresentar essa comunicaçom: «Na oportunidade de acudir a este foro internacional, foi a minha intençom deixar notícia de umha naçom, Galiza, na outra beira do Atlántico, que sofreu um processo semelhante à odisseia das naçons americanas desde o ano 1500, massacradas por povos estrangeiros, e de um povo, o galego, que luita pola sua libertaçom nacional».

Parece-nos umha felicíssima ideia a de apresentar perante os povos da América a problemática nacional da Galiza. O Advogado Barxa Álvarez deixou mui claro quem somos os galegos, onde estamos e, sobretodo, *como estamos.* Num mundo caótico de blocos militares, de impérios, de injustiças, de grandes potências e países paupérrimos, de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, de progresso e de miséria, de arranha-céus e de favelas é mui importante para cada indivíduo e para cada povo *saber estar no mundo* e que os mais o vejam claramente.

Cumpria que os povos americanos conhecessem o que ocorre na Pátria daqueles galegos que chegárom à América em diferentes etapas históricas (navegantes, colonos, emigrados, exiliados). Somos um povo, temos história, cultura, língua e tradiçom. Temos umha Terra formosa e rica que ainda nom é nossa. E temos um mar tam grande, que a outra beira banha as costas da América. Todas estas cousas e muitas mais dixo em Cuba o Advogado Barxa Álvarez. E dixo-lhe-las a 1.500 pessoas que representavam naquel Congresso 30 países dos cinco continentes. A sua comunicaçom foi aprovada na Comissom correspondente («O direito de autodeterminaçom dos povos») e referendada na sessom de encerramento que contou com a presença de Fidel Castro e outras personalidades convidadas ao acto.

Além disso, perante a atitude dos espanhóis imperialistas que já estám enlouquecidos com a comemoraçom do V centenário da sua chegada à América, devia ficar claro que nós, os galegos, nom pertencemos ao povo dos «conquistadores» e dos colonizadores. Nós também fomos «conquistados» e colonizados pola mesma potência e submetidos ao mesmo império...

Os galegos nada temos que celebrar no ano 1992. Celebraremos o dia da nossa libertaçom como povo e como classe esplorada. E celebraremos também, fraternalmente, o dia da vitória dos povos americanos: o dia em que as nossas naçons e os nossos povos sejam donos dos seus destinos.

Temos a segurança de que o Advogado Barxa Álvarez fijo, com a sua comunicaçom, mais curta a distáncia entre a Galiza e os povos irmaos do continente americano. Para el, os nossos mais sinceros cumprimentos.

ANTOLOGIA

Vinhos

Por J. PEREIRA SANTA-ANA

Cai a tarde e anoitece em Vigo. A rua molhada, a luz morna. Entre pedras antigas percebe-se um ambiente, esse ambiente, cálido e misterioso, belo e violento. Pedras que do tempo guardam histórias impenetráveis, pedras que hoje guardam trás emblemas de pequenas grandes honras e nobrezas esvaídas, corpos de desonra mais honrados, o estúdio boémio e a derradeira indígena. Umha melodia sem fim foge de quando em quando. E o álcool pola gorja abaixo, e o alento dum beijo infindo. Vários homes caminham ledos, gargalhadas de esmorgantes introduzindo-se numha tasca, «—venha um trago, companheiros! se nom hai pam... venha vinho!». Num recanto bebe um home, solitário, golo a golo a sua cerveja; o último fugido. Talvez pensando. Caminhando, encosta arriba, ruela estreita, fora do vir e ir, do movimento, num recuncho umha baiuca, tertúlia de camaradas, diante dum vinho, sempre um vinho, o vinho, vinhos. Cúmplice de conspiraçom.

Caem gotas miúdas por Lôpez Puigcerver, rua desconhecida, coraçom do Casco Velho, artéria do álcool, para o povo sempre a Rua Real, nome perfeito à sua nobreza lavrada em pedras e em ares. Pedras húmidas baixo os pés. E alguém desguedelhado «—un durito!». Hamburguesas, jamom, tomate, molho, cerveja, ribeiro. Vermelhos nas sombras, corpos que se movem sem sentido, numha mao um cigarro, na outra genebra. Galego, italiano, inglês, espanhol, francês, todas as línguas sobre um só mundo, sobre os muros velhos do velho bairro. Liberdade, mais trabalho e menos armas, Galiza ceive, Ⓐ.

Bebidas exóticas, aperta confusa del a ela, da outra a ela, atracçons incertas, acordos ilícitos. A Colegiada, Concatedral, grande igreja, grande ironia. Em Vinhos. Onde o pecado é arte. Vida. A Pedra, a legalidade mais ilegal ou a ilegalidade mais legal. Gentes na unidade dumha mesma vagabundagem. Vinhos, viagem no tempo, o passado e o futuro concentrados num presente.

Já nom chuvisca. O cuspe confunde-se, o fume vai de pulmom a pulmom em prazenteira viagem. O prazer de lábios satisfeitos, húmidos de lí-

quido alcoólico e salival, beiços tépidos, ternos, milímetro a milímetro vividos, segundo a segundo. Gozando de seios, de perfume único e irrepetível, distinto a qualquer outro. Abandonando a consciência racional que todo o mede, que o julga todo, abandonando-se à paixom dos corpos, à liberdade de membros que acarinham a quentura do sangue e do álcool, que correm polas veias em terrível conjunçom. Magnetismo de corpos, de lugar mágico. Soam músicas em falas estrangeiras, cores na noite, violência de tons.

Alguém espreita trás escura janela. Cabelos a cores, lentes escuras, rebúmbios de gentes, centros diferentes, enxebres, antros. Ferro nas roupas. Ameaça constante. Quilar de ghulais. Fonte da que bebem chulos e estudantes. Proletários.

Nalgum ponto trama-se a derradeira revoluçom. Noutros hai quem se lança à viagem fantástica, sem retorno nem chegada. A lea e a lua fantasmás no alto. Luz e sombras, ruídos e silêncios. Vinhos, «Centro de Interesse Histórico-Artístico». Lugar infindo, irreal, na imaginaçom dos seus espíritos, dimensom desconhecida, coraçom dumha cidade. Lugar hierático. Vinhos, evasom de corpos e almas. Os velhos bairros nunca morrem.

Natal
(sonho erectado)

Por Álvaro Jaime VIDAL BOUÇOM

«umha mulher querida ou vislumbrada
dissipa ao menos uma vez a morte»
(Mario Benedetti)

I

As luzes cobrem totalmente a pantalha e preludiam a chegada das primeiras neves. Duas silhuetas estám paradas na praia entre potentes sons quase intermitentes. Polícia que chega, golpes, mais tiros que sulcam as luzes. Alguém foge entre a brêtema e o sangue suja as línguas das últimas ondas do Outono.

II

Um home canso entra no decorado (umha cama, várias cadeiras, umha mesa, umha máquina de escrever velha, vários lápis e tinta). Luz raiada, a barrote esnaquizada entre as paredes. Recordos que sopram com o vento, que fogem felizes arrastados pola corrente do sexo. Alguém aparece. Veste de branco, com aro de santo na cabeça, de um lado a balança... do outro a espada fora da baínha. Leva algo nos dentes que solta ao achegar-se ao home.

III

Um regalo de Natal esquecido no pátio de um colégio confunde-se com o apagado presente que acaba de receber. Agarra-o: umha fouce e um martelo pintados de negro e nom preto que tenhem o aspecto de umha flor murcha polo temporal. Jogos de meninhos em épocas passadas começam a soar no caixom.

(Fai-se a noite ou fai-se o dia,
que agora tanto tem).

IV

Um moço apreende a dominar ainda a sua língua (nom há atraso, tam só opressom e engano). Letras que dançam sobre o papel, harmonia de grafias cada vez mais revulsivas. No caixom, entretanto, as brumas invadem o quarto...

V

Estoura um artefacto de grande potência na mente do medo. O esperma foge da luz da morte.

VI

Umha presença sentida na caixa entre lumes de bandeiras fabrica panfletos antes de deixar que ela se apresente nua, formosa, incitante; a beijarem-se e sentirem o frio nos lábios, sem paredes, já nom há teito... e se o há está coberto por nuvens de Inverno que campam pedindo justiça.

VII

Neva, mal há vento, o ar corre assobiando ligeiramente ao passar... entoa cânticos de vitória. Neva, no caixom um home dorme aguardando a passagem do tempo, lutando a passagem do tempo; vislumbrando leves recordos infantis que subjazem nos lugares proibidos. Neva... Neva.

E achega-se o Inverno.

VIII

Soavam os cânticos dos fusis confundidos com os choros dos sonhos. Soavam as vozes dos obreiros. Já nom eram tam negros e sim pretos a fouce e o martelo, tomavam cor vermelha, roxa de amor, de sexo, de revoluçom...

E achega-se o Inverno.

E eu começo a dizer «sim», muito baixinho para nom despertá-lo ainda. Intento calar o fulgor dos dias que passam com pressa, dos anos que se acercam, da silhueta morena que rompe as reixas. Cada vez mais alto vou respondendo: sim, sim, siM, sIM...
cada vez mais alto mentres se achega o
Inverno
e permito definitivamente a presença dela.

IX

Um pequeno quarto, um caixom com paredes que se abrem. Um pesadelo que acabará aginha. Tinha razom: o som dos fusis tem muito a ver com a música...

X

O teito desaparece.

Neva, bandeiras vermelhas ao vento, neva.

E achega-se o Inverno.

Cheiro a sexo que em seguida impregnará a caixa, suaves e redondas formas de mulher nua entre as nuvens que penetrevam, as paredes que marcham e transparentam, a neve que cai dentro, o cheiro a Inverno... presente de Natal (...)

(...) apaga-se lentamente a pantalha, desaparecem lentamente as luzes e as praias, caladamente obedece, lentamente morria e lentamente se achega

o Inverno.

(SIM)

DOCUMENTAÇOM

Três centenários: Otero, Carré e Pessoa

Lembramos este ano o do nacimento de Ramom Otero Pedrayo (Ourense, 1888-1976), a quem oficialmente se dedica o Dia das Letras Galegas, de Leandro Carré (Corunha, 1888-1976) e de Fernando Pessoa (Lisboa, 1888-1935). A AGAL adere aos actos que sirvam para actualizar a sua obra e pensamento. Neste mesmo número publicam-se um trabalho do Prof. Carvalho Calero sobre Otero Pedrayo e outro do Sr. Marinhas del Valle sobre Leandro Carré.

Ramom Otero Pedrayo: último discurso (*) homenagem a Castelao

Querido irmao Castelao:

Lembras-te daquel dia 5 de Setembro de 1947, quando nos dimos a derradeira aperta em vida de ti mortal, pero nom em vida imortal, no peirau de Bos Aires, melhor dito, nom precisamente no peirau, pero si mui cerca? Naquel intre, eu que todo estava rejo e forte, abracei o teu corpo feble, o teu corpo em donde latejava um coraçom imenso, cuios latejos pareciam ser transportados polas ondas do Atlántico, desde as beiras gloriosas do mar da Plata ata estas Rias Baixas, em donde a tua juventude e todo o teu espírito sempre morou.

Agora, talhado em bronze eterno por um gram artista, com um aspecto verdadeiramente genial e simpático, parece que vamos a recorrer outra volta, coaqueles amigos imorredoiros da generación Nós, e os filhos da Irmandade da Terra da Corunha, os Irmáns da Fala, parece que vamos a recorrer as valgadas e os montes e as serras e os vales e as áugas e os átrios e toda esta santa terra de Galiza que ti tanto amache.

Porque Castelao chega hoje em imagem a esta terra que sempre tivo o seu monumento nos seus coraçons; porque para nós o monumento de Castelao está nos faros esplendentes da costa, está nos montes altos que se levantam sobre as névoas, está sobretodo nos coraçons de todos.

(*) Embora houvesse discursos posteriores, este, proferido o 27-9-75 na inauguraçom em Rianxo, do primeiro monumento para Castelao na Galiza, foi a última intervençom a céu aberto. Recolhido de fita magnetofónica, procurou-se respeitar integramente as opçons morfológicas e léxicas de D. Ramom Otero Pedrayo.

Eu agora venho eiqui sobortransportado desde o vento do amor e da tristura, e sinto umha enorme alegria por ver tantos amigos, tantos companheiros daquelas luitas, e ao recordar, mirando essas gaivotas que voam sobre nós, este prodígio de Castelao que foi a revelación verdadeira e o génio único desde a morte de Rosalia.

A morte é mui triste, Daniel, pero é mui gloriosa. Detrás deste céu chovinhento, que parece asociar-se coa sua beleza cósmica, com este gris que anúncia os outonos, ao sentimento desde dia, eu sei que a tua alma varil, generosa, romántica, ideal, livre sempre, inimiga de toda feudalidade, inimiga de toda imposiciom de voluntades alheas, mora entre as estrelas. Dizia Prisciliano que nas estrelas moram as almas dos justos e eles nos contemplam. Pois bem, eu que som um anciano, eu que som um velho que sinte já próximo o alento [...] e ao mesmo tempo libertador da morte, sei que algum dia, com todos esses outros irmaus, nos hemos dar [...] verbas. E entom nossas almas ham de lembrar os verdes vales, os pinos armoniosos, as rias de ensonho, as ilhas douradas polas ondas do mar, o canto das sireas, e esta enorme beleza da nossa raça e do nosso povo de Galiza; esta língua de *Alfonso el Sabio,* dos cancioneiros; esta língua que é coma um clima que se respira, que é como um alento do paraíso, que é como umha beleza, que desde os tempos da Grécia antíga nom houvo nada semelhante...

Ti nunca estiveches fora desta terra. Pero hai que ver em ti muitas circunstáncias que exaltam a tua figura e que a fam mais agasalheira e mais íntima. E eu podo falá-lo, porque vivimos muitos anos juntos. Nos entendíamos com um simple ademám, com umha mirada, cumha sonrisa; e muitas vezes, nos altos silêncios da noite, na monumental Compostela, indo polas ruas ou passeando polos arredores, sentíamos umha enorme emociom e calávamos abraiados, porque era quando as estrelas se persignavam e o reló da Torre Berenguela deitava aquelas graves sonoridades, aquelas badaladas que pareciam ser escuitadas no outro mundo, nos sepulcros, nas cunas e ata nos ventres das nais; porque elas despertavam sempre a concência desta Galiza espiritual, ardente, libertadora, levantada às beiras do Atlántico e destinada, pola vontade dos seus filhos e pola pureza dos seus ideales, a ser exemplo de todos os povos.

Porque ti tiveches, ademais, a ventaja enorme, que muitas vezes vem ser desgrácia, de ser tamém um emigrado de rapaz; porque ti saliches de neno desta beira de Rianxo e cruzache o Atlántico e chegache à imensa Pampa. E naquela imensa Pampa, na época tremenda e triste do 98, quando muitos ideales de Espanha se afundiam numha política absurda, entonces ti sentiches a presência de Galiza, da que te falavam teus pais, e os emigrantes, e que na Pampa imensa, nesse imenso território, que tanto temos que amar os galegos, porque os galegos ali criámos fogar, e criámos tumba, e criámos berce, esa maneira de criar pátria; ali sentiches como procedias dumha terra imortal, da Galiza; pré-sonhache umha Galiza; e quando vinheches para estudiar medicinha na grande facultade de Santiago, a Galiza pereceu-che mais fermosa ainda; descobrir na adolescência umha pátria ensonhada é um privilégio reservado aos grandes, um privilégio que Deus soio consinte a certos génios... Mais ti encontrache umha Galiza mui formosa, encontrache unhos paisanos galegos e umhos marinheiros em cuios olhos, formados polo verde e o reflexo do céu do Atlántico, e os destinos imorrentes da humanidade, parecia destinada a gozar dumha vida ditosa, dumha vida feliz, dumha vida exemplar. E nom era asi. Porque havia muitos elementos contrários. E ti entom co teu lápiz e coa tua palavra e co teu génio e coa tua imensa alegria, umha alegria angélica, umha alegria de terno neno, umha alegria que parecia descendida daquelas palavras que criárom o mundo, emprendiche aquela campanha de redenciom de Galiza; campanha que é desvelar aos galegos mesmos para que mirem para si mesmos. Porque todo o galeguismo nom tem outra teoria, nem tem outra maneira de ser —e sabem-no mui bem os que me escuitam— que mirar para cada um dentro de si mesmo, e dentro de si atopará a lembrança eterna da raça anterga, atopará o conselho que lhe dizem manseninhamente as falas da nai e as falas da própia estirpe antiga e celta e que [...] na arte románica foi universal; e atopará-se sempre com umha pátria que é sola, única e ao mesmo tempo universal, ao mesmo tempo ibérica e ao mesmo tempo europea. E por isso o dever de ser galegos é mui grande.

E por isso o dever de ser galegos é único; e o ser galego é umha alegria, é umha satisfaciom e é um sacrificio nos altares dessa pátria imortal que todos adoramos; porque significa o verbo magnífico das melhores democrácias, significa o verbo magnífico da melhor fé nos destinos espirituales da alma.

Porque ti, que recorriche com Vicente Risco o profundo desse amor; que recorriche com Lousada Diéguez, que sabia esculcar nas almas e nas frentes dos jóvenes as vocacions mais maravilhosas; que recorriches com Antom Vilar Ponte os jornales de Galiza, aquel Antom Vilar Ponte que cada manhám desde A Corunha lançava umha saieta ou encendia umha nova chama, umha nova flama no altar imorredoiro da galeguidade; comigo mesmo que era o derradeiro de todos...

Ti sabes mui bem que em cada momento sentias co paisano galego e sentias na paisage a liberación desta imensa alma. E nom é caso particular nem é casualidade o que Castelao houvera sido médico. Foi médico de verdá, um médico mui grande, porque el pudo comprender o sentir, o dolor tremendo do povo galego naquel velho Hospital de Santiago, donde os velhos petrúcios, os que vinham das aldeas com enfermedades antergas, as mocinhas inocentes dos seus cantares, as jóvenes nais, as velhas que sentiam andar à Santa Companha pola plaza do Hospital; toda essa imensa Galiza mitológica, antígua, essa imensa Galícia que foi reflexada nas obras de Rosalia e na door de Rosalia, ali aparecia dentro do Hospital de Santiago. E por isso todas aquelas gentes, todos aqueles enfermos atopavam em ti, no teu espírito, na tua palavra, um consolo imenso. Porque ti fuches algo mais que um gram artista, um gram novelista, um gram debuxante... fuches um apóstolo.

Desde a morte de Rosalia, quando foi aquela tarde, aquela serám do 15 do mes de Santiago de 1885, junta-se com luzes misteriosas e espirituales coa morte de Castelao, o dia 7 de Janeiro de 1950. No momento da morte som mui belidas e mui [...] as mans e as miradas; as mans acenam, como se já se dirigiram a seres de outro mundo e contiveram todos os adeuses a todas as lernbranças; e os olhos encendem-se com miradas que respondem aos mais puros sol-pores do sonho atlántico, a todos os sol-pores das culturas, a todas as mortes... E essas duas miradas, esses dous soles de Rosalia e de Castelao, os dous grandes génios da Galiza moderna, atravesando a [fileira (?)] de báguas da door de Galícia, formárom o mais fermoso arco da velha, esse arco da velha que, tendido sobre os horizontes, e juntando os céus e as terras, o mar e as montanhas, sirve de caminho e de ponte espiritual às aladas manifestacions da saudade.

Castelao: fuches isto e fuches muito mais. Castelao: nacido nestas terras, que som terras de adeuses, porque eiqui a este mar de Rianjo, a este mar de esgrévios marinheiros, em donde as ondas cantam a sua canciom ceive, donde a Ulha, levando o som de tantas campanhinhas e tantas campaninhas teimadoras de mil parróquias da montanha e da ribeira, hai umha espécie de síntesis de toda Galiza. E quando ti dixeches adeus, quando ti dixeches adeus foi para despertar-nos a todos. E por isso ti nom morrerás jamais, ti estarás sempre connosco, porque és umha presência constante.

E esta idea, que desenvolveu tamém aqui o Presidente do *Centro Gallego de Buenos Aires* e o senhor representante do Patronato da Cultura Galega do Uruguai, é a que devemos todos contemplar e todos sentir no nosso espírito. O maior homenage a Castelao está em obedecer, em sentir o seu [podente (?)], o seu sino, o seu magistério, porque é um magistério e é um pragmatismo para todos nós, para cada um de nós. El escriviu, el pensou, el falou, el debuxou para todos. E entre todas estas manifestacions do seu génio, pensade algumha vez, pensade muitas vezes na exemplaridade desse livro dos cruzeiros, porque nos cruzeiros está a alma de Galiza representada pola nai e o filho; representa a maternidade, representa polo tanto o mais fermoso, o mais puro, o mais dinámico do sentido trascendente da vida e da libertade.

Por isso Castelao tampouco quijo umha Galiza folclórica, quijo umha Galiza moderna, mais umha Galícia moderna acomodada a umha democrácia campesina, nom a umha democrácia ciudadana. El sentia a lecciom dos marinheiros e a lecciom dos labregos co-

mo as personas que vivem sempre no templo do universo, que sabem as fasas da lua, que sabem a comociom do universo, que sabem a emociom das mareas, que sabem esta vida eterna do cosmos. E el queria que este fora umha espécie de exemplo, como foi Grécia antígua para todos os povos modernos.

Muitas vezes temos falado destas cousas caminhando por diferentes terras, as noites de Toledo, donde se pode contemplar o cadro do Conde de Orgaz, donde nos figemos amigos; nas noites de Madrid polo Prado; sobretodo nas noites de Santiago, e tamém nas noites de Trasalva, na minha casa que tivo a honra, a minha pobre casa de Trasalva que via morrer o sol pola Terra de Montes, aquela Terra de Montes ergueita de onde tenhem saído tantos esgrévios galegos, alguns dos quales me estám agora escuitando, honrandonos coa sua presência... Pois naquela terra, numhos mangados de terra daquela finca de Trasalva, foi onde descobrim o teu esforço tam generoso na terra da Argentina.

E falando da Argentina, temos todos que prestar acatamento, que prestar simpatia a essa noble naciom. Porque Argentina tem lagos maravilhosos que parecem pérolas imensas donde a vista profundiza a grandes profundidades, como através dumha bágua líquida e maravilhosa; tem pampas em donde espelham a sucesiom dos dias de das noites, numha imensa extensión destinada para os seus cultivos do futuro; tem ciudades imensas, pero sobretodo essas fantásticas cidades do Plata... E vem a ser a Argentina, ademais, umha espécie de classicidade dentro da América: som mui respetables todas as terras americanas, pero a Argentina, cos seus arvoredos, coa sua elegáncia espiritual, com esse imenso Buenos Aires, que é a principal metrópoli da latinidade, no mundo e na história, e que está destinada a ser algum dia cecais o centro dumha nova civilizaciom latina; junguidamente co Brasil, que leva em si a alma de Portugal, que é a alma de Galiza, e que canta aquelas mismas estrofas de sangre e terra, de áuga, de roca, de lunar nos penedos de Teixeira de Pascoais no «Regresso ao Paraíso»; cecais seja destinada no hemisfério austral, baixo aquela brilhante constelación da Cruz do Sur, cecais estea destinada a umha nova cultura. Pero essa cultura tem em parte fundamental aos galegos.

Por isso nós, eu venho eiqui... Despois das palavras que se dixérom, as minhas non tenhem importáncia. Saúdo em nome dos seus companheiros já mortos e que vivem no meu coraçom, e doutros que inda me siguem e que me querem, e saúdo a todas as autoridades e a todos os presentes e a todo este povo de Rianxo que sempre levei no coraçom e que nas minhas soedades de velho e de triste sempre se levanta cum exemplo de bondade, de fidalguia, de nobleza.

Agora estamos chegando ao outono, chega um tempo em que os caracteres se fortalecem; nom nos assustem nem nos fagam tristes estas grandes manifestacions do orvalho, da chúvia, as longas noites estrelecidas, porque na noite estrelecida, nas fases da lua é o tempo para meditar... E os longos insónios dos homes, aqueles insónios dos velhos petrúcios que devem ser os nossos, naqueles insónios vai o estúdio do espírito, o estúdio da i-alma e, polo tanto, atopar aqueles elementos para que a nossa terra seja, entre todas as terras de Ibéria, as suas irmáns, igual à Castela de Unamuno que a Unamuno levantava —*Tú me levantas, tierra de Castilla/ en la rugosa palma de tu mano*—, que as terras ocitánicas, em donde chegou a nau de Ulises e a influência dos hexámetros gregos; que as terras andaluzas, coa sua grácia mudéjar... em todas estas terras, especialmente o grande, o noble, o fidalgo, o melancólico e o grande irmán Portugal... todas elas sejam armadas por nós, como toda Europa. A ver si algum dia...

Castelao já hoje está considerado como um padre da iglésia galega, como Sam Rosendo, como Sam Torcuato, como Sam Martim Dumiense... porque el cos cruzeiros, el cos seus livros todos, el co seu diário da vida de Galiza, el co seu diário do coraçom constante dos labregos em cada momento comentados por el, em esses infindos poemas em prosa que som as *cousas* de Castelao, levou sempre, baixo o fanal dos céus, e dentro do coraçom de Galícia, a mais cumprida crónica da sua realidade.

El é a nossa glória. E é a nossa lembrança. El é a nossa justificaciom. E isto sabe-se mui bem. É um apóstol. E isso sabe-se mui bem, singelamente recordando a grande dolor dos galegos da Plata... da Plata e de toda América, quando aquel triste dia o corpo de

Castelao caíu jacente para sempre. Bendita sea a terra que o acolheu. América portou-se bem com el. Por-tou-se como umha nai agasalheira. E prestou-lhe, quando os seus olhos estavam já perdidos quase para a luz, quando Castelao pintava, debuxava aqueles seus amigos, seus companheiros os cegos, estava obsessionado naquela sua habitaciom que tinha umha ventana, umha fiestra maravilhosa —umha fiestra que foi semelhante e superior a *A fiestra valdeira* celebrada por Rafael Dieste—, cumha fiestra que contemplava as luzes da Plata, e em donde para el brilhavam, centileavam, oscilavam todas as flamas, todas luzes, todas as esperanças cordiales dos longos e gloriosos crepúsculos atlánticos de Galícia.

Meus amigos e irmáns: muitas grácias por me ter gratificado com esta recepciom que nom mereço nada mais que pola minha consequência. Som um dos grandes amigos de Castela. Como amigo, que é a condiciom superior do home, como alma sempre jungida ao seu mismo ideal, aqui estou, disposto a entregrar os derradeiros latejos do meu coraçom, pola Galiza, por vosoutros, pola galeguidade, pola libertade.

Viva Galiza!

Umha opiniom «oficial»

No *JL* (Jornal de Letras, Artes e Ideias), núm. 271 (14-20 Setembro de 1987), reproduze-se umha entrevista ao Sr. Casares, escritor e co-autor da grafia «oficializada» na Galiza, espanholizadora do idioma galego como se evidencia no *Estudo crítico* elaborado e publicado pola AGAL (quase esgotado).

O entrevistado, número da R.A.G., reconhece que esta, «como todas as academias, é uma instituição um pouco conservadora [...], mas com algumas agravantes: depois da guerra civil, ingressaram nela pessoas que não tinham, *por razões de tipo político,* especiais qualificações». Obviamente nom especifica mais.

Aliás, quanto ao país galego, nota que «as transformações operadas depois da morte de Franco são espectaculares [...]. É uma sociedade muito mais madura, mais livre, mais alegre sobretudo, mais lúdica». Ainda mais, «a Galiza é hoje um país que não chama a atenção de qualquer observador do exterior não apenas pela beleza física única, como pelas transformações sociais e económicas havidas, muito visíveis». Também nom especifica mais.

O jornalista, imparcialmente demais, inquere sobre a situaçom «ortográfica» e «imparcialmente» responde o entrevistado: «Nomearam-se comissões por parte de ambos os organismos [ILG e RAG] e essa comissão conjunta elaborou uma proposta enorme *[sic]* que foi proclamada e aceite pelo governo galego. A norma oficial continua, pois, a ser esta, embora seja passível de revisão, claro. Os grupos que não a aceitam porque consideram que deveria aproximar-se mais da língua portuguesa são minoritários, mas muito radicais e activos. A imensa maioria do povo está alheia a este problema».

E acrescenta mais adiante: «A minha opinião pessoal é que o galego e o português têm muitos elementos em comum, que há de procurar a aproximação naqueles elementos em que seja possível; penso que os galegos, a longo prazo *[por que «a longo prazo»?],* devíamos aceitar os dois dígrafos *NH* e *LH* e alguns outros passíveis de revisão. *Mais deixando bem claro que se trata de duas línguas diferentes».* Nom explica se este é o ponto de partida para justificar as ortografias divergentes ou vice-versa, porque de novo insiste,

sem convicçom, «que tenhamos e mesma norma quando a língua não é mesma, quando realidades fonéticas diferentes reclamam soluções ortográficas diferentes, é preferível manter as diferenças reais e eliminar as que forem artificiais». E ficam sem especificar umhas e outras.

Lástima que o *JL* nom aproveitasse o *II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza,* cuja celebraçom era iminente, para apresentar ao leitor lusófono, directamente, as opinions nom «oficializadas» na Comunidade Autonómica galega, mais si concordes com a ciéncia lingüística e romanistica e arreigadas na sensatez!

II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza

A «Associaçom Galega da Língua» (AGAL) realizou o *II Congresso,* do 23 a 27 de Setembro de 1987, nas cidades de Santiago de Compostela e Ourense, na seqüência das conclusons aprovadas no *I Congresso* (Ourense, Setembro, 1984), nas quais manisfestava a sua preocupaçom com o futuro da língua galego-portuguesa na Galiza; reafirmavam que as duas formas do galego e do português constituem um mesmo sistema lingüístico, umha mesma língua; apoiavam todos os processos conducentes à plena normalizaçom lingüística do galego que deverá afectar com carácter prioritário o ensino, meios de comunicaçom e administraçom. As conclusons reafirmavam, assi mesmo, que a norma que corresponder ao galego tem de ser fixada com critérios científicos e um necessário debate democrático, aberto a todos os especialistas e sectores implicados, e que o seguinte *II Congresso* se celebrasse num prazo desejável nom superior aos três anos.

Neste *II Congresso* a AGAL, tomando em conta a situaçom actual da nossa língua, propujo-se como objectivos:

a) Dar um forte impulso a todos os trabalhos encaminhados a analisar, clarificar e questionar a situaçom lingüística na Galiza.
b) Apresentar projectos pontuais ou globais que dem resposta efectiva à planificaçom lingüística.
c) Consciencializar e interessar todos os cidadaos deste País, nomeadamente os sectores mais comprometidos com a defesa da língua para colaborarem activamente na dignificaçom e na normalizaçom dos usos do idioma galego.
d) Analisar todos os factores extra-lingüísticos que impedem que o galego seja umha língua normalizada e desenvolvida em todos os ambientes sociais.
e) Estabelecer formas de intercámbio e cooperaçom entres as comunidades de expressom galego-portuguesa no ámbito da investigaçom científica, cultural e pedagógica.
f) Analisar a situaçom da Galiza e a sua relaçom com outras comunidades onde existir conflito lingüístico.

* * *

O *II Congresso* estruturou-se em três grandes blocos:

I. *Língua e sociedade,* em que se abordárom temas de sociolingüística (teoria e prática da elaboraçom científica, da planificaçom lingüística e análise do discurso dominante nos distintos ámbitos de uso), temas de didáctica da língua, etc. Consoante os objectivos

interessou designadamente apresentar textos que analisassem a situaçom actual de atitudes e usos, orais e escritos, nos ámbitos: oficial (administraçom autonómica, ensino, tribunais...), público (partidos políticos, sindicatos, associaçons culturais, meios de comunicaçom, ...) e privados.

II. *Língua e teoria lingüística,* dedicado ao estudo de temas tangentes à teoria e prática da elaboraçom do léxico e terminologias, da elaboraçom gramatical, filológica, dialectológica, grafemática, fonologia, etc.

III. *Língua e texto literário,* dedicado à abordagem de temas referidos a teoria e prática da língua literária numha perspectiva histórica ou actual, aos problemas gerais ou pontuais que levanta a elaboraçom da língua literária do galego e à análise comparativa com situaçons semelhantes noutras áreas lingüísticas que apresentem umha situaçom semelhante à do galego ou com literaturas da nossa área cultural.

Dentro da AGAL criou-se umha comissom encarregada de organizar o *II Congresso* constituída por: M.ª das Dores Arribe Dopico (Ferrol), José Ángelo Cristovo Angueira (Padrom), Pedro Fernández-Velho (Ourense), Júlio Garcia Santiago (Vigo), António P. Gil Hernández (A Corunha), Luís Gonçálex Blasco (Santiago), Maria do Carmo Henríquez Salido (Ourense), José António Lozano Garcia (A Corunha), Joám Carlos Rábade Castinheiras (A Corunha), Francisco Salinas Portugal (A Corunha) e José António Souto Cabo (Santiago). Os trabalhos materiais implícitos à realizaçom do Congresso fôrom desenvolvidos pola Presidenta da AGAL, a Profa. Dra. Maria do Carmo Henríquez Salido, quem contou com a valiosa colaboraçom em Portugal do Prof. Mário Joaquim Gomes dos Santos; no Brasil com os professores Doutores Leodegário A. de Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia; em Catalunha e País Valenciá com os profesores Antonio Ferrando e Vicent Pitarch; em Euskadi com o professor José L. Álvarez Enparantza «Tixllardegi» e a respeito do mundo da emigraçom com Eduardo Parajuá (Argentina), Carlos Durám (Gram-Bretanha), Domingos Prieto Alonso (Holanda), Carlos Oliveira (Alemanha), Oscaz Díaz Fouzes (Catalunha). A Comissom organizadora quer salientar o extraordinário labor de difusom que tivo o *II Congresso* entre os estudantes da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago graças ao labor de Bernardo Penabade Rei.

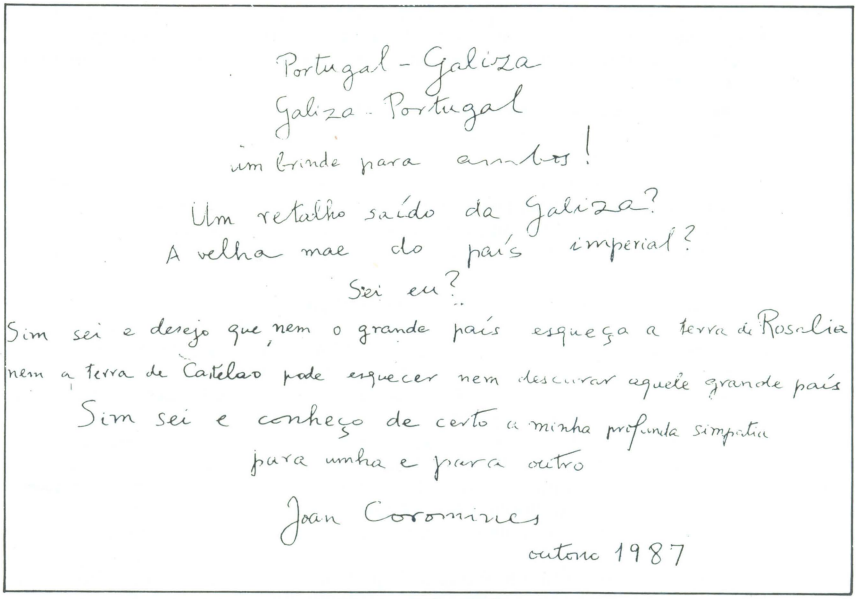
Junto com esta Comissom organizadora, decidiu-se nomear umha presidência de honra integrada por individualidades significadas polo seu empenho de aproximar as diferentes comunidades de língua comum, presidência constituída por:

Ricardo Carvalho Calero (Galiza)
Joan Coromines (Catalunha)
Fernando Cristovão (Portugal)
Gladstone Chaves de Melo (Brasil)
Celso F. da Cunha (Brasil)
Leodegário A. de Azevedo Filho (Brasil)
Sílvio Elia (Brasil)
Ernesto Guerra da Cal (Galiza)
Óscar Lopes (Portugal)
Jenaro Marinhas (Galiza)
Manuel Rodrigues Lapa (Portugal)

As línguas do *II Congresso* fôrom, além do galego-português em qualquer das suas normas cultas (e de preferência), o catalám, francês, inglês e o espanhol.

* * *

Mais umha vez a AGAL pudo comprovar a situaçom de discriminaçom e marginalizaçom, quando nom de perseguiçom, em que se encontra na Galiza, ao tentar conseguir algumha entidade patrocinadora para o *II Congresso.* Se para o *I Congresso* houvo umha resposta positiva da Deputaçom Provincial de Ourense, nesta segunda ocasiom, apesar de ter enviado vários escritos e ter solicitado várias entrevistas, só recebeu como resposta o silêncio. Nesta altura tampouco o Concelho de Ourense concedeu subsídios, dando


Portugal - Galiza
Galiza - Portugal
um brinde para ambos!

Um retalho saído da Galiza?
A velha mae do país imperial?
Sei eu?
Sim sei e desejo que nem o grande país esqueça a terra de Rosalia
nem a terra de Castelao pode esquecer nem descurar aquele grande país
Sim sei e conheço de certo a minha profunda simpatia
para umha e para outro

Joan Coromines
outono 1987

Carta de adesom enviada polo Prof. Joan Coromines.

resposta com um texto vazio de conteúdo (veja-se *Agália* número 12). Mais umha vez as ajudas para este Congresso procêderom nomeadamente de fora da Galiza: o Ministério de «Educación y Ciencia» - «Secretaría de Estado de Universidades e Investigación - Subdirección General de Promoción de la Investigación» que concedeu 400.000 ptas.; a Fundaçom Calouste Gulbenkian concedeu um subsídio de Escudos 500.000 a título de comparticipaçom nos encargos com as viagens dos participantes; o Ministério da Educaçom - Coordenaçom de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superio CAPES (Brasil) concedeu várias Bolsas para as viagens de professores como Azevedo Filho, Sílvio Elia, Odette Penha Coelho, Telénia Hill, Luiz M. de Souza. Por outro lado, a Caixa Rural concedeu 400.000, a Caixa Ourense 300.000 e a Universidade de Santiago de Compostela, 100.000. ptas. A Secretaria de Estado da Cultura da República Popular de Angola anunciou subsidiar a viagem da professora Irene Guerra Marques, Directora do Instituto de Línguas Nacionais da Angola.

A AGAL solicitou subsídios à Conselharia de Educaçom, Conselharia de Cultura, Caixa Galícia, Fundaçom Barrié, Caixa de Aforros de Vigo, Caixa de Aforros de Ponte-Vedra, às outras Deputaçons galegas. Nem tam sequer tivêrom a delicadeza de responder ou respondérom com umha evasiva (o orçamento já estava esgotado... no mês de Fevereiro! declarou a Caixa Galícia).

Se esse silêncio existiu por parte destas entidades políticas ou económicas mencionadas, também existiu por parte de certos professores da Universidade de Santiago, que fôrom convidados, individualmente, mas que, como sempre, nom aparecem em foros internacionais em que se debata libremente a situaçom do nosso idioma. Assi nom respondérom: Constantino García González, Ramón Lorenzo, Manuel Taboada Cid (nessa altura Director Geral de Política Lingüística), Guillermo Rojo e António Santamarina. Enviou umha carta explicando a sua ausência a Profa. Dra. Mercedes Brea. Também nom respondem, apesar de serem convidados, Pilar Vázquez Cuesta e José Luís Pensado, da Universidade de Salamanca.

Em Portugal entre os numerosos convidados, manifestárom nom poder participar devido a compromissos contraídos anteriormente para congressos a celebrar no Brasil na mesma altura, a Profa. Dra. Maria Helena Mira Mateus, o Prof. Dr. Ivo Castro, o Prof. Dr. S. Reckert, o Prof. Dr. Manuel de Paiva Boléo (por razons de idade), a Profa. Dra. Clarinda Azevedo Maia justificou a sua ausência quando já tinha finalizado o Congresso.

Comunicárom, por carta, a impossibilidade de assistirem: Zarko Muljacić, Dieter Kremer, Noam Chomsky, Paul Teyssier, exprimindo os seus desejos de êxito para o II Congresso.

A AGAL dirigiu-se, igualmente, a todas as organicaçons política e sindicais e movimentos culturais do País, mas também nom recebeu resposta por escrito ao convite que se lhes tinha feito. A presença de membros pertencentes a estes sectores —político, sindical ou cultura— devemo-la entender que foi a título pessoal, a nom ser na mesa celebrada o dia 26 em que estivérom presentes, unicamente, representantes de CC.OO, INTG, SGTE, BNG e «Galiza Ceive». Há que salientar que a AGAL enviou o 4 de Abril de 1987 aos deputados do Parlamento galego Camilo Nogueira (PSG-EG), José H. Rodríguez Penha (PNG) e José Manuel Beiras (BNG) um escrito com a solicitude de que fosse apresentada no Parlamento umha pergunta formulada nestes termos: «Por que nunca se lhe concedêrom, por parte da Junta, ajudas económicas para as actividades realizadas por esta Associaçom cultural?». À AGAL nom lhe consta, mais umha vez, de que nengum destes três deputados acusasse ter recebido o escrito nem que apresentasse tal pergunta no Parlamento. É escusado dizer que a AGAL tinha acompanhado, junto com o texto da pergunta, umha exposiçom de motivos.

* * *

O horário do *II Congresso* começou o dia 23, às 10 h. com a entrega de credenciais e recepçom dos participantes na Faculdade de Geografia e História, gentilmente cedida polo Decano, e às 12 tivo lugar a *sessom de abertura* em que falárom polo Brasil, o Prof. Dr. Sílvio Elia e pola Galiza os Professores Doutores Ricardo Carvalho Calero e Maria do Carmo Henríquez. Apresentou o acto e leu os textos e telegramas de adesom o Prof. Francisco Salinas Portugal. Poucos minutos antes Ramón Lorenzo tentou impedir a realizaçom da sessom de abertura no Paraninfo, mas sem éxito.

Entre as numerosas adesons recebidas, impossível de recolher por completo nesta referência, salientamos: Joan Coromines (cujo texto reproduzimos); Ernesto Guerra da Cal (un poema intitulado *Toque de rebate* reproduzido hoje na revista *Cadernos do Povo,* Maio-Dezembro 1987, nas páginas 101-103); Óscar Lopes em que felicitava a AGAL e fazia votos «por que, num futuro e próximo Congresso, possam também participar, e figurar em presidência de honra, representantes dos povos luso-falantes que há pouco mais de um decénio acederam à independência política e se encontraram em pleno, e nalguns casos dramático, processo de desenvolvimento da sua completa autodeterminação»; o Pror. Dr. Celso F. da Cunha.

Outras adesons fôrom: o Institut d'Estudis Cataláns representado polos professores A. Ferrando e V. Pitarch; Degá de la Facultat de Filosofia i Lletres de la Universitat d'Alacant; Col.lectiu Sanchis Guarner de la Universitat d'Alacant; Bloc d'Estudiants Agermanats de la Universitat d'Alacant; Acció Cultural del País Valenciá; Centre Carles Salvador de Valencia; Col.legi Universitari de Castelló de la Universitat de València; Departamento de Filologia Catalana de la Universitat de València; Servei de Normalització Lingüüística de la Universitat de València; Junta del Grup Catalá de Sociolingüística; Fundació Ausias March; Fundació Josep Renau de Valíencia; Setmanari d'informació general *El Temps;* Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação de Portugal, etc.

Às 16,30, no Paraninfo da Universidade, tivo lugar a *primeira sessom* do Congresso, presidida por Maria das Dores Arribe e actuando como Secretário César Carlos Morám Fraga. A sessom foi única e participarom Jenaro Marinhas com *O verso na recuperaçom*

(De esda. a dta.) Sres. Marinhas del Valle, Chaves de Melo e Arribe Dopico.

literária do idioma galego, Gladstone Chaves de Melo com *A terceira vertente* e José L. Álvarez Enparantza, «Txillardegi» quem falou sobre *Diversos modelos de normalización lingüística en Yugoslavia.* A seguir houvo colóquio que se prolongou até as oito, momento em que o Concelho de Santiago ofereceu um vinho aos congressistas.

O día 24 às 9,30 iniciou-se a *segunda sessom* simultánea na cidade de Ourense; realizarom-se em três salas, duas situadas no Ateneu e a terceira no salom de actos da Caixa Rural. As salas tinham o nome de três nacionalistas galegos, assassinados no ano 1936: Alexandre Bóveda, Camilo Diaz e A. Casal. Na sala 'Alexandre Bóveda' celebrou-se a sessom correspondente ao bloco de Sociolingüística com a participaçom de Neméssio Barxa, José Luís Fontela, Xavier Vilhar Trilho e Pedro Fernández Velho; na sala «Camilo Diaz» no salom de actos do Ateneu os trabalhos atingintes a lingüística e filologia com a participaçom de José A. Souto Cabo, Evanildo Bechara (enviou a sua comunicaçom), M. Gutiérrez Tuñón e Felisindo Rodríguez Vilarinho; na sala «A. Casal» (bibliote do Ateneu) participarom professores pertencentes ao bloco «Língua e texto literário» que nesta sessom forom José Martinho Montero Santalha, José Maria Monterroso Devesa e Denis Conles, e leu-se a comunicaçom enviada por M.ª Rosário Suárez de Albán intitulada *O contacto castelhano-galego-português e as suas manifestações no Romanceiro tradicional.*

Depois do Descanso celebrou-se a *terceira sessom* simultánea, como a anterior. Na sala «Alexandre Bóveda» participarom, Pilar Garcia Negro, José António Lozano, Carlos Durám, Carlos Pimenta e José Ángelo Cristovo Angueira. Na sala «Camilo Diaz» Maria do Carmo Henríquez Salido, Domingos Prieto e José Bermúdez Hermida e na sala «A Casal» António Gil Hernández, Elvira Souto, Henrique Rabunhal e Aurora Marco López. Pola tarde, a *quarta sessom* única, na sala «Alexandre Bóveda», presidida por Ramom Lôpez-Suevos e actuando como Secretário Paulo Valério Árias, Participarom: Leodegário A. de Azevedo Filho quem falou sobre *Questons do galego-português,* T. Hill fixo *Uma leitura das Cantigas de Pero Meogo,* F. Nodar Manso falou sobre *O teatro lírico de escarnho galaico-português* e Luciana Stegagno Picchio disertou sobre *Lírica galego-portuguesa: entre pastorelas e serranas.* Todas as sessons fôrom seguida de colóquio.

O dia 25 decorreu a *quinta sessom* simultánea. Na sala «Alexandre Bóveda» participaron J. Barxa F., Colectivo Esquio com *O galego no ensino,* D. Veiga Martínez, Maria das Dores Arribe e Emílio Crespo, quem abordou o tema de *As organizaçons sindicais perante a normalizaçom do idioma galeno no ensino.* Na sala «Camilo Diaz» falarom Alberto Garcia Vessada, Higino Martínez Estévez (Buenos Aires) sobre *Novos olhares no léxico galego,* Paulo Valério Árias fixo *Calas no léxico galego,* e na sala «A. Casal» lêrom as suas comunicaçons X. M. Dobarro e C. P. Martínez Pereiro sobre *Os heterónimos de*

Alfredo Guisado, José Luis Forneiro sobre *O romance do Conde Alarcos na Galiza* e Odette Penha Coelho de *A textura de 'A rainha dos cárcers da Grécia. Romance de Osman Lins,* e leu-se a comunicaçom de Joanna Courteau, intitulada *Further Implications of La Sombra as a Metaphor for Silence.*

Às 12 iniciou-se a *sexta sessom* simultánea. Na sala «Alexandre Bóveda» participárom A. Artigues e G. Babiloni sobre *L'unilingüisme de la nació catalana: una restitució pendent;* também Isidoro Padim e A. Prieto Lamela. Na sala «Camilo Diaz» intervinham A. Alvarez Parada, M. Joaquim Gomes dos Santos, sobre *Versons galegas de livros portugueses,* Martí Garcia-Ripoll, Carlos Oliveira e Joám J. Santamaria, sobre *A terminologia socioeconómica.* Na sala «A. Casal» apresentavam as suas comunicaçom Isaac Alonso Estravis, José Manuel Barbosa, Rosa Cal Martínez sobre *Os 'mesomeios' e língua vernácula na Galiza* (1975-1984) e R. Fernández Lage sobre *A 'gheada', un fenómeno de modificaçom fonético-morfológica no quadro diglóssico galego-castelhano.*

A *sétima sessom* única, começava às 16,30 na sala «Alexandre Bóveda». Actuou como Presidente da Mesa, António Gil Hernández e como Secretário Joam José Costa Casas. Vicent Pitarch deu leitura à comunicaçom de Antoni Ferrando sobre *La normativització del català modern al País Valenciá. Paral.lelisme amb el cas gallec;* Yvo JD Peeters falou de *«A união da língua neerlandesa da Holanda. Um exemplo para a língua galego-portuguesa;* Dónall O'Riagain falou em francês sobre *O Departamento Europeu para Línguas menos usadas: o seu trabalho e a sua esperança no futuro;* Francisco Rodríguez de *A conciência lingüística na Galiza do século XIX em relaçom com os nossos dias* e José Maria Sánchez Carrión «Tsepetx» da *Teoria sociolingüística de la recuperación del Euskara y teoría social de las lenguas.* Esta sessom, como todas, foi seguida de debate.

O dia 26, às 9,30 da manhá, dava começo a *oitava sessom* simultánea. Na sala «Alexandre Bóveda» falavam o Colectivo Meendinho sobre *A «Editorial Galaxia»: A sua acçom na cultura e na língua da Galiza* e José Posada sobre *O idioma galego e a 'business communication'.* Na sala «Camilo Diaz» participavam José Paz sobre *As ideias pedagógicas de A.* Vilar Ponte e Luiz Marques de Sousa sobre *O ensino de línguas (maternas) a partir de textos estimuladores da motivação.* Na sala «A. Casal» lêrom as suas comunicaçons Ángelo Angueira, Miguel Mato, *Dialéctica da poesia galega* e F. Salinas sobre *A recepçom da obra literária: a leitura manipulada.*

A *novena sessom* única estivo presidida por Júlio Garcia e Joám J. Costa como Secretário. Participárom Fátima Mendonça sobre *A língua portuguesa como língua literária em Moçambique;* Vicent Pitarch sobre *El conflict lingüístic al País Valencià* e Ramóm Sarmiento sobre *Consideraçons sobre o uso do idioma galego.*

A *décima sessom* única celebrada a partir das 16,30, estivo presidida por José António Souto Cabo e actuou como Secretária Maria das Dores Rei Teixeiro. A professora Miorita Ulrich deu leitura à comunicaçom enviada polo professor Eugenio Coseriu sobre *Galego e português na história e na actualide;* W. Dietrich falou sobre *A metáfora gramatical. O emprego figurativo de categorias gramaticais em galego-português e noutras línguas românicas;* António López Eire expujo o tema *Dialectología, sociolingüística e historia de la lengua: nuevas perspectivas para el idioma gallego* e Joám Carlos Rábade Castinheira tratou sobre *As formas 'proibidas' em textos do galego médio.*

Às oito da tarde celebrou-se como actividade paracongressual umha mesa-redonda no Ateneu de Ourense sobre a *Atitude das organizaçons políticas e sindicais perante a política lingüística na Galiza,* com participaçom de CC.OO, SGTE, INTG, UPG, BNG e «Galiza Ceive». O dia anterior, também às oito da tarde, celebrara-se umha mesa-redonda sobre *Os meios de comunicaçom,* em que só se apresentou o representante de «A nossa Terra», apesar de terem sido convidados antecipada e convenientemente todos os meios de comunicaçom da Galiza. Por estarem presentes congressistas relacionados com os meios da comunicaçom galegos e portugueses Rosa Cal Martínez, Gonçalo N. de Fária e o jornalista galego argentino Denis Conles; fôrom estes, junto com o jornalista convidado, Joám Carvalha os que debatêrom o tema, com María do Carmo Henríquez de moderadora.

Sessom de encerramento. Mesa presidencial.

O día 27, as 9,30 celebrava-se a *undécima sessom* única, presidida por Maria do Carmo Henríquez e actuando como Secretário Carlos Pimenta. Participarom Sílvio Elia com *À margem do vocabulário da Crónica Troyana;* José Saramago falou sobre *Um ponto de vista de autor: a necessária reivençom da língua portuguesa,* Ricardo Carvalho Calero sobre *Bilingüismo e reintegracionismo nas cartas cruzadas entre Castelao e Sánchez-Albornoz* e Miorita Ulrich de *Tesis y categoresis en português y en otras lenguas románicas.*

Às 13 horas celebrava-se a *sessom de encerramento.* O acto, dirigido pola Presidenta da AGAL, com que compartilhavam a mesa presidencial os membros de Honra da Associaçom Ricardo Carvalho Calero e Jenaro Marinhas, pola Galiza, e Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Leodegário A. de Azevedo Filho, polo Brasil. Estavam também na mesa a Profa. Fátima Mendonça, por Moçambique, e o escritor José Saramago, por Portugal. Breves discursos pronunciárom Gladstone Chaves de Melo (Brasil) e Jenaro Marinhas (Galiza) e a seguir foi clausurado o *II Congresso* pola Presidenta da AGAL quem nas suas palavras agradeceu a presença de todos os congressistas procedentes de Portugal, Brasil, Moçambique, universidades e centros da Europa e do Estado Espanhol e o trabalho desenvolvido por todos os membros da AGAL, sem cujo esforço nom seria possível realizar um Congresso que já desde a sua preparaçom apresenta grandes dificultades.

* * *

Entre as possíveis deficiências, a grande maioria delas extra-congressuais, assinalemos, mais umha vez, o silêncio ou pouca difusom nos meios de comunicaçom galegos; porém salientemos as páginas dedicadas pola «La Región», «Faro de Vigo», as páginas de Ourense de «La Voz de Galicia», as entrevistas realizadas para «Rádio Nacional de Espanha« a José Saramago e a outros congressistas, as várias apariçons de notícias sobre o Congresso na Televisom da Galiza. Este tratamento contrasta com as amplas reporta-

gens dedicadas ao «Congresso das culturas minorizadas», celebrado nas mesmas datas em Santiago (e anunciada a sua celebraçom muito mais tarde de ter sido publicada a informaçom da celebraçom do Congresso da AGAL), congresso que, por certo, tivo que ser clausurado um dia antes por falta de congressistas (no chegavam a 70 os participantes) e por falta de comunicaçons.

Outro falho extra-congressual foi a ausência de autoridades académicas da universidade de Santiago e de autoridades políticas (mais interessadas nessa altura em conhecer como se desenvolvia a moçom de censura contra o governo galego), apesar de ter sido convidadas pola AGAL. A pouca participaçom de professores portugueses, devida mesmo, nos últimos dias, a causas justificadas ou enfermidade. Os falhos de organizaçom fôrom mínimos, derivados em parte pola inscriçom realizada no mesmo dia de começo do Congresso ou nos dias imediatos ao seu início. Ao bom decorrer do Congresso contribuiu o eficaz trabalho realizado por Rita Carvalho de Dios e Sara Martinhá. Caberia citar também a possível desigualdade científica nas comunicaçons apresentadas, questom que resulta própria de um congresso realizado numha comunidade em que há conflito lingüístico e que tem como objectivo fundamental a presença de sectores comprometidos com a defesa da língua, para colaborarem activamente na dignificaçom e na normalizaçom dos usos do idioma.

Apesar de todos estes falhos, extra-congressuais, o *II Congresso* podemos caracterizá-lo como um acrescemento do éxito do *I Congresso*:

1. Êxito científico. Esta vez houvo maior participaçom de professores de mais universidades europeias e americanas e inclusive houvo representaçom de Moçambique. Desejamos que no III Congresso esteja representada fisicamente a Angola e outros países africanos de expressom portuguesa. Houvo professores da Universidade de Santiago de Compostela, Salamanca, Madrid, Donostia, Valéncia, Palma de Maiorca, Cuenca; da Universidade do Porto e da Universidade de Coimbra; da Itália; de várias universidades da Alemanha; de universidades do Brasil; de umha universidade dos Estados Unidos da América. A presença do escritor português José Saramago, a do Secretário Geral de «Le Bureau», a do experto do Conselho de Europa Yvo Jd Peeters. O mundo da emigraçom amplamente representado polos congressistas vindos desde a Argentina (Eduardo Parajuá, Higino Martínez Estévez, Denis Conles, Nely Bembibre, etc.), Gram-Bretanha (Carlos Durám), Holanda (Domingos Prieto), Alemanha (Carlos Oliveira), galegos na Catalunha, Palma de Maiorca, Madrid, Estremadura e Astúrias... nomes que aparecerám na relaçom de inscritos nas *Actas.*

2. Êxito de assistência. Se no primeiro congresso resultou difícil ultrapassar os 300 congressistas, esta vez o número de inscritos está próximo aos 500.

3. Êxito de organizaçom. Apesar dos falhos assinalados, o Congresso decorreu dentro do horário estabelecido no programa. A nom presença de actividades sociais está justificada polo silêncio das entidades que deveriam realizá-las. Citemos, mais umha vez, a recepçom de abertura oferecida polo Exmo. Concelho de Santiago e a de encerramento oferecida por Caixa Ourense.

4. Êxito de confraternizaçom universal. Este Congresso serviu para acrescentar os laços de amizade e fraternidade entre todos os povos de expressom galego-portuguesa e para reforçar a sintonia e empatia com os povos em que a sua língua também está minorizada. A AGAL conseguiu acrescentar o seu número de membros e adesons e fazer partícipes da causa aos congressistas.

A publicaçom das Actas deste *II Congresso,* em que já está a trabalhar umha Comissom nomeada a tal fim, será a melhor prova clara e definitória deste acontecimento.

Que o *III Congresso,* programado e projectado para os dias 26 a 30 de Setembro de 1990, na cidade de Vigo, melhore e supere o êxito dos dous realizados até agora. Eis um desafio a todos os membros da AGAL!

Ourense, Março 1988

ORDEM SUSPENSA (4 de Janeiro), *ORDEM REFORMADA* (1 de Março) *sobre Normalizaçom Lingüística no ensino*

A «transiçom democrática» iniciou (e continuou) no Estado umha linha de acçom fortemente controladora dos usos lingüísticos nom castelhanos sobretodo nos ámbitos do ensino; lembrem-se o Decreto 1.433/1975 (de 30 de Maio), «de incorporación de las lenguas nativas a los programas de Enseñanza General Básica y Educación Preescolari, que, ainda vivo Franco, desenvolve a Lei 14/1970 (de 4 de Agosto) «General de Educación», o Real Decreto 1981/1979 (de 20 de Julho), «por el que se regula la incorporación de la lengua gallega al sistema educativo de Galicia», *primeiro decreto de bilingüismo,* o Decreto 81/1982 (de 29 de Abril), já da «Xunta de Galicia», «por el que se regula la Enseñanza de la Lengua Gallega en los niveles de Educación Preescolar, Educación General Básica, Bachillerato y Formación Profesional», segundo decreto de bilingüismo.

Nesta linha de controle e dirigismo tem que situar-se e entender-se a Lei 3/1983 (de 15 de Junho), «de Normalización Lingüística», do Parlamento autonómico na Galiza, assim como as disposiçons legais que a desenvolvem para os ámbitos do ensino: Decreto 135/1983 (de 8 de Setembro), «polo que se desenvolve para o ensino a Lei 3/1983 de Normalización Lingüística»; Ordem do 23 de Setembro de 1983, que desenvolve o Decreto citado «no aspecto, desde logo esencial, da solicitude, tramitación e concesión ou, no seu caso, denegación das exencións do estudio do Galego»; cinco anos depois, Ordem do 31 de Agosto de 1987, que desenvolve já o Decreto 135/1983 nos aspectos relativos a «o galego como lingua de comunicación na Administración educativa galega» e nos atinentes à «lingua galega como lingua de ensino».

Esta Ordem fora, nalgum do seu articulado, como «Resolución» da Direcçom Geral de Política Lingüística, que desempenhava D. Paz Lamela Vilarinho. Datada a 4 de Junho de 1986, foi enviada aos Centros escolares junta a umha circular dos Delegados provinciais, mas nom saiu publicada no *Diario Oficial de Galicia;* por este motivo nunca estivo vigente.

Já em Outubro de 1987 o Governo de «la nación» requeriu da Junta, tripartita (PSOE, Coaligaçom Galega e Partido Nacionalista Galego), que sucedera à de Aliança Popular despois da moçom de censura, a reforma, por inconstitucionais, de doze dos quinze artigos de que constava a Ordem. A Junta cala, mas a gente, informada por acaso do requerimento, iniciou um movimento de protestos até que o 13 de Dezembro, convocada pola *Mesa pola Normalizaçom Lingüística* e apoiada por praticamente todos os colectivos cidados, culturais, políticos (nacionalistas galegos, salvo os co-governantes), celebrou-se a manifestaçom de que deu conta *AGÁLIA* no núm. 12 (Inverno, 1987, p. 470).

O 13 de Janeiro, contodo, o Tribunal Constitucional admitia a trámite o requerimento, tornado já em impugnaçom, e a Ordem ficava suspendida desde o 4 desse mês *(B.O.E.* do 20). Talvez devido às datas em que todo isto acontece poucos som os que levantam os seus protestos.

A Junta, tripartita, respeitosa com o ordenamento constitucional segundo era esperável, promulgou, através da Conselharia de Educaçom e Ordenaçom Universitária, umha nova Ordem, de 1 de Março *(D.O.G.* do 16), que corrige os «excessos» da anterior numha linha de edulcoramento e lenizaçom, coerente com a de controle e dirigismo, já inveterada e quase imemorial; talvez por este motivo foi suavemente contestada por escassos políticos, associaçons silenciadas, pouquíssimos escritores e menos pais...

Pode comprovar-se o «descafeinamento» nestas amostras de umha e outra Ordem, contrastadas:

Ordem de 31 de Agosto de 1987	*Ordem de 1 de Março de 1988*
Diz desenvolver os arts. 4.º.1, 6.º4, 13.º.2, 14.º.3 e a disposición final *[sic]* do Decreto 135/1983:	Desenvolve o art. 13.º.2 e a disposiçom adicional primeira do Decreto 135/1983.
Do Preámbulo:	
«E recordando así mesmo que o devadito Decreto tende a unha aprendizaxe equilibrada dos dous idiomas, galego e castelán, ata obter un coñecemento ponderado dos mesmos, chegando a un bilingüismo estable, cómpre da-los pasos progresivos para que o galego acade a situación antedita»	«[...] co fin de continuar co proceso de extensión do coñecemento e uso do galego que, como lingua propia de Galicia, é lingua oficial das institucións da Comunidade Autónoma, da súa Administración e do ensino dos diferentes niveis educativos, cómpre tomar unha serie de medidas para conseguir un nivel equiparable do dominio das dúas linguas oficiais en Galicia por parte de toda a súa poboación».
Enunciado do apartado primeiro:	
«O galego como lingua de comunicación na Administración educativa galega».	«O galego, lingua oficial da Administración Educativa en Galicia».
Enunciado do apartado segundo:	
«A lingua galega como lingua de ensino».	«As linguas oficiais en Galicia como materia de ensino e o ensino en lingua galega».

A AGAL presente como observadora numha sessom do «Bureau» celebrada no Centro de Conferências «Albert Borchette» de Bruxelas

O 29 de Janeiro no Centro de Conferências «Albert Borchette», de Bruxelas, celebrou sessons de trabalho o «Bureau International pour les Langues mois Répandues»; em nome da AGAL assistiu como observadora a sua Presidenta, já que a representaçom *oficial* da Galiza, enquanto naçom sem estado, corresponde à AS-PG, segundo critérios fixados polo CIEMEN. Friulanos, bascos, neerlandeses, cataláns, galegos, portugueses, irlandeses, etc., debatêrom em sessons de manhá e tarde os seus respectivos problemas.

Pola Galiza interveu, como fica dito, a representante da AS-PG, quem, em francês, expujo a situaçom do galego quanto à normalizaçom (mas sem se referir a *quê galego na escola),* à suspensom, a requerimento do Governo espanhol, da Ordem da Conselharia de Educaçom, de que se dá conta neste mesmo apartado, e às dificuldades para desenvolver harmonica e progressivamente todo o ensino em galego. Também interveu pola Galiza o Presidenta das Irmandades da Fala, como tal e em nome da AS-PGP; expressando-se em galego, que se traduzia simultaneamente para as línguas oficiais, apresentou um *Informe sobre o Acordo Ortográfico* (assinado no Rio Janeiro em Maio de 1986). Salientou a sua urgente ratificaçom, também pola Galiza, como garantia da unidade lingüística «lusófona», com o que conseguiu o total assentimento dos representantes neerlandeses, cuja Comunidade Lingüística atravessou circunstáncias semelhantes. A exposiçom, porém, nom foi de todo coerente, em especial por reconher e mesmo justificar a situaçom de «bilingüismo», que, como no caso galego, sempre rende benefícios ao idioma «forte», o castelhano, até ficar substituído o idioma «débil», o galego.

O deputado no Parlamento europeu, Sr Kuijpers, apresentou um amplo informe sobre a situaçom das línguas minorizadas na Europa, que suscitou um interessante debate entre os assistentes.

Finalizada a reuniom a Presidenta da AGAL departiu com o Parlamentario Kuijpers, a quem obsequiou algumhas das publicaçons da AGAL; este se ofereceu para apresentar perante o Parlamento europeu todos aqueles conflitos que derivassem de tratamento discriminatório a membros da AGAL ou de colectivos culturais. Igualmente cumplimentou o alto funcionário Sr. Jacobi.

As intervençons de galegos nas sessons fornecêrom informaçom suficiente e plural a todos os participantes, que nom em todos os casos tinham notícia da situaçom conflitiva do galego-português no Estado espanhol.

Umha amostra de «convivência» democrática

A democracia, lingüística, dá para muito: uns pais (o 28 de Fevereiro) testam contra a normalizaçom lingüística da sociedade galega que parecem indentificar com a portugalizaçom da Galiza; outros pais (o 20 de Março) declaram-se favoráveis ao galego. Os primeiros exprimem-se rotundos e decididos; sabem-se apoiados pola doutrina oficial. Os segundos afirmam brandos e pacificadores: será certo que, como eles dizem, «a língua é umha bandeira de unidade, auto-estima e liberdade» na Nosa Terra?

PUBLICIDAD

APRENDER EN GALEGO NON E UN DELITO
OBLIGAR A QUE SE APRENDA PODRIA SERLO

—La enseñanza obligatoria en «galego» es ANTICONSTITUCIONAL (B.O.E. 28/1/88).

—No hace mucho tiempo se prohibia su uso. Ahora se pretende obligar a usarlo, ¿cuál es la diferencia?

—Su obligatoriedad no respeta la voluntad de la inmensa mayoria de los habitantes de Galicia. SI HAY DUDAS QUE SE CONVOQUE UN REFERENDUM.

—Este, que pretenden imponer por «galego», no es ni lejanamente el idioma del pueblo, como sostienen sus preconizadores, es simplemente una lengua de reciente síntesis, llena de neologismos trasvasados del portugués y que como era de esperar los verdaderos galego-parlantes NO ENTIENDEN.

—Sus impositores, no son otros que unos pocos «ENSIÑANTES», «POLITICOS OPORTUNISTAS», «ESCRITORES DE GALEGO» y como no «AS EDITORIAIS». Todos ellos unidos en un común acuerdo y a un solo fin: EL LUCRO, y enmascarados, tras la bandera de la defensa de una cultura y un idioma que siempre detestaron.

—En el mejor de los casos sería la lengua de una minoria que a los efectos prácticos no serviria para mucho.

—De que sus «DEFENSORES» jamás estuvieron identificados con el «pobo» prueba evidente es, que en público hacen el ridículo tratando de hablarlo, en tanto que en privado hablan correcto español (algunos). Y a sus hijos les envian a colegios de élite de Madrid o al extranjero para que dominen el inglés.

—Por todas estas causas nuestros hijos, seguirán como ya es vieja costumbre en Galicia, atrasados con respecto a todos los hispano-parlantes, pues los hacen dilapidar energías estudiando forzosamente, un idioma que NO ES EL MATERNO, que no les gusta, y que para colmo NI SIQUIERA GALLEGO ES. Todo ello en un momento crucial de la historia donde cada vez se hace más imprescindible dominar idiomas de vanguardia, tal como lo hacen los hijos de las clases dominantes y no de mero valor sentimental o folclórico.

—Por todas estas y muchas otras razones:

GALEGO SI, el de verdad y para quien así lo quiera
NO A LA PORTUGALIZACION DE GALICIA.
Financian este anuncio, un colectivo de padres gallegos, con su dinero, NO CON EL DE LOS IMPUESTOS.
¡UNETE A NOSOTROS! - ¡DEFIENDE TUS DERECHOS!

La Voz de Galicia, domingo, 28 de Fevereiro de 1988.

SOMOS PAIS E QUEREMOS QUE OS NOSOS FILLOS SE LLES EDUQUE EN GALEGO

O galego é a lingua propia de Galicia (Estatuto de Autonomia. art.5.1.).

Reducir o galego a ser unha simple asignatura nos plans de estudio dos nosos fillos e non promover o seu uso en tódolos ámbitos da vida social, como manda o Estatuto, é antidemocrático, anticonstitucional e hipócrita.

O galego precisa de unha clara politica de apoio e normalización para que alcance o papel que lle corresponde na nosa sociedade e poida e poida medirse en pé de igualdade coa outra lingua oficial: o castelán.

Saber galego é usalo non empece o uso e coñecemento doutros idiomas: castelán, inglés, francés, etc, fenómeno que tamén se dá nas sociedades europeas máis avanzadas con idioma de seu (Dinamarca, Holanda, Suecia, etc).

A ignorancia, a intransixencia ou os prexuicos dalgunhas minorias radicalizadas na súa antigaleguidade están a levantar un falso enfrentamento na nosa terra que nos divide e debilita cando deberiamos saber encontrar camiños de ilusión colectiva. A lingua é unha bandeira de unidade, autoestima e libertade á que non renunciaremos.

FINANCIAN ESTE ANUNCIO UN COLECTIVO DE PAIS GALEGOS, CO SEU DIÑEIRO, QUE QUEREN UNHA GALICIA SEN COMPLEXOS E CAPAZ DE ASUMIR, DENDE ELA MESMA, O SEU PROPIO FUTURO.
¡AVANCEMOS NA DIGNIFICACION E USO DO NOSO IDIOMA¡
¡UNETE A NOS!

Diario de Galicia, domingo, 29 de Março de 1988.

«Terceira via» no País Valenciano

Julgaria-se que chovera muito desde a manifestaçom unitária do 25 de Abril de 1982, celebrada em Castelló de la Plana aos cinqüenta anos das *Normes de Castelló* que unificaram a escrita do «valenciano» e coroaram o processo estandardizador do catalám. Naquela manifestaçom reivindicou-se o nome de País Valencià, a bandeira quatribarrada (nom *blavera)* e, novamente, as Normas de Castelló de 1932.

Nestes últimos tempos, em que já é oficial a bandeira *blavera* e o nome «inocente» de *Comunidad Valenciana,* começou a debater-se, mais umha vez, a definiçom «nacional» da Catalunha do Sul: nem catalá, nem espanhola, mas só valenciana. Eis a terceira via, política, pactuante segundo se propugnava há pouco mais de um ano no País Valenciano. Em Março deste ano 1988 já se urgia, por aqueles promotores do pacto político, «un pacte lingüístic urgent». Dizia-se: «Cumpre —inexcusavelmente— umha aproximaçom, um pacto histórico novo atingente à língua, como aquele que, em 1932, assinárom a melhor parte dos escritores entom na lida».

«Para bom entendedor meia palavra basta», ainda que «toda a comparaçom seja odiosa».

Otero Pedrayo visto por C. Quesada.

RECENSONS

A gándara da noite (1)

Por Henrique Manuel RABUNHAL CORGO

Xavier Rodríguez Baixeras (Tarragona, 1945) leva anos edificando umha literatura poética particular em muitos aspectos. No auto-submetimento a arquitecturas métricas clássicas e concretizado no cultivo do soneto e do hendecassílabo. Na escolha vocabular e sintáctica que evidenciam um processo de elaboraçom formal rigoroso no caminho de construçom de umha língua poética pretensamente culta. Na objectivaçom subjectivada de episódios da sua biografia, biografia de cidades, biografia de leituras, biografia de lembranças. À sua maneira, Baixeras tinha-nos dado umha liçom de literatura entrementres construia umha poesia madura, consciente, um inventário de ambientes, de sucessos, de sensaçons em que é terrivelmente complicado resenhar códigos temáticos relevantes. Dous livros serviram para comunicar-nos essa poesia; *Fentos do mar* (ed. do Castro, 1981) e *Lembranzas do areal* (col. Pero Meogo, n.º 2, 1985). Manuel Forcadela tem sublinhado a «unidade estética e simbólica» que encerram esses dous livros.

Segundo informa o próprio Baixeras, *Os celestes faiados* é o resultado da fusom de um outro livro de sonetos, escrito em 1985, e de outro mais escrito em 1986 ao tempo de compor o que ia ser *A gándara da noite*. Trata-se de um conjunto heterogéneo de textos que se calhar funcionem como ponte entre dous ciclos criativos, o já consumido e o que lateja na poesia épica da gándara: terreno despovoado mas coberto de plantas agrestes, charneca, terreno areoso pouco produtivo ou estéril. Em *Os celestes faiados,* no plano formal há restos dos sonetos que marcaram a etapa anterior e poemas, como os finais, de alento épico-narrativo que já anunciam a última entrega de Baixeras. Mundo de lembranças, de objectos, volta ao passado, mundo de cidades, de ruas, de recordos, de palavras em que se esconde um eu abatido, por vezes a transmitir-nos umha sólida sensaçom de fracasso.

Quanto a *A gándara da noite,* o seu próprio autor tem-na posto em contacto com a poesia épica (a de Vilanova e Cáccamo), umha épica dos objectos em que o poeta sai de si, «parece-me umha saída da poesia actual na que tanto intimismo chega a cansar, e ademais é algo que está na poesia de este século, por exemplo, dun Saint-John Perse», indica Baixeras. Para umha leitura dos textos recomendamos a fabulosa «guia para o viaxeiro da gándara» que escreveu José Maria Álvarez Cáccamo e que, em certa medida, condiciona a nossa leitura pois que ilumina episódios biográficos, e textuais, nunca fácil de desvendar. Pola nossa parte, limitaremo-nos a resenhar sumariamente as chaves em que a gandara é por nós acolhida, no breve espaço de que aqui dispomos. O conjunto aparece estruturado em dez composiçons ou cantos como os denomina Cáccamo, com predomínio do hendecassílabo, e que ultrapassam os cem versos. Poesia no fim de con-

---

(1) in RODRÍGUEZ BAIXERAS, Xavier: *Anos de viaxe (Poesia 1981-1987),* Ed. Xerais de Galicia, Vigo, 1987.

tas de marcado carácter épico, de evidente alento narrativo, e ordenada a maneira de viage. Viage ao jeito da linha curva, ilimitada, descrita por um eu lírico que dá voltas sucessivas para abranger a biografia persoal confundida com umha certa biografia colectiva, para atingir umha dimensom abstracta a partir da concretizaçom de episódios históricos, literários (algo há de metapoética neste livro) e humanos. Esse eu lírico que se nos apresenta partindo canso na borra do sol-pôr aparece enfrentado a um cenário urbano, longamente actuante, e a um cenário natural, marítimo e terrestre. Viage se calhar sem fim na medida em que o remate parece um início e vice-versa. O poeta parece andar na busca da própria indentidade com a incorporaçom da su infância, e dos seus familiares, nomeadamente do bisavó (vid. O aparecido). Mas a viage é em forma de zigue-zague e aginha somos transportados a umha leitura particular da história recente, para a seguir debruçar-se o poeta na apresentaçom de companheiros de viage pola gándara da noite: som rostos, peregrinos, nenos, maos, anéis, moços, estudantes do vinagre e do enxofre, mulheres pobres, velhos... Mas, contudo, o que mais impressiona ao leitor é, a nosso ver, a língua. Baixeras é dono de umha língua, conseguiu ter umha língua própria, logrou falar com palavras de seu, com palavras que denunciam um esforço e um rigor nom mui freqüentes entre nós. E é desde essa língua conquistada que o poeta pode caminhar para o colectivo. Assi o exprime Cáccamo: «As últimas escumas» constitúe unha mostra exemplar do alto rendemento estético que se pode conseguir desde o tratamento con intencionalidade de denuncia dun fondo de materia política, e refrenda a validez constante da poesia de orientación cívica, social, comprometida..., que obterá bos resultados literarios e emocionais na medida en que a tensión da escrita e o manexo intelixente da linguaxe sexan os que se precisan para aquela finalidade». Outro elemento que quereríamos sublinhar é a sensaçom de derrota, de fracasso, de solidade que produz nom apenas a leitura dos poemas, mas também o discurso da emissom dos textos de Baixeras. Textos de luzes ocres, de madrugadas sujas, de mares calmos de mais, de silêncio, de sombras, de noites e de mortes. Provavelmente a melhor maneira de comprender, de intentar comprender, esse rico e complexo mundo da gándara seja no cenário global da poesia de Baixeras ao que estes textos logicamente pertencem, um cenário certamente consolidado ao longo de muitos anos de viage e do que aqui queremos unicamente dar esta breve notícia na seguridade de que a poesia de Baixeras há de ser merecedora de um estudo mais profundo e pormenorizado.

Uma preferência nacional

Por Reynaldo *VALINHO ÁLVAREZ*

De notícias e não-notícias faz-se a crônica, Carlos Drummond de Andrade, Record, Rio de Janeiro, 1987.

A Record lança *De notícias e não-notícias faz-se a crônica,* uma coletânea de crônicas de Carlos Drummond de Andrade publicadas antes no Caderno B do Jornal do Brasil. O livro foi montado como um jornal. Deste modo, as crônicas se agrupam em partes que recebem os títulos das seções dos jornais: Nacional, Internacional, Política, Editorial, Cidade, Comportamento, Gente, Sociedade, Moda, Artes & Letras, Cultura & Ensino, Saúde, Ecologia, Montanhismo, Consumo, Polícia, Economia & Mercado, Caderno Infantil, Classificados, Festas.

Diz o autor, abrindo o volume: «Este livro contém histórias leves e desajuizadas opiniões sobre o desconcerto do mundo em que uns vivem e outros olham viver». E é dentro desse espírito que ele aborda uma grande variedade de assuntos recolhidos do cotidiano, fiel à crônica, gênero ligado ao momento que passa, e leal, também, à sua própria condição de observador sistemático e atento, sempre disposto a um comentário bem-humorado e irônico em relação aos fatos retratados.

Drummond como que se orgulhava dessa condição. É dele esta confissão: «Fui, durante a vida toda, um cronista. Um homem que registrava o cotidiano e o comentava com o possível bom humor, para não aumentar a tristeza e a inquietação das pessoas». Para quem ficou muito impressionado com o desalento de sua última entrevista ao Jornal do Brasil, convém lembrar que ele também é autor desta declaração estampada na contracapa deste *De notícias e não-notícias faz-se a crônica:* «Eu tenho esperança no homem».

A dinastia drummondiana teve duas gerações de cronistas. Maria Julieta Drummond de Andrade, a filha do poeta, deixou exemplares primorosos de sua atuação no gênero. Os dois, pai e filha, foram meticulosos no trato com as palavras. Cuidaram-nas com suavidade e carinho, praticando uma espécie de jardinagem literária, cultivada, no século passado e no princípio deste por Machado de Assis.

A crônica tem sido, entre nós, uma prática normal dos escritores mais divulgados de cada época. Para ficar apenas no passado, recordem-se os nomes de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Olavo Bilac, Paulo Barreto (João do Rio), Carlos de Laet, Medeiros e Albuquerque, Humberto de Campos. Com malícia ou sem ela, trata-se, também, de uma preferência nacional.

Inferno e paraíso de Glauber Rocha

Por Reynaldo VALINHO ÁLVAREZ

Ideário de Glauber Rocha, Sidney Rezende (organizador), Philobiblion, Rio de Janeiro, 1986.

A Philobiblion está lançando *Ideário de Glauber Rocha,* uma coletânea de textos do cineasta baiano, organizada por Sidney Rezende.

Os conceitos explosivos e muitas vezes contraditórios de Glauber, selecionados e reunidos na antologia, foram retirados dos livros, artigos e ensaios que escreveu ou das entrevistas por ele concedidas no Brasil e no exterior.

À medida que o tempo passava, a temperatura dos pronunciamentos de Glauber ia subindo. Nos últimos anos de sua vida, parece mesmo que tudo era tempestade em sua visão dos homens e das coisas.

O ideário glauberiano envolve praticamente todos os assuntos sobre os quais se discutiu nos últimos trinta anos neste país: arte e artistas, Brasil, cinema, cultura, economia, Glauber visto pelo próprio Glauber, jornalismo, literatura e literatos, pessoas, política, religião e sociedade. O livro apresenta ainda a bibliografia das publicações nele utilizadas.

Dois episódios marcaram profundamente as explosões de Glauber na parte final de sua existência. Um, de ordem afetiva, foi a morte acidental de sua irmã, atriz de cinema, ao cair no poço do elevador do edifício em que morava. O outro foi a reação das chamadas esquerdas ao apoio por ele dado a aspectos da política dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

As reações de Glauber chegaram ao delírio, identificando-se com o clima de alguns de seus filmes mais densos e herméticos, de menor facilidade de percepção para o espectador comum.

As apresentações de Glauber na tevê mostravam, ao vivo, sua fúria entre demolidora e construtora, que se servia de um discurso didático, polêmico, fremente e angustiado.

Sua morte inesperada parece ter sido, afinal, a conseqüência de um processo em que Glauber se teria imolado em favor de uma postura combativa e intransigente, nem sempre muito clara até mesmo para o público a que sua mensagem se destinava.

A pregação de Glauber, com suas coerências e também com suas naturais incongruências, pode ser apreciada nesta coletânea fragmentária, em que o autor se confirma ou se nega a cada passo, oscilando entre a escuridão e a claridade, ao viver seu paraíso e seu inferno, neste país de contrastes e confrontos que soube retratar com fidelidade em seu filme *Deus e o diabo na terra do sol*.

~ Cancela do adro da Capela ~

CORREIO

Do Cronicom Iriense

Dom Camilo Cela, segundo lemos, declara que os galegos som os únicos nacionalistas que querem falar na língua de outra naçom. Como actualmente estám no poder alguns políticos que dim que som nacionalistas e falam habitualmente em castelhano, poderia-sse se pensar que o celebrado académico se refere a esses senhores; e neste caso teríamos que assentir. Mas dados os antecedentes do escritor e o contexto em que se produz, mais bem devemos pensar que o autor de «O can de Buridán» se refere a outros nacionalistas galegos: aqueles que, segundo o festejado prosista, querem trocar a sua fala própria, a galega, pola de outra naçom distinta da naçom onde naceu o castelhano; querem, para dizê-lo de umha vez, trocar a sua fala natural pola fala da naçom portuguesa.

Assi que dom Camilo se deixou seducir pola doutrina dos que querem excomungar aos que, seguindo as directrizes de Viqueira, Otero Pedraio e Castelao, aceitam a doutrina pidaliana da existência de um romanço hispânico galego-português, do qual seriam variantes nom só o português normativo ou padrom, mas tamém o alentejano, ou o algarvio, ou o brasileiro, ou as distintas formas do galego provincial espanhol. Como o senhor Cela nom tem tempo de informar-se pessoal e minuciosamente do estado da questom, devemos presumir que se atém às ilustraçons dos sábios assessores da política lingüística oficial, segundo os quais se alguém escreve *gente* ou *jamais,* está escrevendo em português. Já Pintos indicava como erravam

> os que pensam que *gentes* mal escrito
> está com *g,* ponhamos por exemplo,

ou

> aqueles que sentençam que *jamais*
> nom é da nossa terra puro termo.

Muito nos tememos que para o escritor iriense seja só galego aquel que se escreve com ortografia castelhana. Portanto, se empregamos a ortografia histórica, estaremos mais bem escrevendo em português. Ao melhor, o famoso académico crêe que nom houvo ortografia galega até o século XIX, e que em galego nunca se escreveu *gente,* nem *jamais,* nem *fogagem,* nem *velho.* Hai algumhas pessoas que o estimam assi; mas essas pessoas, se nom som cegos adversários das formas cultas de ortografia, verám em qualquer antologia de textos galegos como aquelas grafias se dam na história da nossa língua. O *-m* final (ao lado do *-n*), o dígrafo *lh* (ao lado dos *li, ly, ll,* com igual valor fonético) som usados em textos galegos. Mas nom sei se o senhor C. sabe que o nosso idioma nace a ambas as beiras do rio, e que, portanto, é natural que haja constante intercomunicaçom entre a banda de aquém e a de além.

O reduzido grupo de pessoas que chegarom a um acordo para administrar conjuntamente o poder cultural, fazendo cada quém valer a sua força efectiva, e prescindindo da história e a procedência deste ou estoutro, alimentam o sonho de impor sobre umha sociedade que se reputava indiferente ou rendida, umha forma lingüística dominada pola aberrante identificaçom da fronteira administrativa coa fronteira idiomática. Talvez C.J.C. creia por falta de informaçom que o galego se detém subitamente ao chegar à raia seca ou húmida, e o mesmo o português em sentido contrário. O galego caprichoso que os planificadores oficiais ensaiarom consagrar, ia ser umha criatura perfeitamente diferenciada da forma mais estável do galego-português, quer dizer, o que soemos chamar o português padrom. Mas os comissários e delegados da oligarquia dominante encarregados aqui e ali de garantir a política de partido único resultante do pacto, tropeçarom com grandes dificuldades práticas para criar um galego enxebre que proporcionasse o vocabulário ajeitado para umha língua de uso geral. E, impulsados por um sentido natural da oportunidade, tomarom do português o que o galego empobrecido nom lhes podia dar. Era umha

conduta económica, e acabou por impor-se em muitos casos, de jeito que se o ilustre académico se fixa na prática oficial actual, poderá observar que hai umha grande coincidência no léxico de isolacionistas e reintegracionistas, somente matizada pola extravagante preferência por parte daqueles de certas vozes dialectais, ou vulgares, ou neológicas, ou deslocadas, que dam umha esguelha ligeiramente bizantina a essa fala chanceleresca: *alomenos, peche, ata,* e outras marcas de arbitrário provincianismo. Assi que um observador pouco preparado ou que dispom de pouco tempo, poderá assumir a impressom de que o que diferencia realmente o galego «católico» do galego «protestante» é que aquel se escreve com ortografia «castelhana» e este com ortografia «portuguesa». Só que as pessoas insuficientemente informadas tendem a crer que a ortografia «castelhana» é a ortografia galega, e que a ortografia «galega» é a ortografia portuguesa. A realidade é que hai umha ortografia galego-castelhana e umha ortografia galego-portuguesa, com distintas matizaçons; e umha ortografia galega-galega, como pedia hai anos um ingénuo adepto ao *juste milieu,* nom tem realidade nem valor económico.

Mais avisado que o dom Camilo espanhol nos parece o dom Camilo italiano, que focava os problemas com vulgar sentido comum. Este popular sacerdote —ou o seu criador Guareschi— teria ouvido falar dos distintos idiomas que se falam en Itália. Hai súbditos italianos de língua alemá —entre outras—, e isso nom significa que os tais falem a fala de outra naçom, mas a da própria. O macedónio que fala romeno, tampouco fala umha língua de outra naçom, ainda que seja súbdito grego. E o arménio russo, ou turco, fala a sua própria língua, que se estende por terras sujeitas à Unión Soviética e a República Turca. Nom tem sentido científico a afirmaçom de que os nacionalistas querem substituir o galego polo português; como nom o tem a de que os flamengos querem substituir o flamengo polo holandês, ou os valons o valom polo francês. O flamengo, como o holandês, fai parte do neerlandês, e o valom sempre tivo como referência literária moderna o francês geral. O galego é umha forma do galego-português, e é natural que os co-dialectos se apoiem e se ajudem. O andaluz está integrado no castelhano, e o português, que originariamente é ao galego o que o andaluz é ao castelhano, nom se pode cientificamente isolar do galego. Mas dos que dim que os reintegracionistas querem substituir o galego polo português, poucos hai que realmente o creiam. A maior parte exploram a ignorância que sobre estas matérias reina nas esferas menos ilustradas da sociedade para tentar fazer odiosa ou ridícula a postura reintegracionista.

Para os italianos e os suíços de língua alemá, a língua alemá é a língua nacional, ainda que trespasse as fronteiras de Suíça e de Itália. O português na Península nom é língua mais estrangeira para um castelhano que o catalám. O problema é se havemos de ter um minigalego que sirva para colocar expertos nas dependências oficiais e para traduzir os artigos de C.J.C., ou se podemos dispor de umha língua extensa e útil, como dizia Castelao, que nos abra horizontes e nos resulte rendível. O primeiro, no melhor dos casos, é um jogo tecnocrático que só se comprende em quem olhe o idioma galego como pode olhar o guarani, porque nom seja ou nom se sinta galego. Mas os galegos sempre tivemos afeiçom a aprender o nosso dos alheios. E às vezes a esquecer o que é realmente nosso.

RODRIGO VÁZQUEZ

LIVROS RECEBIDOS E DE INTERESSE

ANTERO ABREU (1985): *Permanência,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 102 páginas.

Livro de versos, que abrange o labor poético de trinta anos. Recolhe umha primeira época de criaçom que se estende de 1946 até 1951 ou 1952; um segundo período de uns dez anos e um último período, passados quinze anos sobre o anterior que se abre com a independência do seu país e é o de maior produtividade.

BOAVENTURA CARDOSO (1985): *Dizanga dia Muenhu,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 100 páginas.

Livro em prosa que recolhe dez relatos curtos com título como «A chuva», «Meu toque!», «Santo Rosa», «Mesene», «Nga Fefa Kajinvunda», «A família Pompeu e Costa» e «Juca, meu avilo» entre outros. Todas estas narraçons som um lembrar à luta em busca da libertaçom, a irmandade na luta, enfim, um andar no caminho. Caminho do Povo.

JOSÉ DA SILVA MAIA FERREIRA (1985): *Espontainedades da minha alma,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 139 páginas, mais um Glossário e Notas ao texto redigidas por Gerald Moser.

O livro reflecte umha profunda influência do espírito colonial e do movimento literário do romantismo, mas nele hai já consciência regional, etapa primeira da afirmaçom de umha consciência nacional. Interessa, significadamente, por ser o mais antigo livro de poesias de um escritor angolano que se conhece e, muito possivelmente, o primeiro impresso em toda a África de expressom portuguesa. A sua ediçom original data de 1849.

COSTA ANDRADE (1985): *No velho ninguém toca,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 54 páginas.

Nestes poemas o escritor realiza um hino a Angola ou um hino para Angola com o tema do caminho que se percorre e que tem que ser percorrido.

MANUEL RUI (1985): *Sim camarada,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 196 páginas.

O narrador conta, com ternura e raiva, este jogo em memória de todos os pioneiros tombados no terreno da luita. Busca resumir em poucas linhas o tempo da revoluçom teimosa de teimosos em que as horas duram segundos e os segundos séculos.

MANUEL REI (1985): *Regresso adiado,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 160 páginas.

O livro abre-se com um «Prefácio» e umha «À maneira de posfácio...» de Manuel Ferreira fecha um conjunto de cinco textos intitulados «Mulato de sangue azul», «O aquário», «Com ou sem pensão», «Em tempo de guerra não se limpam armas» e «O churrasco».

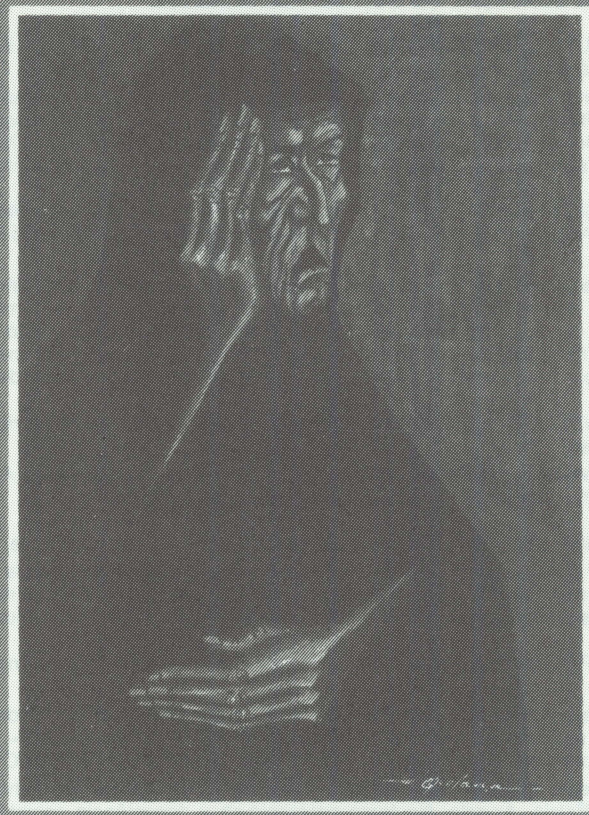
O título reflecte a vida de um autor que vivendo em Portugal tinha os olhos e o pensamento na sua Pátria, Angola. No texto patenteia-se a consciência social miolarmente anticolonialista.

JOSÉ LUANDINO VIEIRA (1985): *A cidade e a infância,* Ed. União dos Escritores Angolanos, 168 páginas.

Conjunto de histórias escritas entre 1954 e 1957, em Angola, na cidade de Luanda, «a nossa terra de Luanda», em que o narrador ultrapassa o realismo crítico e em que se denuncia a profanaçom do espaço polo colonizador.

Os livros fôrom enviados polo nosso amigo, o camarada *Pasito.*

A vida escura



Jenaro Marinhas del Valle

Ilustraçons Carlos Quesada

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGAL ..... 2.000 ptas.
Península Ibérica ..... 2.600 ptas.
Europa ..... 3.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 3.500 ptas.

NOME .....

MORADA .....

.....

LOCALIDADE ..... PAÍS .....

DATA ..... / ..... / ..... **ASSINATURA**

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número ..... inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º .....

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos .....

D.N.I. ..... Profissom .....

Endereço (Rua, Praça) .....

Vila, Cidade ..... País ..... Tfno.(.....) .....

Data de nacimento ____/____/____ **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA